



Gabriel Barroso Vertulli Carneiro

**O problema da intencionalidade autoral na
teoria da história de Quentin Skinner**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Marcelo Gantus Jasmin

Rio de Janeiro
Agosto de 2015



Gabriel Barroso Vertulli Carneiro

**O problema da intencionalidade autoral na
teoria da história de Quentin Skinner**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Marcelo Gantus Jasmin

Orientador

Departamento de História - PUC-Rio

Prof. Felipe Charbel Teixeira

Instituto de História - UFRJ

Prof. Pedro Spínola Pereira Caldas

Departamento de História - UNIRIO

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Gabriel Barroso Vertulli Carneiro

Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em História, com a presente dissertação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Tem experiência na área de teoria da história e história da filosofia contemporânea.

Ficha Catalográfica

Carneiro, Gabriel Barroso Vertulli

O problema da intencionalidade autoral na teoria da história de Quentin Skinner / Gabriel Barroso Vertulli Carneiro ; orientador: Marcelo Jasmin. – 2015.

147 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2015.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Skinner, Quentin. 4. Intencionalidade autoral. 5. Teoria da história. 6. Autor. 7. Hermenêutica. I. Jasmin, Marcelo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Ao meu pai,
que me ensinou a ter garra.

À minha mãe,
que me ensinou a ter coração.

À minha irmã,
que me ensinou a ter paciência.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha família, em especial meu pai, minha mãe e minha irmã. O apoio e o carinho de vocês foi imprescindível. Vocês estão presentes nas páginas que seguem.

Agradeço ao meu orientador Marcelo Jasmin, por aceitar me orientar, pelos conselhos e pela leitura atenta do trabalho. Agradeço igualmente a banca examinadora, Felipe Charbel e Pedro Caldas, pela disponibilidade e pelas valiosas observações. Aproveito e agradeço também a todos os outros professores que também marcaram de forma significativa a minha formação, em especial Andrea Daher, Naiara Damas e Henrique Estrada. Pela grande admiração intelectual que tenho, é inegável que vocês estão presentes nas páginas que seguem.

Agradeço a todos os amigos do mestrado, principalmente Patrícia, Maria, Clarissa, Lucas e Mauro. Agradeço da mesma forma aos meus grandes amigos da vida inteira: Bruno O., Bruno T. e Maurício (obrigado pela música que faz sonhar “sem critério”). Todos vocês estão presentes nas páginas que seguem.

Agradeço imensamente aos meus dois “amigos-irmãos”. Ao André, pela grande e verdadeira amizade de mais de duas décadas. Ao Bento, “discípulo e mestre”, por dividir comigo a paixão pelo saber (ou pelo não-saber). Vocês são parte de quem eu sou e por isso vocês estão presentes nas páginas que seguem.

Preciso agradecer em especial a Fernanda, pois, por ser a minha companheira de biblioteca e de cafés, acompanhou passo a passo toda a composição do presente trabalho. Merci pour tout. Você está presente nas páginas que seguem.

Agradeço ao Osho e ao Andy McKee. As palavras do primeiro e as músicas do segundo ditaram o ritmo desse texto. Logo, é possível sentir e ouvir vocês presentes nas páginas que seguem.

Agradeço a todos os funcionários do departamento de História da PUC-Rio, em especial a Edna Timbó, pela enorme atenção e paciência. Vocês também estão presentes nas páginas que seguem.

Por fim, a CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Resumo

Carneiro, Gabriel Barroso Vertulli; Jasmin, Marcelo Gantus. **O problema da intencionalidade autoral na teoria da história de Quentin Skinner.** Rio de Janeiro, 2015. 147p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A questão central que o presente estudo pretende responder é como Quentin Skinner introduz e lida com o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos. À vista disso, objetiva-se historicizar a teoria da história desse autor com a finalidade de mapear as suas principais referências teóricas e identificar quem ele leu e, especialmente, como ele leu. O intuito com esse trabalho de historicização é apresentar o solo em que desponta o problema da intencionalidade autoral na reflexão de Skinner. Acredita-se que, ao traçar a trajetória desse problema nos seus textos, seja possível apontar uma espécie de definhamento desta concepção em seus argumentos. Por fim, na esteira da virada retórica skinneriana, seria possível mostrar como o definhamento da intencionalidade autoral seria corroborado pela análise das noções de “texto” e de “autor” presentes no projeto teórico do historiador inglês.

Palavras-chave

Quentin Skinner; intencionalidade autoral; teoria da história; autor; hermenêutica.

Abstract

Carneiro, Gabriel Barroso Vertulli; Jasmin, Marcelo Gantus. **The problem of authorial intentionality in the theory of history of Quentin Skinner.** Rio de Janeiro, 2015. 147p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The central question that this study aims to answer is how Quentin Skinner introduces and deals with the problem of authorial intentionality in the interpretation of texts. In view of this, the objective is to historicize the theory of history of this author in order to map their main theoretical references and identify who he read and, especially, how he read. The aim with this work of historicisation is to present the soil in which emerges the problem of authorial intentionality in Skinner's reflection. It is believed that by tracing the trajectory of this problem in his texts, it is possible to point out a kind of emaciation of this concept in his arguments. Finally, following Skinner's rhetoric turn, it would be possible to show how the emaciation of authorial intentionality would be corroborated by the analysis of the concepts of “text” and “author” present in the theoretical project of the English historian.

Keywords

Quentin Skinner; authorial intentionality; theory of history; author; hermeneutics.

Sumário

1. Introdução	12
2. O percurso intelectual de Quentin Skinner e suas principais referências teóricas	23
2.1. “Da história das ideias à história intelectual”	24
2.2. A história da teoria da história de Quentin Skinner	31
2.3. Ludwig Wittgenstein: o conceito de “uso” e os “jogos de linguagem”	36
2.4. John Austin: os “atos de fala” e a visão performativa da linguagem	41
2.5. Robin George Collingwood: a “lógica da pergunta e resposta” como um princípio de historicização dos textos	47
2.6. O projeto teórico skinneriano como “um raciocínio filosófico sobre interpretação”	55
3. O problema da intencionalidade autoral e a sua trajetória no projeto teórico skinneriano	58
3.1. Hermenêutica metodológica x hermenêutica filosófica: um debate construtivo ou aporético?	59
3.2. A concepção de intencionalidade autoral na teoria da história de Quentin Skinner	69
3.3. A hermenêutica de Quentin Skinner: o projeto teórico skinneriano como uma teoria da interpretação edificada a partir da concepção de intertextualidade	93
4. A “virada retórica” do projeto skinneriano: ação linguística, convencionalismo e agência	99
4.1. Retórica, filosofia da linguagem e ação linguística	100
4.2. “ <i>Não existe extra-contexto</i> ”: Intenção e convenção	

no debate entre Jacques Derrida e John Searle	106
4.3. “ <i>O que é um autor?</i> ”: A concepção skinneriana de intencionalidade autoral entendida como agência	120
4.4. A retórica a serviço da hermenêutica: o projeto teórico skinneriano como uma teoria da interpretação edificada a partir da percepção dos textos como ações empreendidas por agentes	127
5. Conclusão	133
6. Referências Bibliográficas	138

“One of the contributions that historians can make is to offer us a kind of exorcism.”

(Quentin Skinner)

1

Introdução:

Antes mesmo de qualquer passo na presente pesquisa, creio ser proveitoso registrar que um dos grandes benefícios do estudo do projeto teórico skinneriano seja o de realizar um grande “passeio” pelas tendências filosóficas do século XX. Em outras palavras, o exame do projeto de Skinner proporciona uma visão panorâmica da prática filosófica recente na medida em que os seus textos travam intensos diálogos com o idealismo (particularmente o de Robin George Collingwood), com a filosofia analítica (de Ludwig Wittgenstein e John Austin), com a hermenêutica filosófica (de Hans-Georg Gadamer), com a estética da recepção (de Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser) e até mesmo com o desconstrucionismo (de Jacques Derrida). Portanto, como se pode perceber, um cenário vantajoso que proporciona o encontro das grandes questões da filosofia contemporânea.

Ademais, um outro motivo que explica esse “grande passeio” pela filosofia do último século é que o trabalho de Skinner se situa, na maior parte das vezes, na temerária fronteira entre a história e a filosofia, isto é, em um “campo” em que até hoje não se sabe ao certo a que lado pertence, devido, entre outras coisas, ao seu caráter errante. Posto de outro modo, esse “campo” a que me refiro é alcunhado, partir do olhar de um filósofo, de “história da filosofia”, contudo, no meio dos historiadores, ele é mais conhecido como “história intelectual”. Ciente disso, não é de se admirar que Skinner receba críticas que são visivelmente contraditórias, pois, visto que ele dialoga tanto com os filósofos como com os historiadores, as questões que lhe são direcionadas são das mais variadas ordens. Desta forma, pode-se explicar, pelo menos em parte, o motivo pelo qual Skinner já foi chamado de “idealista, materialista, positivista, relativista, antiquário, historicista e até mesmo de simples metodólogo”.¹ Em resumo, o ponto que desejo externar com

¹ SKINNER, Quentin. A reply to my critics. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 231. Vale destacar que, de todos esses títulos, como ele mesmo confessou, o que ele menos rejeitaria seria o de “relativista”, pois, ainda que com muitas ressalvas, ele chegou a dizer que todos os historiadores tendem para um “relativismo suave”, conferir:

esse argumento é que as tensões e os diálogos entre a “história” e a “filosofia” atravessam de forma tácita os textos de Quentin Skinner e, por consequência, o mesmo ocorrerá com o presente trabalho. Com isso, acredita-se que a questão capaz de fazer jus a esse rico encontro entre as esferas da história e da filosofia seja: como Quentin Skinner introduz e lida com o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos? Em suma, essa questão será o norte das páginas que seguem.

No capítulo intitulado: “O percurso intelectual de Quentin Skinner e suas principais referências teóricas”, o objetivo é mapear as principais ferramentas heurísticas do historiador inglês, ou seja, pretendo traçar as bases do seu arcabouço teórico para compreender as suas principais categorias analíticas. Esse trabalho marcadamente introdutório é necessário para compreender como surge o problema da intencionalidade autoral.

No início desse capítulo, apresentarei uma breve história da historiografia intelectual com o intuito de localizar o lugar que Quentin Skinner ocupa nesse meio. No decorrer do capítulo, serão examinadas as três referências fundamentais de Quentin Skinner, a saber: os filósofos Ludwig Wittgenstein, John Austin e Robin George Collingwood. Deste modo, os argumentos do primeiro capítulo visam responder a seguinte questão: quem Skinner leu e, sobretudo, como ele os leu?

Se essa pergunta for respondida com êxito, ao final do capítulo pretendo demonstrar como os argumentos de Skinner se deslocam de sua indagação inicial, isto é, de como se deve escrever história intelectual, para uma indagação muito mais oportuna do ponto de vista de um empreendimento hermenêutico, ou seja, para como se deve interpretar os textos históricos. Na esteira dessa argumentação, tentarei amplificar a afirmação de John Gunnell de que os trabalhos teóricos de Quentin Skinner não são tanto uma reflexão sobre um determinado método sobre como proceder ao trabalhar com a historiografia intelectual, mas sim um apurado “raciocínio filosófico sobre interpretação”².

Já no capítulo seguinte, intitulado: “O problema da intencionalidade autoral e a sua trajetória no projeto teórico skinneriano”, o objetivo é expor o

SKINNER, Quentin. *Quentin Skinner*. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*, p. 312.

² GUNNELL, John G. *O problema da interpretação*. In: *Teoria política*, p. 73.

percurso do problema da “intencionalidade autoral” na obra de Quentin Skinner com o propósito de apontar uma espécie de definhamento desta concepção em seus textos teóricos. À vista disso, pretendo responder as seguintes questões: 1) Como Quentin Skinner compreende e trabalha o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos? 2) Visto que a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer é muito usada para criticar o projeto de Skinner, em que medida se pode entender o empreendimento skinneriano como um empreendimento hermenêutico? Ou, posto de forma ainda mais direta, quais seriam as condições de possibilidade de uma suposta hermenêutica skinneriana?

Nesse capítulo, o problema da intencionalidade autoral será analisado enquanto um problema de ordem filosófica e, na esteira dessa análise, pretendo abordar uma clássica questão hermenêutica, a saber, a polêmica envolvendo os significados produzidos pelo autor e os significados produzidos pelo intérprete. Cabe dizer que esta é uma questão que perpassa praticamente todo o projeto teórico skinneriano e, sendo assim, ela servirá como a principal entrada para se pensar o esmaecimento da intencionalidade autoral nos argumentos de Quentin Skinner.

Ao final desse capítulo, pretendo mostrar que é possível caracterizar o programa skinneriano como um empreendimento hermenêutico, mas, diferentemente da hermenêutica filosófica gadameriana, o empreendimento de Quentin Skinner seria uma hermenêutica filológica que tem como centro a concepção de linguagem entendida como ação. Em suma, o empreendimento de Skinner poderia ser interpretado como uma hermenêutica filológica por ser uma teoria da interpretação edificada a partir da concepção de intertextualidade – os textos, dessa forma, devem ser entendidos como ações linguísticas ou como atos deliberados de comunicação.

No último capítulo, intitulado: “A ‘virada retórica’ do projeto skinneriano: ação linguística, convencionalismo e agência”, o objetivo é compreender como Skinner transforma a retórica em uma importante ferramenta heurística. Em outras palavras, será examinado como o estudo da retórica se torna um relevante instrumento para a teoria da interpretação skinneriana. Neste capítulo, as seguintes questões estarão em jogo: 1) para que lado descai a teoria skinneriana: isto é, na

direção do intencionalismo ou do convencionalismo? 2) Como Quentin Skinner compreende a concepção de autor?

Nesse capítulo final, as referências teóricas de Quentin Skinner expostas anteriormente serão retomadas e apresentadas sob uma nova perspectiva. Ou melhor, viso mostrar como as principais categorias analíticas de Skinner podem ser pensadas – heurísticamente falando – em termos retóricos.

Dessa forma, a percepção de como Quentin Skinner usa a retórica a serviço da hermenêutica seria a última chave de leitura para interpretar o projeto teórico skinneriano e, por conseguinte, compreender como ele lida com o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos. A partir dessa chave seria possível sustentar a hipótese de que o programa do historiador inglês poderia ser entendido também como uma teoria da interpretação edificada a partir da percepção dos textos como ações empreendidas por agentes – onde a linguagem e os conceitos vigentes não seriam apenas fronteiras que circunscrevem as ações dos agentes, mas funcionariam da mesma forma como ferramentas que permitem a construção de novas convenções e enunciados a partir da disposição dos “jogos de linguagem” disponíveis naquela determinada situação.

Em breve síntese, as hipóteses defendidas em cada capítulo formam três chaves de leitura que tem a finalidade de ensinar uma melhor compreensão da reflexão teórica de Skinner – isto é, pretendo apresentar a teoria da história de Quentin Skinner como: 1) um raciocínio filosófico sobre interpretação, 2) uma hermenêutica edificada a partir da concepção de intertextualidade e 3) uma teoria da interpretação que compreende os textos como ações empreendidas por agentes.

Resta dizer que, na conclusão da dissertação, procurarei fazer uma síntese dos principais argumentos apresentados ao longo dos três capítulos elucidando o modo pelo qual o problema da intencionalidade autoral perpassa todo o projeto teórico skinneriano. Por último, cabe ainda ressaltar que o *corpus* central desta pesquisa é constituído pelos escritos de Quentin Skinner voltados para a teoria e filosofia da história. No entanto, o *corpus* mais amplo abrange todas as publicações de Skinner (livros historiográficos, artigos e entrevistas) – bem como a rica fortuna crítica do historiador inglês.

Doravante, a título de introdução, segue uma breve discussão bibliográfica acerca do projeto teórico skinneriano.

Como sabido, o historiador inglês Quentin Skinner é considerado um dos personagens mais importantes da historiografia intelectual da atualidade, logo, muitos artigos foram escritos sobre a sua abordagem teórica. É inegável que Kari Palonen, James Tully e Melvin Richter são os principais nomes no que diz respeito à análise do programa skinneriano. Ademais, é possível dizer que esse tema ganhou destaque no meio acadêmico brasileiro a partir dos textos de Marcelo Jasmin, João Feres Júnior e Ricardo Silva.³

Não obstante, mesmo reconhecida a importância de Quentin Skinner para o labor historiográfico atual, a primeira e única exposição mais detalhada sobre a sua teoria da história é o livro de Kari Palonen, intitulado *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric* (2003). Neste livro, Palonen faz uma espécie de introdução à obra de Skinner, destarte, ele é um dos principais guias para a apreciação crítica da obra do historiador.

Por sua vez, James Tully foi o editor de um importante livro que leva o nome de *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics* (1988). Este livro é extremamente significativo porque reúne pela primeira vez os principais artigos teóricos do historiador e também vários artigos críticos ao seu programa. Logo, pode-se dizer que ele é um dos principais instrumentos para analisar a recepção da obra de Skinner – em especial os trabalhos compreendidos na década de setenta.

Tanto James Tully quanto Kari Palonen escreveram sobre hipóteses muito interessantes e perspicazes sobre como se deve interpretar o programa teórico skinneriano. De forma bem sintética, pode-se dizer que Tully aproxima a perspectiva de Skinner com a de Michel Foucault, e Palonen, no decorrer do seu livro, traça diversos paralelos entre os argumentos de Skinner e os de Max Weber. No capítulo final de seu trabalho, onde Palonen analisa Quentin Skinner na qualidade de um pensador contemporâneo, ele chega a argumentar, a partir de uma hipótese descontraída, que, se Weber estivesse vivo, Skinner estaria entre os

³ Além disso, não se pode esquecer o livro *História das ideias: proposições, debates e perspectivas*, que reúne diversos textos significativos sobre o projeto teórico de Skinner: PAREDES, Marçal; ARMANI, Carlos; AREND, Hugo (Org.). *História das ideias: proposições, debates e perspectivas*, 2011.

dez autores que ele consideraria digno de leitura.⁴ Em suma, Palonen aproxima Skinner de Weber por entender que os dois têm praticamente o mesmo perfil intelectual, isto é, a mesma visão perspectivista da verdade e a mesma concepção nominalista para interpretar as ações humanas⁵.

Ciente da importância desses dois autores, é preciso, porém, ter em mente que uma das primeiras tentativas de apresentar uma chave de leitura para melhor compreender o projeto de Quentin Skinner partiu de Gordon J. Schochet, na primeira metade da década de setenta. Schochet, em um artigo intitulado: *Quentin Skinner's Method*, separa o trabalho de Skinner em três categorias: 1) Trabalhos relacionados à filosofia da linguagem que discutem os significados dos atos discursivos (ou atos de fala); 2) Trabalhos metodológicos sobre como os significados dos textos históricos devem ser compreendidos; e, por fim, 3) Trabalhos historiográficos centrados, basicamente, no século XVII inglês⁶.

É possível dizer que essa divisão de Gordon Schochet é uma boa síntese. No entanto, não farei uso dela em meu trabalho por ela ser demasiado pragmática e impedir o entendimento do empreendimento de Skinner como um todo. Em certo sentido, esta divisão engessada impede a percepção do programa skinneriano como uma reflexão em transformação orientada pelo diálogo – e o entendimento de tal reflexão é um dos objetivos dessa pesquisa. Acredito que, sobre esse ponto, a concepção de James Tully seja mais apropriada: seria um erro dividir os escritos de Skinner em diferentes categorias uma vez que o programa teórico e os trabalhos historiográficos de Skinner são interdependentes⁷:

I want to underline the point that Skinner's work in the philosophy of social science or method has always been informed by his historical research and vice versa. Like the late Michel Foucault, in the comparable position at the Collège de

⁴ Nas palavras de Palonen: “My guess is that Quentin Skinner would be among the first ten contemporary authors whom Weber would count as readable”. PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*, p. 173.

⁵ Cf. *Ibid.*, p. 2 e 4.

⁶ SCHOCHET, Gordon J. *Quentin Skinner's Method*, p. 263-264.

⁷ No entanto, muitos de seus críticos argumentam que Skinner propõe um modelo de como escrever história intelectual, porém, acaba por realizar um empreendimento muito diferente do que ele próprio considera aceitável. Sobre esse assunto ver: MINOGUE, Kenneth. *Method in intellectual history: Quentin Skinner's Foundations*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 176-193; TARCOV, Nathan. *Quentin Skinner's method and Machiavelli's Prince*. In: *Ibid.*, p. 194-203.

France, Skinner has made major contributions in both social theory and history, and the achievement in each field is the result of research in both.⁸

Essa interdependência entre os escritos teóricos e os trabalhos historiográficos de Skinner é interessante para perceber a dinâmica do seu projeto. Dessa forma, as chaves de leitura apresentadas por Tully e Palonen são mais pertinentes do que a de Schochet. Contudo, não se pode esquecer que as exposições desses dois autores são muito mais recentes, por exemplo, quando o artigo de Schochet foi publicado, Skinner ainda não tinha sequer terminado a sua obra capital (*As Fundações do Pensamento Político Moderno*), que só foi publicada em 1978. À vista disso, é possível entender, pelo menos até certo ponto, o porquê dos argumentos de Tully e Palonen serem mais refinados.

Kari Palonen também buscou colocar as perspectivas de Skinner e Koselleck em diálogo. Pode-se dizer que ele e Melvin Richter são os nomes de maior destaque no que diz respeito a essa iniciativa. Richter, mais especificamente, é considerado o principal responsável pelo provimento do encontro e do debate entre a *Begriffsgeschichte* e a abordagem de Quentin Skinner⁹ – além de sua rica análise comparativa acerca dessas duas possibilidades historiográficas, o trabalho de Melvin Richter também fornece uma boa síntese do cenário intelectual tanto de Skinner e Pocock quanto de Koselleck e dos outros intelectuais do “*Geschichtliche Grundbegriffe*” (também conhecido como “*GG*”)¹⁰.

Há de se destacar que muitos dos críticos de Quentin Skinner usam argumentos inspirados na hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer para apontar certas inconsistências nos argumentos do historiador inglês. A análise e a problematização dos argumentos desses críticos são de fundamental importância para o desenvolvimento dessa dissertação. Pode-se dizer que os principais nomes

⁸ TULLY, James. *The Pen is a mighty sword: Quentin Skinner's analysis of politics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 16.

⁹ Sobre esse ponto, ver: RICHTER, Melvin. *Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe*, p. 38-70.

¹⁰ Cabe acrescentar que Marcelo Jasmin e João Feres Júnior foram os responsáveis por trazer esse debate comparativo para o nosso meio acadêmico. Cf. JASMIN, Marcelo. *História dos Conceitos e Teoria Social e Política: Referências Preliminares*, 2005. E também: JASMIN, Marcelo & JÚNIOR, João Feres (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*, 2006.

no que diz respeito a esse ponto são John Gunnell¹¹, Dominick LaCapra¹², John Keane¹³ e David Harlan¹⁴. Todos esses autores fazem uma crítica muito similar, a saber, que Skinner desconsideraria a própria historicidade e não perceberia que toda e qualquer interpretação de textos se dá, necessariamente, a partir de um movimento dialógico, isto é, de uma troca entre o objeto de estudo e o seu próprio intérprete.

Dentre esses comentadores que seguem uma perspectiva gadameriana, possivelmente John Gunnell seja o mais representativo. O tom da sua crítica a Quentin Skinner é bem contundente e reproduz um posicionamento clássico que coloca em dúvida a relevância de uma abordagem que dá ênfase à necessidade de pensar seus objetos a partir de uma perspectiva histórica. Desta forma, Gunnell alcunha a abordagem de Skinner de a “nova história do pensamento político” e a acusa de pregar uma historicização desagradada dos textos. Uma das principais entradas para se entender a enérgica crítica de John Gunnell é que, no seu entendimento, a abordagem defendida por Quentin Skinner inviabiliza a teoria política que não é pensada historicamente, ou seja, uma teoria política muito diferente da que Gunnell e muitos outros consideram significativa – pois, segundo Gunnell, essa abordagem histórica de Skinner pode resultar em uma simples análise antiquária que, conseqüentemente, impossibilita a reflexão filosófica¹⁵.

Dominick LaCapra, em seu artigo *Rethinking Intellectual History and Reading Texts* (1980), segue uma linha de raciocínio parecida com a de John Gunnell. Embora LaCapra mostre um refinamento maior em seus argumentos e um maior conhecimento sobre a esfera historiográfica do que Gunnell, o seu posicionamento, em certo sentido, também apresenta alguns acentos gadamerianos. Em linhas gerais, ele faz uma distinção entre uma visão dialógica e uma visão documental da história, esta última dominaria a grande maioria das

¹¹ GUNNELL, John G. *Interpretation and the History of Political Theory: Apology and Epistemology*, p. 317-327. E também: Id., *O problema da interpretação*. In: *Teoria política*, p. 67-90.

¹² LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History and Reading Texts*, p. 245-276.

¹³ KEANE, John. *More theses on the philosophy of history*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 204-217.

¹⁴ HARLAN, David. *Intellectual History and the Return of Literature*, p. 581-609.

¹⁵ GUNNELL, John G. *Interpretation and the History of Political Theory: Apology and Epistemology*, p. 327. Para a análise de um filósofo que, diferente de John Gunnell, consegue perceber a relevância da abordagem de Skinner para a historiografia filosófica, ver o texto de Richard Rorty: RORTY, Richard. *A historiografia da filosofia: quatro gêneros*. In: *Verdade e Progresso*, pp. 305-338.

perspectivas historiográficas. Skinner, segundo LaCapra, contribuiria para a manutenção dessa visão puramente documental por, entre outras coisas, acreditar que existiria uma relação de propriedade entre o autor e o significado de seu texto – por consequência, o ponto de vista skinneriano dá a entender que todos os enunciados estariam sempre restritos a significados unitários¹⁶, o que transformaria a pesquisa histórica em uma mera atividade de leitura e catalogação de documentos, sem nenhum espaço para a abordagem dialógica que evidenciaria a historicidade do próprio historiador.

John Keane, no artigo *More theses on the philosophy of history*, mantém a mesma pegada de Dominick LaCapra e argumenta que a historiografia que Skinner defende opera a partir de uma lógica de simples reprodução do passado, quando, ao contrário, ela seria uma análise muito mais rica e pertinente se operasse a partir de uma lógica de interlocução¹⁷.

Por último, David Harlan, em seu belicoso artigo intitulado *Intellectual History and the Return of Literature*, vai na esteira de todos esses críticos e argumenta que Skinner é incapaz de perceber o importante movimento de desvanecimento do autor, e, por esse motivo, o trabalho teórico do historiador inglês se resumiria à uma trivial hermenêutica romântica demasiadamente preocupada em recuperar as intenções dos autores do passado¹⁸.

Todavia, alguns dos comentadores de Quentin Skinner criticaram esses autores que adotaram uma postura gadameriana, e, deste modo, essa resposta contribuiu para a construção de um debate muito profícuo acerca do alcance e da compreensão da teoria da história de Skinner. Peter L. Janssen, por exemplo, em seu trabalho intitulado *Political Thought as Traditionary Action: The Critical Response to Skinner and Pocock* (1985), argumenta que os críticos de Skinner (John Gunnell estaria entre eles) o leram de forma equivocada¹⁹ e, conseqüentemente, “*inibiram a apreciação do verdadeiro potencial das*

¹⁶ LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History and Reading Texts*, p. 245.

¹⁷ Cf. KEANE, John. *More theses on the philosophy of history*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 205.

¹⁸ HARLAN, David. *Intellectual History and the Return of Literature*, p. 584 e 587.

¹⁹ Nas palavras de Peter Janssen: “*I suggest that the critical response to Skinner and Pocock has largely misinterpreted what may be called, ad Skinnerum, their "point," that is, the particular context of historiographical, philosophical, and epistemological conventions within which they intended their works to be read.*” JANSSEN, Peter L. *Political Thought as Traditionary Action: The Critical Response to Skinner and Pocock*, p. 116.

discussões historiográficas de Skinner e Pocock para a prática da teoria política.”²⁰

No entanto, dentre os críticos que perceberam que era preciso problematizar as críticas de matriz gadameriana direcionadas ao projeto skinneriano, o trabalho mais relevante – pelo menos para os objetivos desta dissertação – é o de Martyn P. Thompson. Em seu artigo intitulado *Reception Theory and the Interpretation of Historical Meaning* (1993), Thompson reflete sobre as diversas concepções da “*Rezeptionsgeschichte*” e da “nova história do pensamento político”. Seu objetivo é expor as diferentes propostas acerca do problema da interpretação dos significados dos textos, e, para tanto, ele faz uma distinção entre o que seria uma “teoria substancialista do texto” e uma “teoria pragmática do texto”²¹. Em linhas gerais, a primeira teoria do texto realça que um texto é sempre a produção de um autor, isto é, um texto sempre tem significados específicos, a saber, aqueles que são intentados por quem o escreveu, ou seja, justamente pelo seu autor. A teoria pragmática do texto, por sua vez, acredita que o significado de um texto é sempre uma construção do leitor, logo, no que diz respeito a sua interpretação, não haveria nenhum espaço para a intenção do autor ou para o significado produzido por este. Assim, segundo Thompson, essa última teoria do texto estaria diretamente ligada às suposições da hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer.²²

Este artigo de Martyn P. Thompson é extremamente relevante para a presente pesquisa porque ele tenta demonstrar que essas duas teorias do texto não são, como pode parecer em uma primeira análise, antagônicas. O objetivo desta dissertação entra em consonância com os argumentos de Thompson na medida em que também procuro demonstrar que essas duas possíveis teorias do texto têm suas virtudes e suas limitações – e que seus diferentes enfoques são motivados por diferentes concepções de historicidade. Ou seja, enquanto a abordagem de Skinner daria maior ênfase à historicidade dos textos, a crítica de inspiração gadameriana daria maior atenção à historicidade do próprio intérprete. Em outras palavras, o

²⁰ Tradução livre de: “*has inhibited an appreciation of the true potential of Skinner's and Pocock's historiographical discussions for the practice of political theory.*” Ibid.

²¹ THOMPSON, Martyn P. *Reception Theory and the Interpretation of Historical Meaning*, p. 251.

²² Ibid., p. 252.

problema das teorias do texto supostamente rivais está assentado no problema da historicidade, ou, mais especificamente, em que historicidade se pretende enfatizar. Assim como Martyn Thompson, também pretendo demonstrar que é necessário encontrar um meio termo para alcançar uma empresa interpretativa adequada.

O debate gerado pelos críticos de inclinação gadameriana talvez seja o debate acerca dos textos teóricos de Quentin Skinner que tenha suscitado maior repercussão. É possível dizer que os dois lados trazem contribuições relevantes e, por conseguinte, introduzem e sublinham conceitos fundamentais para o projeto teórico skinneriano que precisam ser problematizados para a sua melhor compreensão. É inegável que esses conceitos assinalados – a saber: hermenêutica, significado, texto e autor – estão intimamente ligados e ressaltam o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos. À vista disso, todos eles serão trabalhados ao longo dos três capítulos que seguem.

2

O percurso intelectual de Quentin Skinner e as suas principais referências teóricas

“Philosophy cannot be separated from the history of philosophy”
(Antonio Gramsci)

Este primeiro capítulo tem por objetivo elencar e refletir sobre as principais referências teóricas de Quentin Skinner, isto é, ao analisar o arcabouço filosófico construído pelo historiador inglês, pretendo responder a seguinte pergunta: quem Skinner leu e como ele leu? Por certo, essa pergunta tem um caráter introdutório, no entanto, ela é significativa para apresentar a base filosófica do projeto de Skinner e, por consequência, para compreender a partir de que solo surge para o historiador inglês o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos.

Para responder à pergunta apresentada acima, é necessário mapear os argumentos e as principais citações presentes nos textos de Skinner – sobretudo, nos textos direcionados para a teoria e a filosofia da história. É de grande importância deixar claro que o conjunto desses textos circunscreve o que chamo de “o projeto teórico skinneriano voltado para historiografia intelectual”. Por conseguinte, esse projeto pode ser vislumbrado a partir dos seguintes textos (listados aqui em ordem cronológica):

- (1966) *The Limits of Historical Explanations*
- (1969) *Meaning and Understanding in the History of Ideas*
- (1970) *Conventions and the Understanding of Speech Acts*
- (1971) *On Performing and Explaining Linguistic Actions*
- (1972) *Motives, Intentions and the Interpretation of Texts*
- (1972) *Social Meaning and the Explanation of Social Action*
- (1974) *Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action*
- (1975) *Hermeneutics and the Role of History*
- (1978) *Action and Context*

- (1978) *Prefácio: As Fundações do Pensamento Político Moderno*
- (1981) *The End of Philosophy?*
- (1985) *Introduction: The Return of Grand Theory*
- (1988) *Language and Social Change* (este artigo foi publicado pela primeira vez em 1976, sob o título de “*The Idea of a Cultural Lexicon*”)
- (1988) *Reply to my Critics*
- (1994) *The study of rhetoric as an approach to cultural history: the case of Hobbes*
- (1999) *Rhetoric and Conceptual Change*
- (2001) *The Rise of, Challenge to and Prospects for a Collingwoodian Approach to the History of Political Thought*
- (2002) *Visions of Politics: Regarding Method* (este é um livro que copila dez artigos de Skinner, muitos deles passam por grande revisão)
- (2005) *On Intellectual History and the History of Books*
- (2008) *Is it still possible to interpret texts?*

Como se pode perceber, é uma lista longa que compreende o período que vai de 1966 até 2008, ou seja, são quatro décadas que perfilam praticamente todo o percurso intelectual/acadêmico de historiador inglês.

Não obstante, antes de me aprofundar nas referências de Skinner, é necessário meditar rapidamente sobre o termo “*história intelectual*” que categoriza o que chamei de “*projeto teórico skinneriano*”. Este será então o assunto do primeiro tópico, que terá como objetivos refletir, ainda que brevemente, sobre a “*história da história intelectual*” e sobre qual é o lugar que Quentin Skinner ocupa nesse “domínio” historiográfico em particular.

2.1

“Da história das ideias à história intelectual”:

Através da leitura dos textos de Quentin Skinner (e também dos seus inúmeros críticos), é possível encontrar diversas denominações para a “subdisciplina” em que ele atua, como por exemplo: “*história das ideias*”,

“*história do pensamento político*”, “*história da filosofia política*”, “*história da teoria política*”, “*nova história da teoria política*”, “*história dos discursos (políticos)*”, “*história intelectual*”, “*nova história intelectual*”, “*história dos conceitos (políticos)*” e “*história conceitual*”.

Em suma, com base nesse número demasiado grande de denominações, pode-se sem problemas chegar à conclusão de que ainda não há um consenso sobre o que historiadores como Quentin Skinner fazem ao escrever história. A princípio, não se pode negar que as últimas décadas contribuíram muito para a definição das práticas e das especificidades da historiografia intelectual. Não é exagero dizer que, desde as décadas de 1960 e 1970, há uma considerável disposição para os debates acerca do objeto e do exercício desse ramo historiográfico, principalmente nos meios acadêmicos de fala inglesa e alemã¹. Contudo, é inegável – como se pode perceber pelo número de denominações elencadas acima – que ainda não há um consenso a respeito dessa “área” e, por consequência, pode-se dizer que ainda restam algumas arestas a serem cortadas e alguns problemas a serem trabalhados mais detidamente.

Como se sabe, a história das ideias tem a sua própria história² e, sem dúvida, o primeiro passo para históriá-la (pelo menos no mundo de fala inglesa) deve ser dado a partir do filósofo e historiador americano Arthur Lovejoy (1873-1962)³ – uma vez que o alvorecer dessa “disciplina” se dá como consequência dos seus trabalhos e é difundido a partir do famoso “*Journal of the history of ideas*”, que surgiu em 1940 e no qual ele foi o fundador.

¹ O mesmo não ocorre na França, pois, apesar dos trabalhos de François Dosse e Jacques Guilhaumou (dois dos principais nomes da historiografia intelectual francesa), a história intelectual nesse país sempre foi ofuscada, de uma maneira geral, pela história social (haja visto o caso da “história das mentalidades”). Sobre esse ponto ver o texto de François Dosse: *Da história das ideias à história intelectual*. In: *História e Ciências Sociais*, p. 283-311. O título do texto de Dosse mencionado foi a inspiração para título do presente tópico.

² Como nos lembra Joseph Mazzeo: “*What we call the history of ideas itself has a history*”: MAZZEO, Joseph. *Some interpretations of the history of ideas*. In: *The history of ideas: canon and variations*, p. 92.

³ Como se pode perceber a partir das seguintes palavras de Donald Kelley: “*The ‘history of ideas’ American style owes its genesis, character, and persistence to the work of Lovejoy, his colleagues and his epigones, and has developed more or less independently. Despite the early contributions of European émigré scholars, there is nothing quite comparable in the European academic world, though there have been occasional professors of the ‘history of ideas’ (e.g., Jean Starobinski). Begriffsgeschichte has been mainly an adjunct of German philosophy (or philosophical lexicography), and the history of mentalités of French social history; and neither has paid much attention to American scholarship.*” KELLEY, Donald R. *Horizons of Intellectual History: Retrospect, Circumspect, Prospect*. In: *The history of ideas: canon and variations*, p. 318-319. Sobre esse ponto, ver também, do mesmo autor: *What is Happening to the History of Ideas?*, p. 3.

Na primeira metade do século XX, a história das ideias era vista simplesmente como uma ramificação da “história da filosofia”⁴, assim, é por esse motivo que é possível perceber com nitidez que uma das grandes preocupações da pauta de Arthur Lovejoy era justamente justificar o estudo da história das ideias, isto é, além de escrever sobre a sua natureza e os seus objetivos⁵, ele se empenhava em apresentar argumentos que pudessem firmar a legitimidade dessa “área do conhecimento”.

Segundo Lovejoy, o conhecimento que o homem mais necessita é o conhecimento de si mesmo, com base nesse ponto, a história das ideias seria indispensável na medida em que ela é uma das grandes formas de exposição do conhecimento do homem. Em outras palavras, Lovejoy via a história das ideias como uma espécie de conhecimento do conhecimento do homem, ou seja, ela seria uma expressão muito apropriada do imperativo escrito no oráculo de Delfos – “*conhece-te a ti mesmo*” – e a sua justificação acadêmica e intelectual residiria precisamente nesse fato⁶. Assim, na esteira desse raciocínio de Lovejoy, a história das ideias abarcaria um elemento praticamente “auto justificável”, uma vez que ela contribuiria de forma vigorosa para o autoconhecimento do homem⁷.

Nesse sentido, a concepção de “história das ideias” de Arthur Lovejoy possui um sutil contorno que a torna muito similar à antropologia filosófica – mais especificamente a antropologia filosófica do pensador alemão Ernst Cassirer. A título de exemplificação, além de Cassirer ser muitas vezes interpretado como um historiador das ideias⁸, a aproximação entre esses dois pensadores contemporâneos pode ser feita em função do seguinte ponto: ao colocarem o “conhecimento de si como a mais alta meta da indagação filosófica”⁹, eles

⁴ Ibid., p. 4.

⁵ LOVEJOY, Arthur O. *Reflections on the History of Ideas*. In: *The history of ideas: canon and variations*, p. 1.

⁶ Ibid., p. 6.

⁷ Como afirma Donald Kelley ao comentar o projeto de Lovejoy: “*the history of ideas ‘has its own reason for being,’ and this reason was self-knowledge – in the sense not only of seeking truth but also of analyzing error, which for Lovejoy meant not only celebrating human cultural achievement but also posing the question looming in the late ‘30s (and present ever since those darkening years): ‘What’s the matter with man?’*”. KELLEY, Donald R. *What is Happening to the History of Ideas?*, p. 12.

⁸ Principalmente em virtude dos seus conhecidos trabalhos como *Individuo e Cosmos na Filosofia do Renascimento* (1927) e *A Filosofia do Iluminismo* (1932).

⁹ Cf. CASSIRER, Ernst. *Ensaio Sobre o Homem: Introdução a uma filosofia da cultura humana*, p. 9.

acabaram por construir os seus projetos com o intuito de responder a basicamente a mesma questão, isto é, enquanto Cassirer procurou responder a pergunta “*o que é o homem?*”¹⁰ por meio de uma filosofia da cultura humana, Lovejoy buscou responder a pergunta “*o que se passa com o homem?*” (“*what's the matter with man?*”)¹¹ a partir de uma história das ideias – destarte, os projetos dos dois podem ser lidos como uma antropologia filosófica visto que eles são, acima de tudo, um “estudo sobre o homem”, ou, em outras palavras, uma filosofia que encara a cultura metafisicamente e que tem por objeto singular, simplesmente, o homem.

Por esse motivo, cabe ressaltar que, o “homem”, enquanto objeto de estudo de Cassirer e Lovejoy, ainda seria pensado com certa propensão ao universal, quer dizer, ele seria presumido a partir do modelo do sujeito transcendental kantiano que operaria a partir de categorias universalmente válidas. Por conseguinte, a história das ideias na primeira metade do século XX, isto é, a história das ideias “*pré-linguistic turn*”, estava intimamente ligada a um problema filosófico que ainda tinha no universal uma das suas grandes metas. Sem dúvida esta seria a razão das inúmeras críticas direcionadas a ela no decorrer do século, pois, diante dessa pretensão ao universal, a sua capacidade de reflexionar a historicidade dos objetos históricos seria deveras enfraquecida – nesse sentido, é legítima a afirmação de que, pelo menos nesse período, a “história das ideias” e a “história da filosofia” ainda se mesclavam de forma branda.

Apesar das diversas críticas recebidas (principalmente advindas do próprio Quentin Skinner, como se verá mais adiante), a importância de Arthur Lovejoy para a autonomia da história das ideias é inegável. Todavia, principalmente a partir da década de 1970, vários historiadores e teóricos da história iriam rever os conceitos e as formas de exercício dessa vertente historiográfica para aparar as suas arestas que ainda exibiam certa coloração “metafísica”.

A título de exemplo, ao contrário do que muitos pensam, na década de 1940 Arthur Lovejoy já usava o termo “história intelectual”, porém, ele o usava como um simples sinônimo do termo “história das ideias”, sem qualquer tipo de diferenciação entre ambos. Porém, como dito, a partir da década de 1970, diversos artigos prescritivos foram publicados chamando a atenção para a necessidade de

¹⁰ “O que é o homem?” é o título da primeira parte do livro citado na nota acima.

¹¹ LOVEJOY, Arthur O. *Reflections on the History of Ideas*. In: *The history of ideas: canon and variations*, p. 7.

transformação dessa forma de historiografia¹², o que colocaria em questão até mesmo o nome da subdisciplina. Mais especificamente, muitos autores escreveram sobre a necessidade de mudança de escopo dessa disciplina e sobre como ela deveria proceder a partir dali, William J. Bouwsma, por exemplo, em um artigo de 1981¹³, escreve sobre o prognóstico da transformação da “história das ideias” em uma “história dos significados”. Apesar de seu tom pessimista sobre as potencialidades da historiografia intelectual, a sua proposta pela categoria de “significado” é interessante na medida em que ela demonstra que o termo “ideias” relacionado à historiografia tradicional é indubitavelmente problemático e não mais satisfazia as exigências que eram impostas naquele momento a essa linha historiográfica específica.

À vista disso, Donald Kelley é categórico ao dizer que a opção por “história intelectual”, ao invés da já tradicional “história das ideias”, se dá principalmente em razão do conceito “ideias” sugerir um “idealismo controverso”¹⁴ que deveria ser evitado a qualquer custo a partir daquele momento. Com isso, os conceitos “ideias” e “intelectual” não são mais usados como sinônimos, como costumava fazer Arthur Lovejoy, pois, a partir da década de 1970 (mas mais especialmente a partir da década de 1980), o primeiro termo foi preterido em razão do segundo.

Na esteira dessa mudança conceitual, isto é, na esteira da passagem da “história das ideias” para a “história intelectual”, é possível notar também uma mudança analítica no seio dessa disciplina. Ou seja, o foco dos historiadores mudou das chamadas “ideias” (ou “pensamentos”) para os chamados “discursos”¹⁵. Aliás, diga-se de passagem, essa mudança é uma das melhores

¹² Para citar alguns exemplos: Willian Bouwsma “*Intellectual History in the 1980s: From the History of Ideas to the History of meaning*” (1981); Richard Rorty “*The historiography of philosophy: four genres*” (1984); David Harlan “*Intellectual History and the Return of Literature*” (1989) e muitos outros. Mas, sem dúvida, os dois exemplos mais famosos (e paradigmáticos) são os artigos de Quentin Skinner “*Meaning and Understanding in the History of Ideas*” (1969) e de Dominick LaCapra “*Rethinking intellectual history and reading texts*” (1980). Os dois artigos são explicitamente prescritivos e foram publicados pela primeira vez na revista “*History and Theory*”.

¹³ BOUWSMA, William J. *Intellectual History in the 1980s: From the History of Ideas to the History of meaning*, p. 279-291.

¹⁴ KELLEY, Donald R. *Introduction: Reflections on a Canon*. In: *The history of ideas: canon and variations*, p. x.

¹⁵ Id., *Horizons of Intellectual History: Retrospect, Circumspect, Prospect*. In: *The history of ideas: canon and variations*, p. 329. Ver também: BOUWSMA, William J. *Intellectual History in the 1980s: From the History of Ideas to the History of meaning*, 279-291.

entradas para se pensar o lugar de Quentin Skinner na história da historiografia intelectual. O ponto central a ser destacado é que o interesse pelos “discursos” – ou, em termos mais gerais, o interesse pela dimensão linguística dos textos – está intimamente ligado ao fenômeno que ficou conhecido como a virada linguística (“*linguistic turn*”). Esta virada, grosso modo, pode ser entendida como a visão na qual os problemas filosóficos de qualquer ordem são, em algum nível, problemas relacionados à linguagem¹⁶, e, nesse sentido, a investigação filosófica não deve mais se basear na análise de processos mentais, mas sim na análise dos significados linguísticos.¹⁷

Em certa medida, não é exagero afirmar que o livro mais representativo do que se pode chamar de a “virada linguística da história intelectual” seja a coletânea de artigos organizada por Dominick LaCapra e Steven Kaplan, intitulada *Modern European intellectual history: reappraisals and new perspectives*, publicada em 1982. A maioria dos artigos reunidos nesse livro tratam, de forma direta ou indireta, do problema da linguagem na historiografia intelectual. Hans Kellner, por exemplo, em seu artigo onde ele discorre sobre o “presente estado da história intelectual europeia”, resume esse ponto ao afirmar que a recente historiografia intelectual, em função de uma certa “perda de identidade”, passa a abordar determinados temas que antes simplesmente não eram sequer vistos como problemas, com isso, ele argumenta, mesmo não havendo um consenso entre os teóricos da história, os estudos sobre “linguagem” e “hermenêutica” se tornaram latentes obsessões.¹⁸

Em um outro artigo presente no livro citado, Mark Poster chama a atenção para o papel significativo que Michel Foucault desempenhou no que diz respeito à redefinição do objeto da história intelectual. Assim, segundo Poster, Foucault deixa bem claro que o objeto dos historiadores intelectuais não pode ser mais “os pensamentos de indivíduos expressos em livros”, em oposição a este, o objeto por

¹⁶ Apesar de uma grande variedade de intelectuais de diferentes áreas terem contribuído para a disseminação dessa “virada”, é inegável que os seus primeiros passos não podem ser separados da ascensão da filosofia analítica. Como se pode perceber a partir do livro organizado por Richard Rorty: *The Linguistic turn: recent essays in philosophical method*, 1967. Conferir também o livro de Danilo Marcondes: *Filosofia Analítica*, p. 14.

¹⁷ Cf. *Ibid.*, p. 21.

¹⁸ KELLNER, Hans. *Triangular Anxieties: The Present State of European Intellectual History*. In: LACAPRA, Dominick & KAPLAN, Steven L. (Org.). *Modern European intellectual history: reappraisals and new perspectives*, p. 117.

excelência desses historiadores deve ser o “discurso tratado como um fenômeno objetivo”¹⁹. Nesse sentido, de acordo com os argumentos defendidos por Poster, Michel Foucault (mais especificamente em sua obra *A Arqueologia do Saber*) seria o responsável por chamar a atenção para importância do conceito de “discurso” para a prática da historiografia intelectual.

Não obstante, cabe dizer que John Toews, ao comentar os argumentos de Mark Poster em seu artigo intitulado *Intellectual History after the Linguistic Turn*, faz a seguinte ressalva sobre a concepção de discurso foucaultiana e a sua importância para a historiografia intelectual:

This concept of heterogeneous, compound, interacting, open discourses in a constant state of dynamic change both within themselves and in their relations to each other because of the transformative activities of individual agents who articulate them seems to owe much less to Foucault than to the theory of discourse developed over the past twenty-five years in the historiography of early modern Anglo-American political theory, especially by Quentin Skinner, John Dunn, and J. G. A. Pocock.²⁰

Sem dúvida esse trecho faz referência ao fato de que, como afirmou o próprio Quentin Skinner: “*It is certainly an implication of my approach that the idea of discourse, not individual authors, becomes the main focus of attention.*”²¹ Então, como se pode perceber, a “teoria do discurso” desenvolvida por Skinner (para usar o termo de Toews destacado acima), vai na esteira dessa tendência de priorizar a análise da dimensão linguística dos textos em detrimento do estudo dos “pensamentos” dos indivíduos, e, com isso, acaba por desempenhar um papel relevante no que diz respeito a reformulação do objeto da historiografia intelectual (papel este que, se seguirmos o raciocínio de Toews, seria comparável ao empreendimento de Michel Foucault).

¹⁹ POSTER, Mark. *The Future According to Foucault: The Archaeology of Knowledge and Intellectual History*. In: LACAPRA, Dominick & KAPLAN, Steven L. (Org.). *Modern European intellectual history: reappraisals and new perspectives*, p. 146. Mais adiante Poster acrescenta: “*Once liberated from the subject and all the forms of continuity associated with it (Geist, tradition, influence, evolution, book, oeuvre), intellectual history can define its object as discourses which are composed of statements, statements that are constituted by rules of formation and that have types of relations with other statements. Foucault suggests that, for the purposes of a beginning only, one may regard the empirical disciplines, such as the human sciences, as the field of discourses.*”

²⁰ TOEWS, John E. *Intellectual History after the Linguistic Turn: The Autonomy of Meaning and the Irreducibility of Experience*, p. 891.

²¹ SKINNER, Quentin. *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 276.

Em suma, é possível interpretar o projeto teórico de Skinner – bem como a sua obra como um todo – como uma das grandes expressões da historiografia intelectual pós-*virada linguística*. A mudança de interesse nas “ideias” para os “discursos”, além de ser uma clara indicação do giro linguístico da historiografia intelectual, é uma das principais chaves para se compreender o lugar que Skinner ocupa na história dessa historiografia. Isto é, uma vez que Skinner dá demasiada importância para a reformulação da relação texto-contexto e, ao mesmo tempo, confere um importante papel para a análise da linguagem no que diz respeito aos problemas de interpretação, a sua obra pode ser examinada na esteira da ascensão da *virada linguística* no seio da historiografia intelectual.

À vista disso, é possível afirmar que uma das grandes questões que regem a reflexão teórica de Quentin Skinner é, justamente, a questão que ganha força nessa “passagem” da história das ideias para a história intelectual e, por conseguinte, nessa crescente preocupação com os estudos sobre linguagem – essa questão, a saber, é o problema do significado e da interpretação dos textos. No caso skinneriano, cabe aqui dizer, é possível colocar essa questão em termos ainda mais específicos, ou seja: o problema da intencionalidade autoral na interpretação do significado dos textos.

Com isso, ciente do lugar que Quentin Skinner ocupa na “história da história intelectual”, não é de forma alguma uma surpresa constatar que o seu projeto teórico começa precisamente como uma espécie de crítica à historiografia das ideias tradicional, isto é, como uma crítica direcionada aos historiadores que se preocupam em estudar as “ideias” ao invés de se preocuparem com a análise dos “discursos”. Por conseguinte, cabe agora historiar esse projeto teórico, esta será tarefa dos parágrafos que seguem e, por assim dizer, será também um passo de grande valor para refletir sobre as principais referências teóricas do historiador inglês.

2.2

A história da teoria da história de Quentin Skinner:

Como afirmado mais acima, o ponto de partida do programa skinneriano é a sua crítica à convencional história das ideias. É importante dizer que essa crítica

é, na verdade, um debate que ele herda e desenvolve na esteira de autores como Peter Laslett, John Dunn e John Pocock. Consequentemente, o artigo *Meaning and Understanding in the History of Ideas* (1969) – que já é considerado um clássico e é onde Skinner elabora mais detidamente o seu parecer sobre a história das ideias – deve muito aos argumentos de John Dunn presentes no artigo *The Identity of the History of Ideas*, publicado apenas um ano antes²². Obviamente o tom de John Dunn não é tempestuoso como o de Skinner, contudo, a questão em jogo é a mesma, a saber, a necessidade da história das ideias repensar a sua prática e o seu escopo para cessar com as investigações ingênuas que ignoram a historicidade dos seus objetos de análise.²³

Não obstante, essa crítica à história das ideias, tomada isoladamente, não faz jus à complexidade da reflexão teórica de Quentin Skinner. Reduzir o programa skinneriano a um artigo prescritivo significa desvalorizar o seu caráter dialógico e não perceber a sua constante transformação. Assim, é por esse motivo que sustento que para uma melhor compreensão deste programa é preciso historicizá-lo a partir da seguinte pergunta: para quais questões os textos teóricos de Quentin Skinner constituem uma resposta?

Em breve síntese, o percurso intelectual de Skinner pode ser delineado da seguinte forma: é possível perceber que nas décadas de sessenta e setenta Skinner estava traçando as linhas gerais do seu projeto de como se deve escrever história intelectual, com isso, os seus primeiros artigos têm um nítido caráter programático. Nesse primeiro momento, o seu objetivo principal era o de refutar a história das ideias convencional exposta nos moldes de Arthur Lovejoy e do contextualismo marxista. Com vista para os seus argumentos, é inegável que a sua leitura de Robin George Collingwood, Ludwig Wittgenstein e John Austin ensejaram a base da sua crítica (me aprofundarei nesse ponto uma pouco mais a frente).

Já nas décadas de setenta e oitenta, Skinner foi alvo de muitas críticas devido à sua concepção de intencionalidade e à sua apropriação da teoria dos atos de fala de Austin – onde a percepção da *força* ilocucionária dos proferimentos que compõem um texto seria imprescindível para o entendimento do seu significado

²² O próprio Skinner reconhece essa dívida com Dunn, conferir: SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*, p. 53.

²³ Cf. DUNN, John. *The Identity of the History of Ideas*, p. 86.

histórico. Nesse momento, os textos de Skinner já mostram uma suave mudança temática, pois, ao aprofundar e discutir a sua apropriação da filosofia da linguagem austiniana, Skinner não se preocupa tanto em argumentar sobre a melhor maneira de se escrever história intelectual. Com efeito, agora o seu foco principal gira em torno da discussão sobre como interpretar os textos históricos. Evidentemente há conexões entre esses dois temas. Contudo, não se pode negar que, ao discutir mais detidamente diferentes perspectivas e teorias do significado, Skinner acaba por dar mais atenção ao problema da interpretação dos textos, deixando os argumentos prescritivos para a historiografia intelectual em segundo plano – é a partir desse movimento que ele começa a dar mais cor à sua teoria da interpretação.

Na virada da década de oitenta para a década de noventa surge uma nova e rica temática, e, com isso, Quentin Skinner passa então a comentar e a debater sobre as diversas comparações feitas entre o seu programa e o empreendimento de Reinhart Koselleck, conhecido como *Begriffsgeschichte* (a história dos conceitos alemã). Sobre essa discussão, também é possível perceber uma mudança de posicionamento de Skinner, pois, em um primeiro momento, ele chega a argumentar que uma história dos conceitos não seria possível²⁴ – ele defenderia essa posição a partir do argumento wittgensteiniano de que o significado de todos os conceitos deve ser reduzido ao seu uso nos argumentos (logo, não existiria história dos conceitos, apenas a história dos usos das expressões linguísticas)²⁵. Em suma, segundo Kari Palonen, a principal diferença entre esses dois projetos é que:

Koselleck partilha a posição hermenêutica tradicional interessada no sentido dos conceitos, enquanto Skinner está mais interessado na ação linguística relacionada ao uso dos conceitos. Ou, como Koselleck às vezes coloca, trata-se da diferença entre a dimensão semântica e a pragmática dos conceitos²⁶

²⁴ Em seu artigo “*A reply to my critics*”, ele escreve: “*I remain unrepentant in my belief that there can be no histories of concepts as such; there can only be histories of their uses in argument.*” SKINNER, Quentin. *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 283. Conferir também: RICHTER, Melvin. *Entrevista com Melvin Richter*. In: JASMIN, Marcelo & JÚNIOR, João Feres (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*, p. 113.

²⁵ O conceito de “uso” presente no arcabouço teórico de Skinner remete diretamente ao filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, este ponto será trabalhado mais adiante.

²⁶ PALONEN, Kari. *Entrevista com Kari Palonen*. In: JASMIN, Marcelo & JÚNIOR, João Feres (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*, p. 129.

No entanto, após adquirir maior conhecimento a respeito do trabalho do historiador alemão, Quentin Skinner argumenta que o empreendimento koselleckiano é perfeitamente viável e que, além disso, as duas abordagens não são incompatíveis como se poderia pensar²⁷. Um fato curioso acerca desse debate comparativo é que, como nos lembra Melvin Richter, “*John Pocock não mudou a sua opinião, que por ironia foi baseada em grande parte na formulação original de Skinner.*”²⁸

Mais ou menos nesse mesmo período, Quentin Skinner promoveu um “*rhetorical turn*” em seu próprio programa e escreveu sobre como o desenvolvimento do estudo da retórica pode ser um grande instrumento para ampliar as potencialidades da história intelectual²⁹. Nesse sentido, Skinner pôde refinar a sua apropriação da teoria dos atos de fala em termos retóricos – abrindo espaço para uma fértil discussão sobre os possíveis elos entre a retórica e a filosofia analítica que adota uma visão performativa da linguagem³⁰.

Nesse momento mais recente da sua reflexão teórica, o tom belicoso de seus primeiros artigos desaparece e, em vista disso, pode-se também perceber uma clara mudança de postura do historiador inglês. Em outras palavras, é possível dizer que Skinner reavalia vários de seus preceitos e se mostra extremamente receoso sobre a possibilidade de identificar o “significado histórico dos textos” – tarefa na qual ele se empenhou em diversas ocasiões – aliás, ele se mostra hesitante mesmo em colocar as questões a partir desses termos³¹.

Com base nessa síntese do percurso intelectual de Quentin Skinner, é possível perceber que o seu programa está em constante transformação. Nesse sentido, pode-se afirmar também que os diferentes enfoques e temas abordados pelo historiador inglês ao longo das últimas décadas foram engendrados, principalmente, pelo diálogo com seus críticos. O ponto capital é que tentar

²⁷ Cf. SKINNER, Quentin. *Rhetoric and Conceptual Change*, p. 72.

²⁸ RICHTER, Melvin. *Entrevista com Melvin Richter*. In: JASMIN, Marcelo & JÚNIOR, João Feres (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*, p. 114.

²⁹ É possível dizer que o texto mais representativo desse empreendimento de Skinner é justamente o artigo citado na nota 27.

³⁰ Sobre esse ponto específico, ver: PALONEN, Kari. *From Philosophy to Rhetoric*. In: PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*, p. 133-172.

³¹ SKINNER, Quentin. *On Encountering the Past. An Interview with Quentin Skinner by Petri Koikkalainen and Sami Syrjämärki.*, 04/10/2001, p. 50.

compreender o programa skinneriano de forma estática, ou isolando um de seus textos, significa não fazer jus à complexidade e ao caráter dinâmico da sua reflexão teórica. É justamente por isso que é preciso historicizar o projeto teórico de Quentin Skinner, em outras palavras, isso significa que é necessário mapear as suas principais referências teóricas e apurar os notáveis diálogos travados com os seus críticos ao longo dos anos.

Sobre essa tarefa apresentada, creio que seja pertinente fazer uma breve ressalva: ao analisar o projeto teórico do historiador inglês, evidentemente não se pode cair na famosa “mitologia da coerência”³² tão criticada pelo próprio Skinner. Ou seja, seria incongruente apresentar o programa skinneriano como um todo sistemático ou tentar encontrar uma coesão interna que o sintetize em definitivo. Essa perspectiva seria, por assim dizer, demasiada simplista, uma vez que Skinner muda a sua opinião em diversos momentos e o seu programa passa por diferentes enfoques no decorrer dos anos.

Doravante serão examinadas as três referências fundamentais de Quentin Skinner, a saber: os filósofos Ludwig Wittgenstein, John Austin e Robin George Collingwood. Mesmo com as diversas mudanças de posições e com os diferentes temas abordados por Skinner em seus textos teóricos, pelo enorme número de citações que ele faz, pode-se constatar que durante toda a sua trajetória intelectual ele permaneceu devoto desses três filósofos.

Ademais, nos parágrafos que seguem será possível notar que Quentin Skinner usa essas três referências de tal maneira que os pressupostos presentes em cada um dos filósofos acabam por robustecer os pressupostos dos outros. Nesse sentido, pode-se dizer que o historiador inglês coloca os argumentos de Wittgenstein, Austin e Collingwood dispostos de forma harmônica, isto é, eles formam uma espécie de “tripé” que sustentaria a sua teoria da interpretação.

Em suma, como ficará claro, qualquer análise sobre os aspectos teóricos do programa skinneriano deve, necessariamente, perpassar este seu “tripé filosófico”.

³² Sobre a concepção de Quentin Skinner de “mitologia da coerência”, ver: SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*, p. 16.

2.3

Ludwig Wittgenstein: o conceito de “uso” e os “jogos de linguagem”:

“Like many of my generation at Cambridge, I was immensely attracted by the figure — or rather the aura — of Wittgenstein. He was our image of philosophical genius.”

(Quentin Skinner)

Apesar de Ludwig Wittgenstein ser o único dos três pensadores citados que não é britânico, é importante lembrar que ele passou parte da vida na Inglaterra, lecionou na Universidade de Cambridge e chegou a se naturalizar inglês, destarte, começarei a análise justamente por ele.

*“As percepções de Wittgenstein e Austin oferecem uma hermenêutica de valor excepcional para historiadores intelectuais”*³³. Essas palavras de Quentin Skinner demonstram bem o valor que ele dá, heurísticamente falando, para esses dois filósofos da linguagem. Com isso, cabe nesse momento perguntar: quais os conceitos wittgensteinianos que, segundo Skinner, poderiam ser úteis para os historiadores intelectuais? Ou, mais especificamente, como Skinner leu e se apropriou da filosofia de Wittgenstein?

É muito recorrente os comentadores de Ludwig Wittgenstein dividirem a sua obra em dois momentos distintos – muitas vezes considerados até antagônicos – assim, de acordo com a sua fortuna crítica, o primeiro Wittgenstein seria o do *Tractatus Logico-Philosophicus* (título da sua primeira grande obra), e o segundo seria o das *Investigações Filosóficas* (a sua segunda grande obra e publicada apenas postumamente). Com base nessa divisão, pode-se dizer que Skinner se apropria apenas do que é considerada a “segunda fase” da filosofia wittgensteiniana, logo, o Wittgenstein das “*Investigações*”. Em linhas gerais, a diferença mais significativa entre esses dois “*Wittgensteins*” é que, para o segundo, a linguagem já não é vista como “*uma coleção de operações soltas e independentes da figuração dos fatos, mas como um sistema de signos dentro do qual cada enunciado pressupõe as regras e as relações de um contexto linguístico*”

³³ Tradução livre de: “*Wittgenstein’s and Austin’s insights offer a hermeneutic of exceptional value for intellectual historians and, more generally, for students of the cultural disciplines*”. SKINNER, Quentin. *Interpretation and the understanding of speech acts*. In: *Visions of Politics*, p. 103.

global de referência.”³⁴ Em suma, o interessante de se frisar aqui é que é precisamente a valorização desse “contexto linguístico” que Skinner explora em seu programa historiográfico – nesse sentido, ele se apropria das concepções wittgensteinianas de “jogos de linguagem” e, acima de tudo, do difundido argumento sobre o conceito de “uso”. Assim sendo, devido ao grau de importância para o seu projeto teórico, irei começar a análise pelo conceito de “uso”.

No §43 das *Investigações filosóficas*, Wittgenstein fez um comentário que se tornou uma verdadeira máxima para Skinner, a saber: “*A significação de uma palavra é seu uso na linguagem*”³⁵. Não é nenhum exagero dizer que essa despreziosa e fugaz afirmação passou a reger grande parte das atuais teorias do significado – como por exemplo a dos filósofos John Austin e John Searle. Por mais grandiosa que essa máxima seja, ela, na verdade, expõe um argumento bem simples, isto é, que todos os significados linguísticos devem ser reduzidos aos seus usos nos argumentos, portanto, não existem significados perenes, apenas usos determinados dos enunciados. Assim, uma vez que os significados se tornam móveis e singulares, não há nenhum espaço para ponderações metafísicas. Aliás, para Wittgenstein, quando ponderações metafísicas entram em questão, então quer dizer que a linguagem saiu de férias.³⁶

O ponto que Skinner quer trazer à tona é que surgem diversas implicações interpretativas ao se adotar a máxima wittgensteiniana de que as significações das palavras são delimitadas por seus usos. Em primeiro lugar, os significados acabam por tornar evidente a dimensão prática das expressões linguísticas, isto é, a linguagem e os conceitos passam a ser encarados como instrumentos³⁷ e acentuam os aspectos convencionais dos diálogos e dos discursos em questão. O segundo ponto é que, como os usos das expressões nunca são inertes, ela evidencia a lógica diacrônica em que os discursos operam³⁸, e, nesse sentido, torna a análise textual atenta às mudanças conceituais e ao caráter contextual dos discursos. Por fim, em

³⁴ GARGANI, Aldo G. *Wittgenstein*, p. 59-60.

³⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*, p. 28.

³⁶ Cf. §38: “os problemas filosóficos nascem quando a linguagem *entra em férias*.” Ibid., p. 26.

³⁷ Cf. §569 das *Investigações Filosóficas*, onde Wittgenstein escreve: “A linguagem é um instrumento. Seus conceitos são instrumentos.” Ibid., p. 152.

³⁸ Sobre esse ponto, Maurice Dupuy escreve que, uma vez que “*o sentido de uma palavra é a sua utilização*”, “*a significação das palavras é, portanto, móvel*.” Cf. DUPUY, Maurice. *A Filosofia Alemã*, p. 116.

função da complexa dinâmica dos usos, ganha-se também a consciência do caráter contingente de toda e qualquer apreciação.

À vista disso, é possível afirmar que, com base nessa célebre concepção wittgensteiniana do conceito de “uso”, o ponto preciso que Quentin Skinner busca evidenciar é que a sua apreensão enseja uma rica e singular teoria da interpretação que “*toma como objeto não mais o conceito ou a proposição, mas a linguagem enquanto comunicação e interação, isto é, tal como efetivamente usada por falantes em um contexto determinado e com propósitos determinados*”.³⁹

Kari Palonen argumenta que é possível perceber essa concepção wittgensteiniana através da narrativa do principal livro de Skinner (*As Fundações do Pensamento Político Moderno*), onde a principal preocupação do historiador inglês não é o suposto conteúdo dos conceitos, mas sim as formas como eles são usados⁴⁰. Em outras palavras, de acordo com a abordagem de Skinner, não basta o entendimento de uma expressão linguística, é preciso algo mais, é preciso entender como ela é usada e com qual finalidade. Nesse sentido, um ponto importante a ser destacado é que, na medida em que a historicização dos usos da linguagem erradica qualquer forma de *a priori* ou essencialismo metafísico, as práticas discursivas passam a ser entendidas como estratégias e movimentos argumentativos. Logo, é possível dizer que o conceito de uso abarca uma dimensão retórica do texto que é essencial para amplificar suas condições de interpretação⁴¹.

Por conseguinte, à luz da separação wittgensteiniana entre os usos e os significados, Skinner expõe o seu descontentamento com as análises e interpretações que ignoram as circunstâncias de emprego dos enunciados e se baseiam em supostos significados perenes que não estariam sujeitos à historicidade dos proferimentos. A respeito dessa questão, o historiador inglês escreve:

The great mistake lies not merely in looking for the "essential meaning" of the "idea" as something which must necessarily "remain the same," but even in thinking of any "essential" meaning (to which individual writers "contribute") at

³⁹ MARCONDES, Danilo. *Filosofia Analítica*, p. 50.

⁴⁰ PALONEN, Kari. Entrevista com Kari Palonen. In: JASMIN, Marcelo & JÚNIOR, João Feres (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*, p. 129.

⁴¹ O último capítulo tem como objetivo deixar esse ponto um pouco mais claro.

all. The appropriate, and famous, formula – famous to philosophers, at least – is rather that we should study not the meanings of the words, but their use. For the given idea cannot ultimately be said in this sense to have any meaning that can take the form of a set of words which can then be excogitated and traced out over time. Rather the meaning of the idea must be its uses to refer in various ways.⁴²

As palavras acima são de um dos primeiros artigos de Skinner voltado para a teoria da história (o famoso e já citado *Meaning and Understanding in the History of Ideas* de 1969). Não obstante, exatamente três décadas mais tarde, em um de seus mais recentes artigos, intitulado *Rhetoric and Conceptual Change* (1999), Skinner demonstra a sua lealdade à concepção de Wittgenstein e, deste modo, argumenta sobre como a distinção entre usos e significados seria uma forma de aclarar a dimensão retórica dos textos e, na esteira deste raciocínio, reitera a sua crítica à história das ideias tradicional. Apesar de ser um trecho um pouco longo, creio que seja relevante colocá-lo aqui por completo na medida em que ele exemplifica de forma exemplar o ponto trabalhado. Assim, em seu artigo, Skinner nos diz:

I had a second and yet more basic motivation for wishing to study the changing use of concepts. I wanted to question the assumption influentially propagated by Arthur Lovejoy and his school about the proper task of the historian of ideas. Lovejoy had argued that, beneath the surface of ideological debate, there will always be a range of perennial and unchanging ‘unit ideas’ which it becomes the task of the intellectual historian to uncover and trace. Against this contention I tried once more to speak up for a more radical contingency in the history of thought. Drawing on a suggestion of Wittgenstein’s, I argued that there cannot be a history of unit ideas as such, but only a history of the various uses to which they have been put by different agents at different times. There is nothing, I ventured to suggest, lying beneath or behind such uses; their history is the only history of ideas to be written.

One way of expressing my underlying commitment would thus be to say that I wanted to treat the understanding of concepts as always, in part, a matter of understanding what can be done with them in argument.⁴³

As palavras acima tornam mais clara a crítica frontal que Skinner faz à historiografia das ideias, mais especificamente a historiografia tributária de Arthur Lovejoy. Em síntese, para Skinner, o conceito de uso wittgensteiniano, heurísticamente falando, evidencia a historicidade dos enunciados e, desta forma, ele é fundamental para a história intelectual não se limitar a três grandes

⁴² SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*, p. 37.

⁴³ Id., *Rhetoric and Conceptual Change*, p. 61-62.

problemas da história das ideias tradicional, a saber: 1º) a reflexão edificada a partir de supostas ideias e conceitos perenes, 2º) a busca por um precursor ou pela origem de determinada corrente ou expressão intelectual e, por fim, 3º) a estéril e incipiente análise fundada a partir da concepção de influência entre pensadores do passado.

A outra concepção wittgensteiniana usada por Skinner na construção da sua teoria da interpretação é a visão da linguagem como um jogo⁴⁴. Skinner não trata essa concepção de forma tão diligente como ele o faz com o conceito de “uso”, porém a concepção de “jogos linguísticos” é de grande importância pois ela traduz a face “convencionalista” dos argumentos do historiador inglês. Em certo sentido, é possível dizer que essa concepção está intimamente ligada à concepção de uso – como se pode perceber a partir da seguinte alusão de Skinner.

Wittgenstein [...] emphasised the multifarious ways in which languages are actually used, and went on to argue that we should stop asking about the “meanings” of words and focus instead on the various functions they are capable of performing in different language games.⁴⁵

Segundo Wittgenstein, o termo “jogo de linguagem” deve significar “*que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida.*”⁴⁶ Na esteira desse raciocínio, Skinner defende que os discursos são sempre passíveis de serem interpretados na medida em eles que são construídos a partir de regras partilhadas por uma certa comunidade linguística e, por conseguinte, abarcam significados intersubjetivos que são presumivelmente legíveis ao público em questão⁴⁷.

Em outras palavras, os agentes de determinada comunidade linguística reproduzem e criam expressões e significados a partir de regras e convenções partilhadas cultural e socialmente, logo, a linguagem operaria a partir de uma lógica lúdica – exatamente como um jogo, daí advém a analogia de Wittgenstein e a justificação do convencionalismo linguístico de Skinner.

⁴⁴ Cf. §7 das *Investigações Filosóficas*, onde Wittgenstein apresenta a concepção de “jogo de linguagem”: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*, p. 12.

⁴⁵ SKINNER, Quentin. *Introduction: seeing things their way*. In: *Visions of Politics*, p. 2.

⁴⁶ §23 das *Investigações Filosóficas*: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*, p. 18.

⁴⁷ Cf. SKINNER, Quentin. *Interpretation and the understanding of speech acts*. In: *Visions of Politics*, p. 120.

Em suma, para o filósofo austríaco, “*a linguagem é um jogo, como é um jogo qualquer atividade social sujeita a regras.*”⁴⁸ Por consequência, Wittgenstein confere “*as matrizes do significado das expressões linguísticas às técnicas do uso da linguagem que, dentro dos sistemas comportamentais dos homens na vida cotidiana, constituem os ‘jogos linguísticos’.*”⁴⁹ Ademais, o acento na questão convencional compreendido na noção de “jogo” também enfatiza a negação de problemas perenes no âmbito da historiografia intelectual, pois “*todo autor, por mais inovador que seja, está irremediavelmente situado num universo de convenções linguísticas que são, ao menos em parte, exclusivas do contexto de enunciação*”.⁵⁰

Em breve síntese, a importância de Wittgenstein para o projeto teórico skinneriano pode ser colocada a partir dos seguintes termos: 1) a partir da fulcral diferença entre usos e significados, Skinner busca chamar a atenção para a historicidade de todos os enunciados e 2) em conformidade com esse ponto, a partir da concepção de “jogos de linguagem”, ele busca demonstrar a dimensão convencional de todos os discursos e diálogos. Nesse sentido, a partir desses dois preceitos wittgensteinianos, Skinner intenta construir uma teoria da interpretação que aborde os textos como elementos dinâmicos que ocorreram em um momento específico em função de determinadas circunstâncias e, em vista disso, as dinâmicas que perfilam os textos foram invariavelmente edificadas a partir de regras estipuladas convencionalmente.

2.4

John Austin: os “atos de fala” e a visão performativa da linguagem:

“I persist in believing that Austin’s analysis of speech-acts provides us with a convenient way of making a point of fundamental importance about the understanding of utterances and hence the interpretation of texts.”

(Quentin Skinner)

⁴⁸ GARGANI, Aldo G. *Wittgenstein*, p. 75.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 77.

⁵⁰ SILVA, Ricardo. *O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo*, p. 306.

Como sabido, John Austin é um dos principais representantes da chamada filosofia analítica e foi um atento leitor de Ludwig Wittgenstein. Aliás, Austin é o principal responsável por amplificar um conhecido argumento wittgensteiniano presente no §546 do livro *Investigações Filosóficas* – esse famoso argumento, a saber, é: “*Palavras são também atos*”⁵¹. Esta afirmação, cabe aqui dizer, é fundamental para a filosofia austiniana da linguagem na medida em que a grande questão trazida pelo filósofo inglês em seu livro intitulado *How to do things with words* é, justamente, o discurso entendido enquanto “atos de fala”, isto é, a visão da linguagem enquanto ação, ou, simplesmente, a alusão a dimensão performativa da linguagem⁵².

Para o filósofo alemão Jürgen Habermas, essa ênfase no aspecto performático das expressões linguísticas dada por Austin representa um dos principais impulsos para chamada “guinada pragmática” no âmbito da análise da linguagem.⁵³ Nesse sentido, em uma linha de raciocínio bem próxima, pode-se ainda acrescentar o argumento de Danilo Marcondes de que, tendo como base a guinada pragmática austiniana, a análise do discurso não se dá mais a partir de uma teoria do significado. Com efeito, ela passa a operar a partir de uma teoria da ação, isto é, “*o conceito mesmo de significado se dissolve, dando lugar a uma concepção de linguagem como um complexo que envolve elementos de contexto, convenções de uso e intenções dos falantes.*”⁵⁴ Essa concepção de linguagem defendida por Austin é, a propósito, o âmago da teoria da interpretação desenvolvida por Skinner e, por conseguinte, uma das principais entradas para se analisar o problema da intencionalidade autoral em sua teoria da história. Esse tema será tratado com mais detalhes nos próximos capítulos.

Seja dito de passagem, ao contrário do que alguns críticos pensam, a teoria dos atos de fala de Austin não teria como objetivo reduzir a realidade à linguagem. Na verdade, o seu objetivo foi criticar a primazia da visão descritiva da linguagem e chamar a atenção para a vocação performativa da mesma – precisamente daí decorre a chamada “guinada pragmática”. Ou seja, o que filósofo

⁵¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*, p. 148.

⁵² Cf. OTTONI, Paulo Roberto. *Visão performativa da linguagem*, p. 37.

⁵³ Cf. HABERMAS, Jürgen. *Ações, atos de fala, interações mediadas pela linguagem e mundo da vida*. In: *Pensamento pós-metafísico*, p. 65-103.

⁵⁴ MACONDES, Danilo. *A Filosofia da Linguagem de Austin*. In: AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer; palavras e ação*, p. 11.

inglês quis mostrar é que a linguagem não (só) representa a realidade, muito mais do que isso, ela a constrói na medida em que ela é uma forma de ação⁵⁵.

Grosso modo, a teoria dos atos de fala de John Austin deve muito ao “segundo” Wittgenstein. Sobre esse aspecto, o filósofo inglês não só trabalhou em cima da afirmação mencionada de que “*palavras são também atos*”, porquanto, verdade seja dita, a diferenciação entre usos e significados possui um papel fundamental na filosofia austiniana. Aliás, esses dois preceitos wittgensteinianos parecem ser indissociáveis para Austin, pois, uma vez que os proferimentos são atos, eles só podem ser apreendidos com “sucesso” ao se ter a percepção da dimensão convencional constitutiva do proferimento. Isto é, o significado do ato linguístico é tomado a partir da mesma lógica da concepção de uso, pois os dois colocam em relevo a contingência contextual dos discursos.

Em síntese, é com base nessa conformidade entre “ato” e “uso” que Austin afirma que não devemos examinar as sentenças, mas sim “*o ato de emitir um proferimento numa situação linguística*”⁵⁶, a partir desse ponto, segundo o filósofo inglês, “*não se torna difícil ver que declarar é realizar um ato*”⁵⁷.

Como consequência da sua leitura de Austin, Skinner toma como um dos nortes do seu programa teórico a tarefa de difundir a visão de que, ao interpretar os textos do passado, os historiadores não devem se preocupar (tanto) em examinar os seus significados semânticos, pois, o que eles devem procurar é, com efeito, a forma como o texto em questão deveria ser tomado, isto é, é necessário averiguar a dimensão performativa do texto, enfatizando o modo como ele foi usado naquela determinada comunidade linguística para responder a uma questão específica.

Sendo assim, com base na teoria dos atos de fala, Skinner alega que existem duas diferentes dimensões da linguagem: uma seria a dimensão do significado, ou seja, o estudo do sentido e da referência das palavras e sentenças; e a outra seria a dimensão da ação linguística, ou seja, o estudo do que os falantes são capazes de fazer com e pelo uso da linguagem. A primeira dimensão seria,

⁵⁵ Sobre esse ponto, Danilo Marcondes escreve: “*A linguagem é uma prática social concreta e como tal deve ser analisada. Não há mais uma separação radical entre ‘linguagem’ e ‘mundo’, porque o que consideramos a ‘realidade’ é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos*”. Ibid., p. 10.

⁵⁶ AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer; palavras e ação*, p. 115.

⁵⁷ Ibid.

segundo Skinner, a área de estudo da hermenêutica tradicional, a segunda, por sua vez, seria a área em que ele está interessado⁵⁸. Isto posto, pode-se dizer que o cerne da questão é que é preciso ter consciência não apenas do significado das sentenças, mas também das suas respectivas *forças*. Logo, segundo o autor de *How to do things with words*:

Há alguns anos começamos a perceber cada vez com mais clareza que a ocasião de um proferimento tem enorme importância, e a que as palavras utilizadas têm de ser até certo ponto “explicadas” pelo “contexto” em que devem estar ou em que foram realmente faladas numa troca linguística. Contudo, talvez ainda nos inclinemos demasiado pelas explicações em termos do “significado das palavras”. Admitimos que podemos usar “significado” também com referência à força ilocucionária – “suas palavras tiveram o significado de uma ordem”, etc. Mas quero distinguir *força* de significado.⁵⁹

Essa distinção fundamental – isto é, a distinção entre “*força*” e “significado” – é o fulcro que sustenta o edifício filosófico criado por Austin. Para ilustrar um pouco melhor esse argumento, basta ter em mente que a *força ilocucionária*, ou, simplesmente, a força do proferimento, nada mais é do que o modo como o próprio proferimento deve ser considerado⁶⁰. A propósito, Skinner insiste muito nesse ponto, isto é, para ele, se visamos compreender a forma como um texto era lido e interpretado, devemos buscar compreender como ele operava em seu determinado “contexto argumentativo”⁶¹, ou, simplesmente, qual a *força* que ele desempenhava em determinado diálogo no interior de sua comunidade linguística – em suma, é por esse motivo que, segundo Skinner, uma abordagem verdadeiramente histórica deve ser, sobretudo, intertextual⁶².

A fim de melhor explicar essas concepções austinianas, principalmente a importante concepção de *força*, pode-se recorrer a John Searle – orientando de

⁵⁸ SKINNER, Quentin. *Introduction: seeing things their way*. In: *Visions of Politics*, p. 3.

⁵⁹ AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer; palavras e ação*, p. 89.

⁶⁰ Cf. *Ibid.*, p. 70. John Searle reitera esse ponto ao escrever: “*the illocutionary force indicator shows how the proposition is to be taken.*” SEARLE, John. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*, p. 30.

⁶¹ Sobre a categoria de “contexto argumentativo”, ver: SKINNER, Quentin. *Interpretation and the understanding of speech acts*. In: *Visions of Politics*, p. 116.

⁶² Sobre a importância da “intertextualidade” para o seu programa, Skinner diz: “*Pode-se dizer que meu interesse fundamental é pelos atos linguísticos, pelos contextos linguísticos e pela intertextualidade. Todo o meu trabalho é intertextual, isto é, trata de saber como e até que ponto o entendimento de um texto pressupõe o entendimento de sua relação com outros textos.*” SKINNER, Quentin. *Quentin Skinner*. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*, p. 330. Trabalharei o tema da intertextualidade mais detidamente no próximo capítulo.

Austin é principal expoente da teoria dos atos de fala depois de seu mestre. Em sua prestigiada tese de doutorado (*Speech acts: an essay in the philosophy of language*), cujo objetivo principal é demonstrar que falar uma língua é empreender (“to perform”) atos de acordo com regras⁶³, Searle caracteriza os “atos ilocucionários” a partir da seguinte fórmula: “F(p)”. Onde “F” representa a *força ilocucionária* e “(p)” representa o conteúdo proposicional.⁶⁴ Em síntese, o que Searle quer demonstrar a partir dessa simples fórmula é que todos os proferimentos complexos guardam determinada *força ilocucionária* e, por conseguinte, o modo como devemos compreender (“uptake”) as expressões linguísticas não pode ser reduzido ao seu conteúdo proposicional (ou seja, ao seu significado semântico) na medida em que todos os conteúdos das expressões linguísticas são, na verdade, mediados pelas suas respectivas *forças*⁶⁵. Enfim, o conjunto do argumento gira justamente em torno da basilar distinção austiniana entre significado e *força* e como, por conseguinte, falar é empreender atos (governados por regras). Em resumo, a título de exemplificação, pode-se usar aqui o arguto comentário do próprio Quentin Skinner, a saber: “*um discurso, além de ter um significado, é também uma ação*”.⁶⁶

Desta forma, o fato a ser destacado é que Skinner, seguindo o argumento de Austin, alega que a percepção da irredutibilidade da *força* ao significado dos proferimentos possui um enorme valor hermenêutico. Isto é, essa percepção enseja valiosos preceitos para os historiadores interpretarem textos do passado. Por exemplo, na medida em que os discursos são entendidos como atos linguísticos, para serem analisados eles precisam sempre ser colocados em diálogo com outros discursos de seu determinado período – deste ponto resulta a ênfase no caráter convencional e intersubjetivo dos significados das expressões linguísticas. Dessa maneira, mais uma vez se torna evidente a impossibilidade de se afirmar a existência de problemas perenes no âmbito da história intelectual e da teoria política, engendrando, assim, uma aguçada percepção da historicidade dos discursos e dos objetos históricos.

⁶³ SEARLE, John. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*, p. 37.

⁶⁴ Cf. *Ibid.*, p. 31

⁶⁵ Cf. STRAWSON, Peter F. *Intention and convention in speech acts*. In: SEARLE, John (Org.). *The Philosophy of language*, p. 25.

⁶⁶ SKINNER, Quentin. *Quentin Skinner*. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*, p. 332.

Em resumo, o ponto central é que Skinner se apropria da teoria dos atos de fala de modo a transformá-la em uma ferramenta prescritiva para a historiografia intelectual e, sucessivamente, para a interpretação dos textos. À vista disso, as diretrizes gerais dessa presumida teoria da interpretação podem ser depreendidas a partir das seguintes palavras:

A visão de Austin é sempre orientada pela concepção da linguagem a partir de seu uso, ou seja, da linguagem como forma de ação. Uma das principais consequências desta nova concepção de linguagem consisti no fato de a análise da sentença dar lugar à análise do ato de fala, do uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções. O que se analisa agora não é mais a estrutura da sentença com seus elementos constitutivos, isto é, o nome e o predicado, ou o sentido e a referência, mas as condições de uso sob as quais o uso de determinadas expressões linguísticas produzem certos efeitos e consequências em uma dada situação.⁶⁷

Ciente da visão de Austin destacada acima, uma última e importante questão a ser sublinhada é que, muitas vezes, essa visão se confunde com a própria filosofia analítica enquanto programa filosófico – e este programa, por conseguinte, se confunde com o próprio fenômeno da “virada linguística”⁶⁸. Essa confusão entre o programa austiniano⁶⁹, a filosofia analítica e a virada linguística é, na verdade, uma excelente abertura para a apreciação do projeto teórico skinneriano – pois ela ilustra a confluência entre o centro temático da “virada” e o motor do projeto teórico skinneriano que, a propósito, compartilham a mesma condição, a saber: que toda reflexão deve ter como base a análise da linguagem.

Em suma, o foco na análise da linguagem é um dos principais aspectos que fazem com que Skinner erga a sua bandeira contra a historiografia das ideias tradicional e afirme a necessidade de uma maior consciência da historicidade e do aspecto convencional dos textos. Enfim, visto isso, avanço agora para o último

⁶⁷ MACONDES, Danilo. *A Filosofia da Linguagem de Austin*. In: AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer; palavras e ação*, p. 11-12.

⁶⁸ Sobre os elos entre a história da filosofia analítica da linguagem e a virada linguística, conferir: SPARANO, Maria Cristina de Távora. *Linguagem e significado: o projeto filosófico de Donald Davidson*, p. 35. E também: MARCONDES, Danilo. *Filosofia Analítica*, p. 14.

⁶⁹ Aliás, ao contrário do que muitos críticos pensam, a teoria dos atos de fala é explicitamente um programa filosófico – o próprio Austin deixa esse ponto claro no final de *How to do things with words*, onde ele argumenta que o seu trabalho é muito mais a apresentação de um modo de como se fazer filosofia do que propriamente um empreendimento filosófico: Cf. AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer e fazer; palavras e ação*, p. 132.

elemento do “tripé filosófico” construído por Quentin Skinner: Robin George Collingwood.

2.5

Robin George Collingwood: a “lógica da pergunta e resposta” como um princípio de historicização dos textos:

“I felt in a kind of a priori way that there must be some such work of contextualisation to be performed on any text of political philosophy. I’m not sure where that confidence came from, but I suspect that it must have owed a great deal to my reading of Collingwood.”

(Quentin Skinner)

Visto como Quentin Skinner se apropriou de Ludwig Wittgenstein e John Austin, o presente tópico pretende apontar como ele usou os escritos filosóficos de Robin George Collingwood. Na esteira desse empreendimento, busco argumentar também sobre os motivos que levaram Skinner a intitular o seu projeto teórico de “abordagem collingwoodiana” (*Collingwoodian approach*).

A princípio, R. G. Collingwood pode até parecer um filósofo destoante no arcabouço teórico de Quentin Skinner, afinal, ele não é um filósofo da linguagem e, muito menos, um representante da tradição analítica – Collingwood é, com efeito, interpretado pela tradição da historiografia filosófica como um filósofo “idealista”. Todavia, Skinner consegue colocar em contato a tradição idealista e a tradição analítica para, dessa forma, construir a sua teoria da interpretação dos textos históricos⁷⁰. À vista disso, no que diz respeito a Collingwood, Skinner se

⁷⁰ Sobre essa possível conformidade entre o idealismo de Collingwood e a filosofia analítica de Wittgenstein e Austin, Skinner escreve: *“I think I was mainly taken with Austin’s work because his philosophy of language seemed to me to flow so naturally from that of Collingwood and Wittgenstein. [...] what seemed to me most illuminating in Collingwood was his proposal that we should try to recover the questions to which the texts we study can be construed as answers. But another way of putting that point would be to say that we should think of such texts as parts of a continuous dialogue — as developments, or criticisms, or repudiations of earlier positions — and should therefore ask ourselves what their authors were doing in writing as they wrote. How far, that is, were they developing earlier insights, or criticising them, or repudiating them, and so on. Now, this use of language to do things was what Austin above all highlighted. So I saw quite a close kinship between Collingwood’s and Austin’s approaches. Since then I have wondered about the possibility of a biographical relationship as well. Austin must surely have been a student at Oxford when Collingwood was Professor of philosophy there? But I don’t know of any historian of philosophy who has pointed out the possible implications of that fact.”* SKINNER, Quentin. *On Encountering the Past. An Interview with Quentin Skinner* by Petri Koikkalainen and Sami Syrjäjärvi, 04/10/2001, p. 47.

apropriada da sua chamada “lógica da pergunta e resposta” (*logic of question and answer*) – lógica esta que é desenvolvida por Collingwood na sua “Autobiografia”⁷¹, livro publicado em 1939, três anos antes de sua morte, onde o filósofo narra o seu trajeto intelectual e expõe algumas das suas concepções filosóficas.

O filósofo inglês Robin George Collingwood, apesar do crescente interesse sobre os seus textos, ainda continua sendo um intelectual *outsider* com pouco apelo acadêmico. Este pensador é muito pouco lido tanto nos cursos de História quanto nos cursos de Filosofia. A obra mais famosa de Collingwood (pelo menos para os historiadores) é o seu livro *A ideia de história*, publicado apenas postumamente, em 1946. Neste trabalho, ele visa fazer uma “história da ideia de história”, desenhando a história da historiografia desde Heródoto até a história científica da virada do século XIX para o século XX. Em linhas gerais, este livro pode ser interpretado como uma forma de estreitar os diálogos entre a história e a filosofia – uma vez que um dos objetivos principais desse trabalho é, justamente, “uma investigação filosófica acerca da natureza da história”⁷².

Algumas das ideias mais notáveis de Collingwood estão presentes nesse livro, dentre elas, cabe destacar: a sua concepção de “imaginação histórica” e a sua reflexão da história como uma forma de autoconhecimento. No capítulo sobre a “imaginação histórica”, Collingwood argumenta sobre como a predisposição imaginativa do historiador é um fator fulcral para a produção historiográfica na medida em que ela auxilia na análise dos pontos que não são evidenciados pelas fontes. Sem dúvida esta é uma discussão polêmica e muito atual, uma vez que ela perpassa o debate sobre o estatuto científico da história e também os possíveis elos entre o historiador e o literato.

Por sua vez, o entendimento da história como uma forma de autoconhecimento não é uma reflexão muito difundida, no entanto, essa reflexão atravessa, mesmo que de forma sutil, grande parte da obra do filósofo inglês. Essa reflexão é o desdobramento de uma de suas máximas de que “toda história é história do pensamento”⁷³ e que “o conhecimento histórico é simplesmente a

⁷¹ Cujo título é simplesmente *An Autobiography*.

⁷² COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*, p. 13.

⁷³ *Ibid.*, p. 268.

reconstituição, no espírito do pensador presente, das experiências passadas”⁷⁴. Pode-se dizer que essa reflexão de Collingwood vai ao encontro de alguns pressupostos hegelianos, inclusive, Collingwood foi um atento leitor da tradição idealista – na qual, como já dito, ele é muitas vezes enquadrado. Para deixar esse ponto um pouco mais claro, as seguintes palavras de Collingwood mostram como o problema do autoconhecimento se entrelaça intimamente com o problema da história:

Conhecer-se a si mesmo significa saber o que se pode fazer. E como ninguém sabe o que pode fazer antes de tentar, a única indicação para aquilo que o homem pode fazer e aquilo que já fez. O valor da história está então em ensinar-nos o que o homem tem feito e, deste modo, o que o homem é.⁷⁵

Dessa forma, segundo a sua linha de raciocínio, o autoconhecimento estaria intimamente ligado a percepção da historicidade. Tal constatação diferencia Collingwood de Arthur Lovejoy, pois este último via no autoconhecimento a justificação para o estudo da história intelectual e não como uma forma de percepção da historicidade do homem. Em outras palavras, para Collingwood, um grande passo para o autoconhecimento seria, sobretudo, aprender a pensar historicamente.

Apesar desse aspecto da filosofia collingwoodiana não ser o que interessa mais para Skinner, a discussão de Collingwood sobre a história como autoconhecimento é até citada por ele. Aliás, é precisamente com essa reflexão que o historiador inglês conclui o seu artigo mais famoso – quer dizer, ele finaliza o artigo *Meaning and Understanding in the History of Ideas* da seguinte maneira: “*To learn from the past – and we cannot otherwise learn it at all – the distinction between what is necessary and what is the product merely of our own contingent arrangements, is to learn the key to self-awareness itself.*”⁷⁶ Deste modo, é possível interpretar a conclusão do artigo de Skinner como uma referência tácita a Collingwood e a sua reflexão sobre a história como uma forma de autoconhecimento. Contudo, mesmo *A ideia de história* sendo o livro mais conhecido de Collingwood, Skinner o cita apenas de forma episódica. Cabe dizer

⁷⁴ Ibid., p. 393.

⁷⁵ Ibid., p. 17.

⁷⁶ SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*, p. 53.

que Skinner cita majoritariamente o livro *An Autobiography* do filósofo inglês – e, como mencionado, é precisamente nesse livro que Collingwood desenvolve a sua reflexão sobre a “lógica da pergunta e resposta”.

Mesmo Skinner se referindo a Robin George Collingwood como sendo a sua principal referência intelectual, pode-se dizer que nada de substancial se escreveu sobre como Skinner usou e se apropriou dos trabalhos do filósofo inglês. Tal fato se apresenta como um enorme desmazelo na medida em que o pressuposto collingwoodiano de historicização dos textos, ou seja, da negação de problemas perenes no âmbito da filosofia, constitui um dos alicerces fundamentais da reflexão teórica de Skinner. Esse pressuposto de historicização dos textos é, grosso modo, o próprio escopo da “lógica da pergunta e resposta”.

Assim, em seu livro *An Autobiography*, no capítulo intitulado *Question and Answer*, Collingwood desenvolve esse princípio de historicização. Cabe dizer que, segundo o filósofo inglês, pensar a partir da “lógica da pergunta e resposta” significa, sem grandes pormenores, pensar historicamente.⁷⁷ Nesse sentido, essa “lógica” exposta por Collingwood é, na verdade, bem simples: o filósofo inglês argumenta que, ao se debruçar sobre um texto, o leitor deve simplesmente indagar: “*para que questão esse texto constitui uma resposta?*”. Collingwood afirma que essa pergunta é uma pergunta de caráter histórico e, logo, só pode ser colocada a partir de procedimentos históricos.

Doravante, argumentarei sobre a importância da “lógica da pergunta e resposta” para o programa skinneriano. Por conseguinte, é de extrema importância deixar claro que Collingwood não se limita a argumentar sobre a sua “lógica” no capítulo homônimo em seu livro *An Autobiography*. Muito pelo contrário, o filósofo inglês argumenta em diversos momentos de sua obra sobre o problema da historicização dos textos e sobre a importância de se pensar historicamente, inclusive no livro *A ideia de história*, citado mais acima⁷⁸.

Quentin Skinner faz questão de lembrar a sua dívida com Collingwood em diversos momentos de sua obra, um bom exemplo pode ser retirado do livro *Liberdade antes do Liberalismo*, onde Skinner faz referência não apenas ao livro

⁷⁷ Cf. COLLINGWOOD, Robin George. *An Autobiography*, p. 58.

⁷⁸ Para citar um outro momento, ver: COLLINGWOOD, Robin George. *Essays in the Philosophy of History*, 1965. (principalmente os capítulos *The Nature and Aims of a Philosophy of History* e *The Philosophy of History*).

An Autobiography, mas especificamente ao capítulo “pergunta e resposta” (*question and answer*):

Ainda me recordo de quão impressionado fiquei ao ler pela primeira vez a *Autobiografia* de R. G. Collingwood, onde ele afirma que a história de todas as ramificações da filosofia carece de um objeto estável, na medida em que as perguntas bem como as respostas mudam continuamente.⁷⁹

É possível encontrar muitas dessas referências a Collingwood nos textos de Skinner. Entretanto, nem sempre Skinner o faz de forma transparente ou aberta. Por exemplo, no prefácio de seu mais famoso livro (*As Fundações do Pensamento Político Moderno*), Skinner se refere a Collingwood de forma tácita. Apenas um leitor que tenha familiaridade com as suposições do filósofo inglês, e que saiba da sua importância para a teoria da história de Skinner, perceberá a clara referência à “lógica collingwoodiana”:

Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos eles apresentavam, mas também as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as ideias e convenções então predominantes no debate político. Não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão-somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos.⁸⁰

A partir das duas passagens citadas acima – mais especificamente nas frases “a história de todas as ramificações da filosofia carece de um objeto estável, na medida em que as perguntas bem como as respostas mudam continuamente” e também “a fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos” – é possível perceber a relevância do princípio collingwoodiano para o labor historiográfico de Skinner. Mais ainda, é possível perceber um ponto fundamental ensejado pelo próprio princípio collingwoodiano, a saber: a preocupação do historiador inglês com a dinâmica diacronia dos discursos.

Quentin Skinner demonstra uma nítida preocupação com a fundamentação de uma análise não apenas sincrônica, mas também diacronicamente apropriada. É justamente a percepção de um movimento diacrônico na história da teoria política

⁷⁹ SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*, p. 84.

⁸⁰ Id., *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, p. 13.

moderna que possibilita Skinner a criticar a história das ideias convencional. Então, quando Skinner escreve em seu artigo, o “*Meaning and Understanding*”, que “*there are no perennial problems in philosophy. There are only individual answers to individual questions*”⁸¹, ele está explicitamente usando o princípio collingwoodiano para assinalar a importância da diacronia com o intuito de criticar a historiografia das ideias que opera a partir do pressuposto de que existem questões perenes no seio da filosofia política.

Cabe reiterar aqui que a preocupação de Quentin Skinner com a diacronia é completamente incompatível com a perspectiva de Arthur Lovejoy. Pois, segundo Skinner, Lovejoy sustentaria que “*there will always be a range of perennial and unchanging ‘unit-ideas’ which it becomes the task of the intellectual historian to uncover and trace*”⁸². Com base nesse argumento, as posições de Lovejoy e Skinner são nitidamente antinômicas, pois o historiador inglês não poderia acatar a suposição de Lovejoy sobre “ideias perenes” se a sua diligência para com a diacronia prega justamente a percepção do dinamismo histórico. Percepção esta que é ensejada, entre outras coisas, pela sua leitura de Collingwood. As seguintes palavras de Skinner ajudam a compreender este ponto e, mais uma vez, pode-se perceber uma alusão de Quentin Skinner à “lógica collingwoodiana”:

I was further aided in this task, moreover, by philosophical writings of J. L. Austin and, even more immediately, of R. G. Collingwood. To the latter, indeed, I am directly indebted for what remains my fundamental assumption as an intellectual historian: that the history of thought should be viewed not as series of attempts to answer a canonical set of questions, but as a sequence of episodes in which the questions as well as the answers have frequently changed.⁸³

Nessa passagem é interessante observar que Skinner se refere de forma aberta aos escritos filosóficos de Collingwood como sendo fundamentais para as suas suposições como um historiador intelectual. Ademais, é possível traçar muitos paralelos elucidativos entre o filósofo e o historiador inglês. Por exemplo,

⁸¹ Id., *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. In: *Visions of Politics*, p. 88.

⁸² LOVEJOY, Arthur. *The Great Chain of Being: A Study of the History of an Idea*, Torchbook edn., New York, 1960, p. 3-4 e 15-17 apud SKINNER, Quentin. *Rhetoric and Conceptual Change*, p. 61.

⁸³ Id., *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 234.

as aproximações são notórias se analisarmos a afirmação de Collingwood: “*And the historian’s own point of view is not constant. The world he perceives is a world perpetually changing.*”⁸⁴ E logo em seguida a afirmação de Skinner presente na citação acima: “*the history of thought should be viewed [...] as a sequence of episodes in which the questions as well as the answers have frequently changed*”. Como se pode perceber, as similitudes são evidentes, e as duas frases mencionadas aclaram o valor que os dois ingleses conferem à diacronia.

É relevante acrescentar que a diacronia apregoada pelos dois é uma diacronia orientada pelo diálogo, em outras palavras, o que está em jogo é a dinâmica que marca as práticas e os atos discursivos e, nesse sentido, a diacronia é possível em função do dialogismo e vice-versa. Mark Bevir – ao escrever sobre a explicação diacrônica e seus possíveis elos com o dialogismo – comenta a “lógica da pergunta e resposta” de R. G. Collingwood da seguinte maneira:

Mudanças de crença ocorrem em resultado de um diálogo íntimo, socrático, de perguntas e respostas. As novas redes de crenças que as pessoas adotam passam a constituir as respostas aos dilemas que opõem às suas antigas redes de crenças quando tomam por verdadeiras uma nova interpretação. Em certo sentido, portanto, o desenvolvimento diacrônico da crença humana consiste numa série de respostas específicas a dilemas particulares.⁸⁵

Com essas palavras, Mark Bevir clareia a forma pela qual a matriz da “lógica da pergunta e resposta” subsiste a partir da retroalimentação entre diacronia e dialogismo. A percepção da dinâmica dialógica dos textos que se dá no interior de uma comunidade linguística é, com efeito, a tradução do apelo a intertextualidade e ao contexto argumentativo que Quentin Skinner tanto chama a atenção. Nesse seguimento, cabe ainda destacar as seguintes palavras de Skinner:

My first steps thus a generalization of Collingwood’s dictum to the effect that understanding any proposition requires us to identify the question to which the proposition may be regarded as an answer. I am claiming, that is, that any act of

⁸⁴ COLLINGWOOD, Robin George. *Nature and aims of a Philosophy of History*. In: *Essays in the Philosophy of History*, p. 54.

⁸⁵ BEVIR, Mark. *A Lógica da História das Ideias*, 292.

communication always constitutes the taking up of some determinate position in relation to some pre-existing conversation or argument.⁸⁶

Em suma, as palavras supracitadas deixam claro como a teoria da interpretação formulada por Quentin Skinner está alicerçada no pressuposto collingwoodiano da “lógica da pergunta e resposta” e, por conseguinte, se torna claro também que é precisamente em função deste pressuposto que Skinner denomina o seu programa como sendo uma “abordagem collingwoodiana” (*Collingwoodian approach*).

O cerne da questão é que a leitura de Robin George Collingwood feita por Skinner marcou profundamente a sua teoria da interpretação, pois, como consequência da “lógica” formulada pelo filósofo inglês, o historiador passou a vislumbrar os textos de teoria política como diálogos travados no interior de jogos linguísticos específicos. Com vista para esse aspecto, pode-se afirmar que a “lógica collingwoodiana” é um princípio de historicização dos textos, pois, interpretar um texto como uma resposta à uma pergunta específica significa pensá-lo a partir de seu campo de possibilidades e, conseqüentemente, interpretá-lo historicamente.

Para concluir o penúltimo tópico deste capítulo, pode-se dizer que Quentin Skinner se apropriou da “lógica” formula por Collingwood com o intuito de criticar a convencional história das ideias (principalmente aquela exposta nos moldes de Arthur Lovejoy) – que sustentava que poderia existir problemas perenes no âmbito da filosofia. A partir dessa crítica, Skinner tencionou amplificar as potencialidades da história intelectual, visto que, como ele mesmo demonstrou em seus diversos trabalhos, essa “lógica collingwoodiana” possui um enorme valor heurístico pois ela expressa a dinâmica dialógica dos textos (e dos objetos históricos em geral) na medida em que revela a historicidade que lhes é concernente. De forma breve, a “lógica da pergunta e resposta” tramada por Collingwood é o que o torna uma das principais referências teóricas de Skinner.

⁸⁶ SKINNER, Quentin. *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 274.

2.6

O projeto teórico skinneriano como “um raciocínio filosófico sobre interpretação”:

Com base nas páginas redigidas acima, é possível dizer que o projeto teórico skinneriano voltado para a historiografia intelectual está fundamentado no seguinte tripé filosófico-analítico: 1º) o conceito de “uso” e o de “jogos de linguagem” de Ludwig Wittgenstein, 2º) a visão performativa da linguagem de John Austin, com ênfase na diferenciação entre significado e *força ilocucionária*, e, por fim, 3º) a “lógica da pergunta e resposta” formulada por Robin George Collingwood. Como ficou claro, esse arcabouço teórico é desenvolvido por Skinner com o objetivo de se ter uma base sólida para se desenvolver uma teoria da interpretação e, a partir dela, (re)pensar as práticas e o exercício da historiografia intelectual.

Visto isso, pode-se dizer que, da forma como apropriado e exposto por Quentin Skinner, cada um dos elementos deste tripé possui uma estreita ligação. Ou seja, todas as partes convergem para ressaltar a historicidade e a lógica dialógica de todos os significados e discursos, isto é, todas elas chamam a atenção para a dimensão histórica dos textos do passado. Além disso, todo esse aparato filosófico sublinha a necessidade de que, para interpretar textos (políticos ou não), é pertinente vislumbrar o discurso de um autor como a execução de um movimento (ou uma tomada de posição) no interior de um jogo de linguagem. Em outras palavras, o empreendimento teórico de Skinner ruma sobre como a dinâmica dos significados dos textos opera dentro das comunidades linguísticas – dando ênfase, acima de tudo, ao caráter convencional, intersubjetivo e diacrônico desses significados. Logo, como consequência desse ponto, pode-se afirmar que, muito mais do que um singelo método sobre como escrever história intelectual, o programa skinneriano é uma reflexão filosófica sobre como interpretar textos – em especial os textos do passado. Posto de forma mais simples, Skinner não é um simples metodólogo, quer dizer, o seu projeto teórico não se reduz à uma simples prescrição, com efeito, a sua reflexão gira em torno do *modus operandi* dos discursos – em especial os discursos políticos.

Ademais, há de se destacar que o principal motor do programa teórico de Quentin Skinner é, sobretudo, a análise da linguagem e, mais especialmente, sobre

como ela deve se dar a partir de uma investigação fundamentalmente intertextual. É importante frisar aqui que esse foco na questão do exame da linguagem revela a oportuna proposta skinneriana de aproximar a filosofia analítica da linguagem com o estudo e a reflexão da teoria e filosofia da história. Grosso modo, esse acometimento abre espaço para Quentin Skinner ser lido e interpretado como uma espécie de “historiador analítico” – afinal, para além do fato da filosofia analítica ter grande prestígio no mundo de fala inglesa, o próprio Skinner admitiu a dívida que ele tem para com esse “modo” de se fazer filosofia ao afirmar que “*the main influences on my own work in the theory of interpretation came directly from the mainstream of analytical philosophy.*”⁸⁷

Em breve síntese, o movimento de historicização do projeto teórico skinneriano – que se dá a partir da reflexão sobre o seu lugar na história da historiografia intelectual e a partir da análise das suas principais referências teóricas – permite pensá-lo como uma “filosofia da história da filosofia”⁸⁸, ou, em outras palavras, a teoria da história de Skinner é um raciocínio filosófico sobre interpretação⁸⁹. Essa afirmação é possível na medida em que o programa skinneriano tem como uma de suas preocupações centrais a reflexão filosófica sobre como se deve interpretar os textos do passado.

Com a intenção de finalizar este capítulo, pode-se dizer que a teoria da interpretação de Quentin Skinner é uma das grandes expressões da chamada “virada linguística da história intelectual” – principalmente se pensarmos esta “virada” como uma reflexão que coloca em relevo a análise da linguagem a partir da dimensão performativa e retórica dos textos.

Nesse sentido, o debate que Skinner herda diz respeito a como a história das ideias (principalmente a história das ideias “políticas”) carecia de um compromisso maior com a historicidade dos textos. Na esteira dessa discussão, pode-se afirmar que as questões que Skinner levanta e, por conseguinte, os problemas que ele lega para o debate da teoria historiográfica, dizem respeito aos problemas relativos a interpretação dos significados dos textos ou, mais

⁸⁷ SKINNER, Quentin. *On Encountering the Past. An Interview with Quentin Skinner by Petri Koikkalainen and Sami Syrjämärki*, p. 48.

⁸⁸ Expressão usada por Donald Kelley em: KELLEY, Donald R. *Horizons of Intellectual History: Retrospect, Circumspect, Prospect*. In: *The history of ideas: canon and variations*, p. 320.

⁸⁹ Expressão usada por John Gunnell em: GUNNELL, John G. *O problema da interpretação*. In: *Teoria politica*, p. 73.

especificamente, ao problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos – em vista disso, este será precisamente o tema do capítulo que segue.

3

O problema da intencionalidade autoral e a sua trajetória no projeto teórico skinneriano

“O que está em jogo não é tanto a determinação de um processo para interpretar textos históricos, mas o que constitui uma interpretação histórica. O problema que o tipo de enfoque defendido por Skinner e Pocock mostra não é tanto o de poder ser o seu método efetivamente empregado, mas saber se fornecem um relato adequado de historicidade. A posição representa uma faceta de um velho debate sobre a filosofia da interpretação ou hermenêutica.”

(John Gunnell)

Após historicizar a teoria da história de Quentin Skinner no capítulo anterior, doravante pretendo discutir sobre uma das questões que percorre praticamente todo o seu empreendimento teórico, a saber, o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos. Acredita-se que, ao abordar esse assunto, seja possível adentrar o âmago do projeto teórico skinneriano, isto é, será possível refletir sobre os principais pressupostos do historiador inglês e sobre os principais aspectos das críticas que lhe são direcionadas.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a grande questão de Quentin Skinner para com essa temática é que, para ele, a intencionalidade autoral estaria de alguma forma ligada a qualquer tipo de interpretação que se pretende histórica¹ e, por conseguinte, a partir da intenção autoral seria possível (re)pensar as labirínticas relações entre texto e contexto². Por este motivo, no decorrer das páginas que seguem, terei como norte o exame de como Skinner aborda o tema da intencionalidade, ou seja, como ele lida com os seus inúmeros críticos e como a sua própria percepção dessa concepção passa por diferentes tonalidades.

Assim sendo, com intuito de tratar o problema da intencionalidade não apenas a partir de uma abordagem histórica, mas também filosoficamente, cabe dizer que o propósito do primeiro tópico deste capítulo é comentar e refletir sobre

¹ Como observa Donald Kelley ao comentar o projeto de Skinner: *“some notion of intentionalism or authorial responsibility is essential to any interpretation of texts that aspires to be historical”*. KELLEY, Donald R. *Horizons of Intellectual History: Retrospect, Circumspect, Prospect*. In: *The history of ideas: canon and variations*, p. 330.

² Mais uma vez, Kelley escreve: *“authorial intention connects text with historical context”*. *Ibid.*, p. 331.

um dos mais famosos debates que se desenvolveu no seio da hermenêutica, a saber: o entrelaço das empresas interpretativas que privilegiam ou os significados produzidos pelo autor ou os significados produzidos pelo intérprete. Como sabido, esse “entrelaço” se dá entre duas diferentes maneiras de se compreender a esfera hermenêutica e ele gira, grosso modo, em torno do seguinte problema: “Qual o papel ou qual a importância da intenção do autor para a interpretação dos textos?”.

3.1

Hermenêutica metodológica x hermenêutica filosófica: um debate construtivo ou aporético?

A dicotomia expressa no título deste tópico é considerada uma divisão clássica na história da hermenêutica. A título de introdução, convém dizer que as duas vertentes são essencialmente alemãs, todavia, a primeira é tida como predominante no século XIX, e a outra, por sua vez, começa a dar os seus primeiros passos apenas no século XX. Convém dizer que, até certo ponto, esses primeiros passos da “hermenêutica contemporânea” são impulsionados como uma forma de oposição à sua irmã mais velha. Em linhas gerais, a hermenêutica metodológica, ou seja, a do século XIX, é compreendida a partir dos trabalhos de Wilhelm von Humboldt, Friedrich Schleiermacher, Johann G. Droysen e Wilhelm Dilthey. Por sua vez, a hermenêutica filosófica é identificada com a filosofia de Martin Heidegger, conquanto, mais especialmente, com a obra de Hans-Georg Gadamer³.

Não obstante o esforço de alguns autores de conciliar esses dois “gêneros” hermenêuticos – como, por exemplo, o esforço de Paul Ricoeur⁴ – pode-se dizer que essa dicotomia reproduz com justeza o que vem a ser o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos. Essa dicotomia, e também o problema que ela evoca, se traduz claramente no que Gadamer chama de a “*base psicológica da hermenêutica idealista*”, isto é, ao argumentar que essa base é um tanto “problemática”, o filósofo alemão se indaga: “*Será que o sentido de um*

³ Cf. ERMARTH, Michael. *The transformation of hermeneutics: 19th century ancients and 20th century moderns*, p. 175.

⁴ Cf. RICOEUR, Paul. *History and Hermeneutics*, p. 683-695.

texto realmente se esgota no sentido que o autor ‘tem em mente’?”⁵. Esse é, com efeito, o cerne da disputa.

Nesse sentido, apesar de incluir vários dos pressupostos da sua irmã mais velha, a hermenêutica filosófica, ao suscitar uma “virada ontológica”, encontra na crítica à primazia do autor e, por conseguinte, na crítica ao pressuposto da empatia como forma de compressão do passado, os carros-chefes para se consolidar enquanto disciplina e/ou projeto teórico-filosófico. Em outras palavras, mesmo com vários pontos de contato, a crítica à hermenêutica do século XIX é, sem dúvida, um dos vetores de legitimação da hermenêutica levada a cabo no século XX⁶. Diante disso, Richard Palmer, em seu famoso livro sobre hermenêutica – onde ele faz uma espécie de “introdução histórica” a esse conceito – nos diz as seguintes palavras para resumir esse famoso debate:

De um lado estão os defensores da objectividade e da validação, que consideram a hermenêutica como a fonte teórica das normas de validação; do outro estão os fenomenólogos do evento da compreensão, que realçam o carácter histórico desse “evento”, e conseqüentemente as limitações de todas as pretensões a um “conhecimento objectivo” e a uma “validade objectiva”.⁷

Essas palavras de Palmer são importantes de se registrar, pois essa “dicotomia” entre os chamados “intencionalistas ou lógicos da validação” de um lado, e os “fenomenólogos do evento da compreensão” do outro, auxilia na compreensão das críticas de viés gadameriano direcionadas ao projeto teórico de Quentin Skinner. Entrarei nesse ponto um pouco mais adiante. Por ora, basta destacar a rigidez dessa divisão.

Em vista desse que é considerado um debate hermenêutico por excelência, creio que seja interessante fazer a seguinte pergunta: o que essa oposição entre duas diferentes formas de hermenêutica revela? Ou, em outras palavras, em sua dimensão mais rudimentar, o que essa dicotomia representa? Com efeito, pode-se dizer que essa resposta é mais simples do que se imagina: o que o entrelaço entre a hermenêutica metodológica e a hermenêutica filosófica coloca em relevo

⁵ GADAMER, Hans-Georg. *Hermenêutica clássica e hermenêutica filosófica*. In: *Verdade e Método II: complementos e índices*, p. 126.

⁶ Sobre esse ponto, conferir: GADAMER, Hans-Georg. *O Problema da Consciência Histórica*, 2006. Em especial o capítulo que Gadamer analisa a obra de Dilthey.

⁷ PALMER, Richard E. *Hermenêutica*, p.73.

são, na verdade, duas diferentes formas de se abordar a concepção de historicidade – em resumo, enquanto a primeira enfatizaria a historicidade dos textos, a segunda, por sua vez, enfatizaria a historicidade do leitor.

Todavia, mesmo com essa resposta pronta, que é, em certo sentido, de conhecimento geral, cabe ainda assim questionar: qual é o alcance desse debate? Isto é, qual lado seria, por assim dizer, o mais “adequado” ou considerado o lado “vencedor”? Por fim, tendo em conta o que está em jogo aqui, deve-se então perguntar: de que forma esse impasse hermenêutico atravessa o projeto teórico skinneriano?

Antes de tentar responder a essas perguntas, é importante sistematizar um pouco melhor os dois lados em disputa. Para tanto, creio que seja apropriado começar pelo livro de Burhanettin Tatar, intitulado *Interpretation and the problem of the intention of the Author: H.-G. Gadamer vs E. D. Hirsch*. Neste livro, Tatar deixa claro que os problemas que concernem à intencionalidade e à historicidade estão intimamente relacionados, e, trabalhando em cima dessa premissa, ele polariza o debate entre as duas esferas da hermenêutica a partir das obras de Hans-Georg Gadamer e Eric Donald Hirsch. Destarte, o debate é apresentado da seguinte forma: Hirsch, em sua teoria da interpretação, igualaria o significado do texto com a intenção autoral, argumentando que o objeto a ser interpretado é independente da subjetividade do intérprete⁸. Por sua vez, a filosofia de Gadamer seria o oposto dessa perspectiva, pois, ao criticar a “ontologia sujeito-objeto”, o filósofo alemão rejeitaria a identificação do significado com a intenção do autor, argumentando que, não apenas ocasionalmente, mas sempre, o significado de um texto vai além do sentido estabelecido por aquele que o escreveu⁹.

A partir desse panorama, como se pode notar, o cerne do problema é saber como se dá a relação entre intenção e significado – ou, simplesmente, se há alguma relação entre os dois. Na visão de Burhanettin Tatar, Gadamer é o verdadeiro vencedor deste debate, já que, segundo ele, Hirsch teria falhado ao não perceber, em primeiro lugar, a dimensão dialógica da interpretação dos textos e, em segundo, como o contexto do intérprete não apenas molda toda e qualquer leitura, ele é, com efeito, a condição de possibilidade de toda interpretação. Tatar

⁸ TATAR, Burhanettin. *Interpretation and the problem of the intention of the author: H.-G. Gadamer vs. E. D. Hirsch*, p. 116.

⁹ *Ibid.*, p. 29.

consegue, então, em poucas palavras, resumir, no que diz respeito ao exercício interpretativo, a ideia geral da hermenêutica filosófica gadameriana:

Gadamer argues that the real meaning of a text as it addresses itself to an interpreter is always co-determined by the historical situation of the interpreter. Hence textual meaning arises neither wholly in the interpreter's own horizon nor wholly in that of the author. It is rather the product of a fusion between these two.¹⁰

Sem dúvida essas palavras substanciam a ideia geral da filosofia de Gadamer. Entretanto, o problema é que o argumento gadameriano que dá ênfase à condição do intérprete e que inviabiliza a tentativa de reconstrução das intenções dos autores foi deveras superinterpretado. Dessa forma, muitos gadamerianos e intelectuais tributários de sua filosofia consideraram o seu famoso argumento da “fusão de horizontes”¹¹ acentuando demasiadamente a “perspectiva presente”, assinalando, desta maneira, apenas o papel do intérprete. O resultado imediato dessa apropriação da filosofia gadameriana é que os argumentos da “autonomia do texto” e do “significado criado pelo leitor” foram colocados em um patamar simplesmente irredutível.

Em outras palavras, a filosofia de Gadamer tinha como um dos seus objetivos chamar a atenção para a condição hermenêutica do homem, ou seja, a sua condição histórica que circunscreve as suas possibilidades de ser-no-mundo. Porém, essa afirmação da própria historicidade acabou sendo interpretada por vários dos seus seguidores¹² como a impossibilidade de se reflexionar sobre significados pretéritos. De tal modo, a partir da defesa dessa perspectiva específica da “fusão de horizontes”, a historicidade do intérprete impossibilitaria a percepção da historicidade dos textos – logo, no final das contas, não haveria “fusão” ou “diálogo” algum, haveria apenas a preponderância da historicidade do leitor. A respeito dessa trama, Martyn P. Thompson nos diz:

¹⁰ Ibid., p. 63.

¹¹ Sobre a chamada “fusão de horizontes”, Gadamer escreve: “O intérprete e o texto possuem cada qual seu próprio ‘horizonte’ e todo compreender representa uma fusão desses horizontes.” GADAMER, Hans-Georg. *Hermenêutica clássica e hermenêutica filosófica*. In: *Verdade e Método II: complementos e índices*, p. 132.

¹² Para dar alguns exemplos: GUNNELL, John G. *Interpretation and the History of Political Theory: Apology and Epistemology*, p. 317-327; GUNNELL, John G. *O problema da interpretação*. In: *Teoria política*, p. 67-90; e principalmente: HARLAN, David. *Intellectual History and the Return of Literature*, p. 581-609.

Part of the reason for the neglect of intended meanings in theories of reception history can be traced to a second confusion: a widespread but muddled notion of the historicity of understanding. Martin Heidegger and Gadamer have been frequently invoked to support the contention that a historian's understanding of a recipient's *Konkretisation* is simply a reflection of the historian's own standpoint and can be nothing else.¹³

Por esse motivo, assim como seu extremo oposto, esta visão seria tipicamente “monológica” – termo este usado por Dominick LaCapra para afirmar que a noção de “diálogo” se torna demasiadamente simplista se ela for usada para defender a perspectiva de que abordamos os textos do passado unicamente a partir da projeção de nossas subjetividades – dado que essa perspectiva ignora que o dialogismo implica necessariamente uma condição de “troca”¹⁴, quer dizer, o diálogo é sempre uma via de mão dupla.

Seguindo essa linha de raciocínio, um dos resultados mais evidentes é que, o que era inicialmente um rico debate entre duas formas de se compreender a concepção de hermenêutica, acabou se convertendo, em última instância, em um debate notadamente aporético. Nesse sentido, seu alcance foi reduzido a um duelo teórico estéril na medida em que ele se tornou uma disputa entre, de um lado, os metodólogos e historicistas ingênuos que caíram no que se pode chamar de a “falácia intencional” (onde acredita-se que o significado de um texto é unicamente o significado produzido pelo seu autor) e, do outro, os “presentistas” e subjetivistas radicais que caíram no que se pode chamar de a “falácia do texto absoluto” (onde o único significado cabível é aquele produzido pelo intérprete).

Por conseguinte, considerando o rígido balizamento formado a partir dessa aporia, Paul Ricoeur, em seu esforço de contrabalançar as duas “formas” de hermenêutica, buscou demonstrar que seria necessário encontrar um meio termo entre o “método histórico” e a “verdade de pertencer à história”¹⁵. Com vista para esse cenário, ele faz a seguinte observação:

Por um lado, teríamos o que W. K. Wimsatt chama a falácia intencional, que sustenta a intenção do autor como o critério para qualquer interpretação válida do

¹³ THOMPSON, Martyn P. *Reception Theory and the Interpretation of Historical Meaning*, p. 260.

¹⁴ LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History and Reading Texts*, p. 265.

¹⁵ RICOEUR, Paul. *History and Hermeneutics*, p. 694.

texto. E, por outro, o que eu chamaria, de um modo simétrico, a falácia do texto absoluto: a falácia da hipostasiação do texto como uma entidade sem autor. Se a falácia intencional passa por alto a autonomia da semântica do texto, a falácia contrária esquece que num texto permanece um discurso dito por alguém a mais alguém acerca de alguma coisa. É impossível eliminar de todo esta característica principal do discurso, sem reduzir os textos a objetos naturais, isto é, a coisas que não são feitas pelo homem, mas que, como calhaus, se encontram na areia.¹⁶

Doravante, sobre essa rígida oposição que marca esse debate entre as duas diferentes formas de se interpretar os textos, é pertinente dedicar aqui algumas palavras a dois textos capitais. O primeiro é o de Dominick LaCapra: *Rethinking Intellectual History and Reading Texts* (1980)¹⁷. E o segundo é o de Martyn P. Thompson: *Reception Theory and the interpretation of historical meaning* (1993)¹⁸. O ponto é que, além desses dois textos colocarem em destaque as aporias das teorias da interpretação sectárias, eles também situam (ainda que de formas diferentes) o lugar que a abordagem de Quentin Skinner ocupa nesse duelo teórico.

Levando em conta que Skinner dá significativa atenção ao papel do autor na interpretação dos textos, não é de se estranhar, como já visto na introdução da presente dissertação, que diversos críticos com uma orientação gadameriana tenham criticado a sua teoria da história. Por certo, esse é o caso de Dominick LaCapra em seu notável artigo. Com efeito, LaCapra faz uma crítica a historiografia (intelectual) em geral, e a skinneriana seria apenas um dos seus exemplos. É possível dizer que um dos pontos mais interessantes trazidos por LaCapra seja o seu argumento de que os textos complexos são excluídos da historiografia (ou, simplesmente, são lidos de maneira muito incipiente) em função da predominância de uma visão documentalista que obstruiria um diálogo mais rico e construtivo com os textos do passado.

A crítica de LaCapra à abordagem de Skinner diz respeito a como o historiador inglês trabalha a relação entre a intenção do autor e o significado do

¹⁶ Id., *Teoria da interpretação: O discurso e o excesso de significação*, p. 42.

¹⁷ Cabe dizer que Dominick LaCapra argumenta que as questões expostas em seu texto têm como norte a hermenêutica de cunho heideggeriano e gadameriano, pois ela possibilita a visão da história intelectual como uma espécie de diálogo com o passado. Além disso, LaCapra também deixa claro que seu texto apresenta uma inspiração derridiana, o que não é de forma alguma uma inadequação, muito pelo contrário, visto que o “desconstrucionismo” de Jacques Derrida deve muito a filosofia de Martin Heidegger.

¹⁸ Os dois textos já foram citados mais acima e analisados brevemente na introdução do presente trabalho.

texto, isto é, segundo LaCapra, a abordagem defendida por Skinner pressupõe uma relação de propriedade entre texto e autor e, nesse sentido, todos os textos estariam presos a significados unitários¹⁹. Em vista disso, ele argumenta que a interpretação de cunho intencionalista fraqueja ao tratar como solução o que, na verdade, deveria ser visto como um grande problema – ou seja, a primazia do autor no que diz respeito a interpretação do(s) significado(s) dos textos.

A partir dessa crítica ao intencionalismo, LaCapra coloca os projetos de Eric D. Hirsch e Quentin Skinner lado a lado, como se os dois fossem análogos; além disso, cabe dizer, o antônimo dessa perspectiva intencionalista seria a abordagem de Hans-Georg Gadamer. Em resumo, a crítica de LaCapra ao intencionalismo pode ser lida nas seguintes linhas:

The idea that authorial intentions constitute the ultimate criterion for arriving at a valid interpretation of a text is motivated, I think, by excessively narrow moral, legal, and scientific presuppositions. Morally and even legally, one may believe that a person should bear full responsibility for utterances and have a quasi-contractual or contractual relation to an interlocutor. Scientifically, one may seek a criterion that makes the meaning of a text subject to procedures of confirmation. [...] In any case, to believe that authorial intentions fully control the meaning or functioning of texts (for example, their serious or ironic quality) is to assume a predominantly normative position that is out of touch with important dimensions of language use and reader response.²⁰

De fato, essa crítica ao intencionalismo feita por Dominick LaCapra é oportuna, uma vez que a tentativa de igualar significado com intenção é um dos sintomas do objetivismo incauto que predomina na historiografia intelectual

¹⁹ Não obstante, apesar da crítica que LaCapra dirige a Skinner, é possível dizer que o seu artigo e o mais famoso artigo teórico de Skinner (*Meaning and understanding in the history of ideas*) possuem alguns pontos de contato. Para citar alguns, pode-se assinalar os seguintes: 1) os dois são marcadamente prescritivos e propõem novas maneiras de se fazer e de se pensar a historiografia intelectual, isto é, os dois contribuem para “virada linguística” dessa historiografia; 2) os dois procuram aclarar a complicada e delicada relação entre texto e contexto, aliás, ambos chamam a atenção para o fato de concepção de “contexto” ser demasiadamente rasa; 3) os dois tratam criticamente as ingenuidades analíticas e interpretativas que predominam na historiografia em geral e, mais especialmente, na historiografia intelectual; 4) os dois estão preocupados em refletir sobre a melhor maneira de interpretar textos, isto é, eles expõem uma teoria da interpretação; 5) os dois criticam o valor heurístico da concepção de “influência”; e, 6) os dois formulam seus argumentos fundamentalmente a partir da leitura de filósofos – fortalecendo, deste modo, os elos entre a filosofia e a teoria da história. Nesse sentido, esses pontos de contato mostram que tanto Skinner quanto LaCapra fazem parte do movimento característico da segunda metade do século XX que se propõe a “repensar a historiografia intelectual” – como já observado no primeiro capítulo.

²⁰ LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History and Reading Texts*. In: *History and Theory* Vol. 19, No. 3 (Oct., 1980), p. 255-256.

documentalista e, ademais, essa predominância implica necessariamente uma enorme redução das potencialidades do texto e na inevitável exclusão dos textos complexos do cânone historiográfico. Todavia, aproximar o trabalho de Quentin Skinner com o de E. D. Hirsch talvez não seja muito apropriado, como também não me parece adequado apontar o historiador inglês como o exemplo paradigmático do “intencionalismo forte”²¹. Voltarei a esse tema um pouco mais à frente.

Não obstante, mais do que a crítica de LaCapra ao intencionalismo, o que interessa trazer aqui é a sua avaliação no que diz respeito ao debate aporético que se formou em torno da esfera hermenêutica. Com efeito, assim como Paul Ricoeur, LaCapra também buscou assinalar a necessidade de encontrar uma espécie meio termo entre os dois extremos, isto é, entre o “método histórico” e a “verdade de se pertencer à história” – ou, para usar os seus termos: entre o “estritamente historicista” e o “a-histórico” – dado que os dois são “monológicos” por excelência e são as duas faces do mesmo problema da historiografia puramente documental.²²

À vista disso, a conclusão que LaCapra chega em seu texto é que a historiografia intelectual deve preservar-se, de igual modo, tanto da “agressão subjetivista” quanto do “historicismo ingênuo” e, por conseguinte, “colocar questões históricas ao mesmo tempo que se compreende como histórica.”²³ Em síntese, ele escreve:

[It] is equally misleading to pose the problem of understanding in terms of either of two extremes: the purely documentary representation of the past and the “presentist” quest for liberation from the “burden” of history through unrestrained fictionalizing and mythologizing. In relation to both these extremes (which constitute parts of the same complex), it is necessary to emphasize the status of interpretation as an activity that cannot be reduced to mere subjectivity.²⁴

Portanto, ciente dessa dimensão intermediária entre o “presentismo” e o “historicismo” defendida por Dominick LaCapra, passo agora para o texto de

²¹ A expressão “intencionalismo forte” é de Mark Bevir. Cf. BEVIR, Mark. *A Lógica da História das Ideias*, p. 53.

²² Em suas palavras: “*the narrowly historicist and the ahistorical are extremes that meet in the ideal of purely documentary historiography*”. LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History and Reading Texts*, p. 273.

²³ *Ibid.*, p. 275.

²⁴ *Ibid.*, p. 274.

Martyn P. Thompson. O objetivo aqui é apontar certa conformidade entre os argumentos dos dois ao mesmo tempo em que, como já dito, cria-se a abertura necessária para se interpelar sobre como esse impasse hermenêutico que abaliza autor e intérprete atravessa a teoria da história de Quentin Skinner.

Em seu artigo, Thompson compara duas abordagens que são sempre apresentadas como adversárias, ou seja, ele compara a “estética da recepção”, cujos maiores expoentes são Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser, com a “nova história do pensamento político”, particularmente a de Quentin Skinner e J. G. A. Pocock. De acordo com Thompson, a primeira abordagem defenderia a ideia de que os leitores são os responsáveis pela criação dos significados dos textos e, para a segunda, a intenção autoral seria imprescindível para compreender esses significados. Dessa forma, fica evidente que diferenças significativas afloram a partir da comparação dessas duas distintas maneiras de se interpretar os textos. Destarte, uso aqui as suas palavras para apontar as potenciais divergências:

In the history of political thought, emphasis was placed on *historical* understanding of texts construed as complex speech acts. In literary reception theories, on the other hand, emphasis was placed on changing interpretations and evaluations of texts of a specifically *literary* or *artistic* kind. In short, the “new” history of political thought was conceived as intellectual *history*, whereas reception history was conceived, in the words of H. R. Jauss, as a “Provokation der Literaturwissenschaft” – as challenge to *literary* studies.²⁵

Não obstante, apesar da virtual disparidade, o que Martyn Thompson busca demonstrar em seu artigo é que, para a compreensão dos significados históricos, é necessário ponderar sobre as contribuições dessas duas abordagens. Em suma, o texto de Thompson é bem didático na medida em que ele faz uma síntese dos principais pressupostos teóricos das duas abordagens – ou, para usar a sua expressão, das duas “teorias do texto” – e, com tal característica, ele conclui dizendo que elas não são, de forma alguma, “teorias competitivas”. Para chegar a essa conclusão, ele argumenta que não seria correto explorar as potenciais diferenças dessas “teorias do texto” de maneira sequaz, isto é, admitindo que uma “teoria” deve estar correta enquanto a outra deve estar errada. Segundo Thompson, essa parcialidade seria equivocada na medida em que questões de

²⁵ THOMPSON, Martyn P. *Reception Theory and the Interpretation of Historical Meaning*, p. 250.

diferentes ordens estão em jogo em cada perspectiva – ou seja, grosso modo, uma está preocupada com a historicidade dos leitores e a outra com a historicidade dos textos, mas isso não quer dizer que uma invalide a outra. Com efeito, as duas “teorias” oferecem valiosos recursos para se interpretar e, por conseguinte, importantes meios de se contemplar as conexões entre “significados pretéritos” e “significância presente”²⁶.

Dessa forma, o cerne da questão pode ser colocado da seguinte forma: se o debate entre a hermenêutica metodológica e a hermenêutica filosófica não trilhar em direção ao *insight* que busca lidar de modo análogo tanto com o “método histórico” (isto é, com a arte de interpretar os textos) quanto com a “verdade de pertencer a história” (ou seja, com a filosofia universal da interpretação)²⁷, o alcance desse debate será reduzido, invariavelmente, a mera aporia. Com tal característica, pode-se sintetizar o debate do seguinte modo: “*History is thus neither a Rankean recovery of the past ‘as it actually was’, nor a Crocean reduction of the past to contemporary consciousness, but instead an integration of the two.*”²⁸

Por fim, a explanação desse impasse hermenêutico interessa aqui na medida em que essa sólida dicotomia entre as duas diferentes formas de encarar a interpretação dos textos marca profundamente o desenrolar do projeto teórico skinneriano. Esse ponto se torna notório pelo fato do historiador inglês ser constantemente interpretado como um dos grandes expoentes do intencionalismo que é característico da hermenêutica metodológica. Desta forma, uma vez que a

²⁶ Reproduzo aqui a conclusão do artigo para deixar essa questão ainda mais clara: “*There are, in other words, historical connections between past and present interpretations of texts. Any theorists who take seriously the requirement to be self-conscious and self-aware in their present interpretations of past texts will need to know what those connections are. In this respect, the great service of the “new” history of political thought has been to show just how wide the gaps are between past and present interpretations. The great service of reception histories (as histories of political literature) will be to show the ways in which these gaps have been created. In doing so, they will provide the historical threads which connect past meanings with present significance.*” Ibid., p. 272.

²⁷ As expressões “arte de interpretar corretamente os textos” e “filosofia universal da interpretação” são usadas por Jean Grondin para ilustrar essa dicotomia entre as “duas hermenêuticas”. Cf. GRONDIN, Jean. *Hermenêutica*, p. 11. Com efeito, Dilthey define a hermenêutica (metodológica) da mesma maneira, dado que, para o pensador alemão, a hermenêutica seria: “*the theoretical basis for the exegesis of written monuments.*” DILTHEY, Wilhelm. *The Rise of Hermeneutics*, p. 233.

²⁸ JAY, Martin. *Should intellectual history take a linguistic turn? Reflections on the Habermas-Gadamer debate*. In: LACAPRA, Dominick & KAPLAN, Steven L. (Org.). *Modern European intellectual history: reappraisals and new perspectives*, p. 96.

intenção autoral é um dos grandes desafetos de vários projetos filosóficos que irromperam no decorrer do século XX²⁹, o historiador inglês se viu compelido a responder às diversas críticas que lhe foram direcionadas. De fato, esse debate no seio da hermenêutica fez com que Skinner ganhasse belicosos críticos e, conseqüentemente, o fez também prestar muito mais atenção à forma como ele usava conceitos cruciais como “texto” e “autor”. Com efeito, esses intensos diálogos com seus críticos são um dos principais fatores de promoção da dinâmica do seu programa, visto que, a partir deles, Skinner foi levado a aclarar a sua concepção de intencionalidade autoral e, por conseguinte, a refinar a sua teoria da interpretação. Destarte, é por esse motivo que o tópico que segue tem como objetivo expor a trajetória do problema da intencionalidade na obra do historiador inglês.

3.2

A concepção de intencionalidade autoral na teoria da história de Quentin Skinner:

“I am solely concerned with intentions in acting, with intentional descriptions of action, and thus with the question of what an agent may have intended or meant by speaking or writing in a certain way.”

(Quentin Skinner)

Desde o começo deste trabalho tenho chamado o projeto skinneriano de “teoria da interpretação”, logo, considero seu empreendimento teórico uma espécie de “hermenêutica”. Esse fato não chega a ser discutível, pois vários foram

²⁹ Como por exemplo: a hermenêutica filosófica gadameriana, a estética da recepção, o estruturalismo, os programas de Roland Barthes e Michel Foucault que pregaram a “morte do autor”, o desconstrucionismo de Jacques Derrida e muitos outros. Sobre a crítica ao intencionalismo que marca a agenda filosófica contemporânea, Mark Bevir escreve: *“Muito da atual desconfiança face ao intencionalismo provém, em vários graus de autoconsciência, da hostilidade à ideia de verdades empíricas dadas, sustidas por percepções puras. [...] O intencionalismo surge [...] como a encarnação de uma fé desacreditada na autonomia autossuficiente do indivíduo isolado. Evoca imagens de indivíduos atomísticos que fixam o significado de suas declarações para além do alcance de todas as influências sociais. Os críticos do intencionalismo costumam enfatizar, por isso, tanto que a fala exige uma linguagem concebida como herança social quanto que as declarações constituem atos de âmbito público sobre os quais os indivíduos têm pouquíssimo controle. A sociedade dá aos indivíduos a linguagem em que eles fazem suas declarações e nos termos da qual suas declarações adquirem significado público.”* BEVIR, Mark. *A Lógica da História das Ideias*, p. 53.

aqueles que chamaram a sua teoria da história de “hermenêutica”³⁰ – inclusive ele próprio, que afirmou que o seu programa teórico lida com questões que são, com efeito, “*o coração de um empreendimento hermenêutico.*”³¹ No entanto, no fim das contas, uma questão evidentemente vem à tona: afinal, que hermenêutica seria essa?

Como já dito, o diálogo com os críticos gadamerianos foi um grande combustível para a dinâmica do programa de Skinner – tal fato se dá em função das suas concepções de hermenêutica serem diferentes em muitos aspectos. Gadamer pensa a interpretação como um processo filosófico que faz parte da condição hermenêutica do homem, e Skinner, apesar de tocar muito sutilmente nesse aspecto, visa refletir sobre o tipo de interpretação que historiadores empreendem ao escrever história intelectual. Em certo sentido, pode-se dizer que a diferença entre essas duas formas de tratar a interpretação é que, enquanto a visão gadameriana está interessada na dimensão ontológica, Skinner está preocupado, grosso modo (e por falta de uma palavra melhor), com a dimensão epistemológica. Entretanto, como foi visto no tópico anterior, é necessário encontrar um meio termo entre essas duas perspectivas, afinal, privilegiar a dimensão ontológica em detrimento da epistemológica seria indevido na medida em que “ser contra o método, já é, *a fortiori*, uma forma de método.”³²

À vista disso, deve-se indagar se essa aparente oposição à hermenêutica gadameriana faz de Quentin Skinner um dos representantes da hermenêutica metodológica. Em uma análise corriqueira, até seria possível fazer alguma aproximação nesse sentido. Todavia, apesar de Skinner ser associado a esse gênero hermenêutico não apenas por Dominick LaCapra (como já visto), mas

³⁰ Aliás, o próprio Reinhart Koselleck afirmou que Skinner “*é um historiador muito especializado no terreno da história hermenêutica*”. Cf. JASMIN, Marcelo & JÚNIOR, João Feres (Org.). *Entrevista com Reinhart Koselleck*. In: *História dos conceitos: debates e perspectivas*, p. 148.

³¹ SKINNER, Quentin. *The Rise of, Challenge to and Prospects for a Collingwoodian Approach to the History of Political Thought*, p. 188. Em vários outros momentos Skinner chama seu programa de um empreendimento hermenêutico. Para citar alguns exemplos, conferir: Id., *Motives, Intentions and the Interpretation of Texts*, p. 393-408; Id., *Hermeneutics and the Role of History*, p. 209-232 e Id., *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 231-288.

³² ERMARTH, Michael. *The transformation of hermeneutics: 19th century ancients and 20th century moderns*, p. 192.

também por vários outros³³, pode-se destacar alguns pontos em que ele diverge completamente dessa tradição. Talvez o mais fundamental deles seja no que tange a sua concepção de significado – isto é, a concepção de significado skinneriana é muito diversa daquela defendida pela hermenêutica metodológica; ademais, este é um aspecto fulcral para se entender melhor a resposta que Skinner dá a vários de seus críticos que o identificam com essa espécie de hermenêutica. A título de exemplificação, como visto no capítulo anterior, a concepção de significado adotada por Skinner é tributária da filosofia do “segundo” Wittgenstein, isto é, os significados dos conceitos e dos discursos se resumem aos seus usos em um jogo linguístico específico. A hermenêutica metodológica (talvez mais explicitamente em Dilthey), por sua vez, sustenta que os significados dos textos são estados mentais dos autores que são repensados ou reconstruídos pelos intérpretes. Então, na esteira desse aspecto, seria possível “*compreender um autor melhor do que ele próprio se compreendeu*”³⁴. Precisamente por esses aspectos que apelam para o argumento da congenialidade é que essa perspectiva é muitas vezes caracterizada como sendo demasiadamente subjetivista e/ou psicologizante³⁵.

Além do mais, Skinner refutou abertamente os seus críticos que compararam a sua hermenêutica com a “hermenêutica tradicional” – isto é, a hermenêutica que defende que compreender um texto é “pensar o pensamento do autor que o escreveu”. Nas diversas respostas em que ele nega esse paralelo, ele afirma que a sua concepção de intencionalidade é “*erroneamente confundida com o projeto tradicional hermenêutico*”³⁶ e, além disso, ele declara também que a sua concepção de compreensão dos textos não perpassa qualquer noção de “empatia” ou de “identificação das ideias da mente dos autores pretéritos”³⁷.

Com efeito, em uma afirmação um pouco inusitada, ele diz que a famosa frase de Robin George Collingwood (a saber: que “*o conhecimento histórico é simplesmente a reconstituição, no espírito do pensador presente, das experiências*”

³³ Como, por exemplo, David Harlan, que interpreta o projeto de Quentin Skinner como uma trivial hermenêutica romântica. Cf. HARLAN, David. *Intellectual History and the Return of Literature*, p. 584 e 587.

³⁴ DILTHEY, Wilhelm. *The Rise of Hermeneutics*, p. 244.

³⁵ Cf. ERMARTH, Michael. *The transformation of hermeneutics: 19th century ancients and 20th century moderns*, p. 176.

³⁶ SKINNER, Quentin. *Quentin Skinner*. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*, p. 320.

³⁷ Id., *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 279.

passadas.”³⁸) é uma frase “infeliz” (“*unfortunate*”). Essa apreciação de Skinner é inusitada por se tratar justamente de Collingwood, ou seja, o filósofo que ele afirma ser o seu grande pilar enquanto historiador intelectual. Eis a passagem em que Skinner faz tal avaliação:

Nothing I am saying presupposes the discredited hermeneutic ambition of stepping empathetically into other people’s shoes and attempting (in R. G. Collingwood *unfortunate* phrase) to think their thoughts after them. [...] Nothing in the way of “empathy” is required.³⁹

Em suma, de fato o historiador inglês passa longe do “psicologismo” atribuído à hermenêutica metodológica. No entanto, é inegável que essa aproximação foi feita pelos seus críticos em função da importância que ele dá para a intenção autoral na interpretação dos textos. Por conseguinte, visto que a crítica ao intencionalismo é um fato quase que hegemônico na agenda teórico filosófica contemporânea⁴⁰, deve-se então perguntar: quais são as condições de possibilidade de uma historiografia que afirma que o significado dos textos não pode ser apartado do autor que o empreendeu? Em síntese, creio que as principais chaves para essa resposta podem ser contempladas a partir da análise de como Quentin Skinner introduz, compreende e trabalha o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos. Ademais, a partir dessas indagações será possível perceber como o debate sobre as diferentes esferas da hermenêutica perpassa o projeto teórico do historiador inglês. Assim sendo, cabe dizer que o propósito dos próximos parágrafos será tentar delinear a trajetória da concepção de intencionalidade autoral no projeto teórico skinneriano, com isso, pretendo mostrar como essa concepção apresenta diferentes “tonalidades” com o desenrolar deste projeto.

Nesse esforço de tentar escrever a “história” do problema da intencionalidade autoral no interior do projeto teórico skinneriano, dividirei os seus textos em quatro momentos. É evidente que esses “momentos” não seguem uma lógica hermética e causal, afinal, meu objetivo não é argumentar que existem apenas quatro etapas em que se pode perceber uma mudança da concepção de

³⁸ COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*, p. 393.

³⁹ SKINNER, Quentin. *Interpretation and the understanding of speech acts*. In: *Visions of Politics*, p. 120.

⁴⁰ Cf. nota 29 deste capítulo.

Skinner sobre intencionalidade ou mesmo que haja apenas quatro ocasiões em que ele aborda esse assunto. Na verdade, o problema da intencionalidade na interpretação dos textos é um debate que permeia praticamente toda a obra do historiador inglês – tanto a obra “teórica” quanto a obra “historiográfica”. Tendo isso em mente, escrever aqui essa trajetória não significa dizer que a sua concepção dos primeiros artigos não reapareça nos últimos. Por certo, destacar esses quatro momentos é mais um movimento didático para realçar a dinâmica de seu programa – qualquer esforço diferente deste seria “congelar” o seu empreendimento e negar a possibilidade do historiador inglês mudar de ideia e, depois, regressar à sua ideia inicial. Em outras palavras, não estar atento a essas possibilidades seria cair, de fato, na “mitologia da coerência”. Em suma, o meu intuito não é deixar de lado as contradições que Skinner deixa para seus leitores, ao contrário. Estou de acordo com a sua frase de que “*There is even a quite metaphysical tendency to suppose that any apparent contradictions in a writer’s doctrines cannot be real contradictions.*”⁴¹ Enfim, feitas essas ressalvas, sigo então para o que interessa.

A título de introdução, os quatro momentos em que Quentin Skinner trabalha o problema da intencionalidade na interpretação dos textos podem ser divididos da seguinte maneira:

- 1º momento: virada da década de 1960 para a década de 1970;
- 2º momento: o decorrer da década de 1970;
- 3º momento: década de 1980;
- 4º momento: década de 1990 até os dias de hoje.

No primeiro desses quatro momentos, que compreende as primeiras investidas de Quentin Skinner na área da teoria e filosofia da história, pode-se perceber que o historiador aborda a intenção autoral como um elemento que corresponde, analogamente, ao significado do texto – dessa forma, o “querer-dizer” do autor que escreve um texto é o fator predominante para se alcançar o seu significado histórico. Na prática, esse momento é introdutório, dado que é onde

⁴¹ SKINNER, Quentin. *The Limits of Historical Explanations*, p. 209-210.

Skinner apenas coloca o primeiro pé na temática da interpretação e da intencionalidade.

Certamente o artigo que melhor representa esse primeiro momento é o *Meaning and Understanding in the History of Ideas* (1969), no qual Skinner examina quais seriam os procedimentos apropriados para se adotar quando se pretende compreender uma obra.⁴² Com tal característica, no que tange o papel das intenções, e, ao refletir sobre o que lhe importa como “método apropriado para o estudo da história das ideias”, ele faz afirmações do seguinte gênero:

- 1) *“To understand a text must be to understand both the intention to be understood, and the intention that this intention should be understood.”*⁴³
- 2) *“The essential aim, in any attempt to understand the utterances themselves, must be to recover this complex intention on the part of the author.”*⁴⁴
- 3) *“The appropriate methodology is seen in consequence to be concerned in this way with the recovery of intentions.”*⁴⁵
- 4) *“Any statement, as I have sought to show, is inescapably the embodiment of a particular intention.”*⁴⁶

Por certo, como se pode perceber a partir das passagens supracitadas, se torna indubitável que, no final da década de sessenta, o ainda jovem historiador inglês dava um enorme destaque para a tarefa de “recuperar intenções” dos autores do passado. Por conseguinte, cabe dizer, ele não deixava nenhuma dúvida de que a recuperação das intenções era o principal exercício no que concerne à complicada empreitada de compreender o significado dos textos. No que diz respeito a esse ponto, de fato é pertinente a crítica feita por Dominick LaCapra (e também por muitos outros) de que Skinner e os intencionalistas em geral abordam um texto como um objeto que porta um significado unitário na medida em que ele possui uma intrincada relação de propriedade com o autor que o escreveu.

⁴² Cf. SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*, p. 3.

⁴³ *Ibid.*, p. 48.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 49.

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ *Ibid.*, p. 50.

Segundo a grande maioria desses críticos do intencionalismo, o resultado imperioso dessa chamada “primazia do autor” seria a drástica redução das possibilidades interpretativas do texto em prol de uma perspectiva que pode ser considerada como pseudo-histórica.

Não obstante, seria até possível objetar que o primeiro artigo teórico de Skinner (*The Limits of Historical Explanations*) vai na contramão dessa empresa intencionalista, visto que, nesse artigo de 1966 (ou seja, publicado três anos antes do artigo supracitado), o historiador inglês argumenta justamente sobre as limitações das possibilidades do conhecimento histórico e, mais especificamente, sobre a precariedade heurística do conceito de “influência”. Com efeito, essa mesma “entonação cética” também pode ser percebida nas primeiras páginas do próprio *Meaning and Understanding in the History of Ideas*, no entanto, como observa João Feres Júnior, essa “entonação” não o impede de ratificar a importância da recuperação das intenções para o que, na sua opinião, seja o labor historiográfico adequado:

Nas páginas iniciais de “Meaning and Understanding”, Skinner diz que é impossível para um historiador estudar o que um autor disse sem ser influenciado por suas próprias expectativas sobre aquilo que o autor deve ter dito. Porém, no conjunto do argumento exposto no texto, esse preâmbulo tem uma função eminentemente retórica. A ele segue-se uma advertência contra os perigos de se contaminar o resgate das intenções autorais puras com nossas próprias expectativas.⁴⁷

Em seu artigo seguinte, o *Conventions and the Understanding of Speech Acts* (1970), Skinner já dá alguns sinais de que precisaria colocar em outros termos a sua concepção de intencionalidade. Todavia, o que mais chama a atenção nesse texto é que Skinner lança-se sem nenhuma hesitação na filosofia analítica da linguagem, uma vez que, nas páginas desse artigo, ele comenta com minúcia e propriedade a filosofia de John Austin. Com isso, ele deixa ainda mais claro a sua iniciativa que promove a aproximação entre a teoria da história e a filosofia analítica da linguagem (aproximação esta para a qual ele é, sem nenhuma dúvida, um dos principais colaboradores).

⁴⁷ JÚNIOR, João Feres. *De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner*, p. 661.

Embora a temática e o tom desse artigo de 1970 sejam um pouco diferentes, ele continua defendendo a importância de se recuperar as intenções do falante (ou do escritor) para a compreensão de qualquer espécie de proferimento. Entretanto, a diferença é que, dessa vez, ele coloca grande ênfase no argumento de que as intenções só são passíveis de serem compreendidas na medida em que elas são regidas por uma série de convenções que, grosso modo, tornam todos os diálogos possíveis. Destarte, na esteira desse ponto de vista, ele faz o seguinte comentário:

The point is that any intention capable of being correctly understood by A as the intention intended by S to be understood by A must always be a *socially conventional intention* – must fall, that is, within a given and established range of acts which can be conventionally grasped as being cases of that intention.⁴⁸

A expressão “*socially conventional intention*” usada no trecho acima se tornará uma espécie de estribilho da teoria da interpretação skinneriana. Isto é, a partir desse momento, grande parte dos seus argumentos sobre como interpretar os textos serão, em linhas gerais, uma tentativa de aclarar e aperfeiçoar a ideia compreendida nessa expressão (no próximo capítulo tratarei desse ponto com mais detalhe). Por ora, basta sublinhar que Skinner já havia chamado a atenção para a importância das convenções no seu famoso artigo de 1969, porém, dessa vez, ele parece querer realçar a questão das condições de possibilidade da recuperação das intenções por via das convenções, trazendo assim à tona a concepção de “intenção convencional”, ou seja, a ideia de que toda e qualquer intenção só pode ser empreendida a partir de procedimentos convencionais. Desta maneira, o que o historiador inglês defende é que seria possível sim recuperar e compreender as intenções de outrem uma vez que elas são governadas por convenções que as tornam inteligíveis. Em outras palavras, as intenções operam no interior de um jogo específico de linguagem, logo, para compreendê-las, se faz necessário estudar as convenções que as moldam e as tornam possíveis. Em suma, Skinner continua a corroborar a perspectiva intencionalista. No entanto, ele já começa a tentar “amenizá-la” a partir do argumento convencionalista⁴⁹.

⁴⁸ SKINNER, Quentin. *Conventions and the Understanding of Speech Acts*, p. 133. O grifo é meu.

⁴⁹ Sobre essa mudança de ênfase das intenções para as convenções, Peter Janssen escreveu: “*Some of the criticisms of the place given to intentions in his early historiographical work – especially in*

Portanto, a partir do artigo *Conventions and the Understanding of Speech Acts* – que justamente coloca de forma mais enfática o argumento sobre o aspecto convencional dos textos e das expressões em geral – pode-se dizer que o historiador inglês cria a abertura necessária para o próximo momento em que ele trabalha o problema da intencionalidade autoral. Nesse sentido, com o avançar da década de 1970, os artigos teóricos de Skinner não mais apresentam o caráter introdutório no que diz respeito à questão da intencionalidade, quer dizer, ele não mais utilizará esse conceito sem antes fazer algumas ressalvas. O ponto é que, com as polêmicas levantadas em 1969 com a publicação do *Meaning and understanding in the History of Ideas*, o historiador ganhou visibilidade e, por conseguinte, ganhou também diversos críticos e adeptos com os quais dialogaria intensamente. Isto posto, passo então para o segundo momento.

Como visto nos parágrafos acima, o primeiro momento em que Quentin Skinner aborda o problema da intencionalidade é circunscrito apenas por dois artigos (um de 1969 e o outro de 1970). Nesse segundo momento, entretanto, é possível destacar quatro textos – cujo os títulos são: *On Performing and Explaining Linguistic Actions* (1971), *Motives, Intentions and the Interpretation of Texts* (1972), *Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action* (1974) e, por último, *Hermeneutics and the Role of History* (1975). O que esses quatro artigos têm em comum é que, todos eles, em menor ou maior grau, tentam responder à acusação de que Skinner é um propagandista do intencionalismo ingênuo e, conseqüentemente, que a sua teoria da história é uma das vítimas dos pressupostos da “falácia intencional”.

Já no primeiro desses artigos, intitulado *On Performing and Explaining Linguistic Actions*, Quentin Skinner deixa claro que o seu argumento é movido, pelo menos em certa medida, pela necessidade de responder aos seus críticos sobre a maneira como ele aborda a questão da intencionalidade – ou, mais especificamente, sobre como ele vê na intenção autoral uma ferramenta que carrega um enorme potencial explanatório. Essa necessidade de recolocação da sua concepção de intencionalidade e, de igual modo, de dar uma espécie de

the seminal “Meaning and Understanding in the History of Ideas” – Skinner later accepted and, by his own account, modified his views in favour of an emphasis on conventions.” JANSSEN, Peter L. *Political Thought as Traditionary Action: The Critical Response to Skinner and Pocock*, p. 131.

“*feedback*” para os seus comentadores, é, por assim dizer, uma incumbência manifesta – como pode ser percebido a partir do seguinte trecho:

It must be admitted, however, that this primary role which I have assigned to recovering the agent’s intentions in order to explain his (linguistic) actions has usually been quite explicitly rejected by the theorists and practitioners of precisely those disciplines in which the argument might be thought to apply most significantly. I have in mind those disciplines – such as literary criticism and the various forms of intellectual history [...]. It happens that one of the pieces of conceptual bric-à-brac which the practitioners of these disciplines have been taught to handle with reverence has been the argument exposing the alleged “intentionalist fallacy”. And so it has frequently been insisted that it is possible to establish the “general irrelevance of intentions” in any attempt to interpret and explain the complex utterances (such as literary or philosophical works) to which such critics and historians characteristically devote their attention.⁵⁰

Como se pode perceber, diferentemente dos seus primeiros artigos, no início da década de setenta o historiador inglês se mostrava ciente dos inúmeros teoristas que criticavam o intencionalismo com base nas premissas da “falácia intencional”. À vista disso, é possível dizer que a hegemônica crítica ao intencionalismo é um fator substancial que leva Quentin Skinner a revisitar e, além disso, a aprimorar os seus argumentos sobre como se deve interpretar os textos. Deste modo, os artigos teóricos de Skinner publicados na década de setenta, ou, de uma maneira mais geral, o próprio desenrolar da sua teoria da interpretação, se dá, em grande medida, como uma espécie de resposta à postura anti-intencionalista.

Com base nesse ponto, é precisamente nesse artigo de 1971 que Skinner lança mão pela primeira vez do argumento de que os seus críticos interpretaram equivocadamente a sua concepção de “intenção”. Esse equívoco se daria, segundo o historiador inglês, na medida em que os comentadores do seu programa encaram a noção de intenção como aquilo que estimulou um autor a escrever o seu texto, isto é, os fatores (pessoais, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, etc.) que causaram o aparecimento da obra em questão. Em outras palavras, tanto os seus críticos como também os idealizadores e adeptos do argumento da “falácia intencional” encaram a concepção de “intenção” como análoga à concepção de “motivo”.

⁵⁰ SKINNER, Quentin. *On Performing and Explaining Linguistic Actions*, p. 14-15.

Quentin Skinner declara, então, que realmente é irrelevante recuperar os “motivos” que levaram um autor a escrever um texto – e, por conseguinte, declara também que em nenhum momento ele defendeu algo que fosse na contramão desse fato consumado. Assim, de acordo com o historiador inglês, buscar recuperar os “motivos” que levaram um autor a escrever é querer traçar uma problemática relação causal entre um acontecimento passado e o aparecimento da obra em questão – tal tarefa seria, indubitavelmente, precária e desimportante para a compreensão do significado histórico dos textos. Em suma, o ponto que Skinner visa colocar em relevo é que procurar entender os “motivos” de um autor para escrever uma obra significa refletir sobre os seus desejos de escrever, e, nesse sentido, o intérprete se limitará a idealizar ligações acidentais entre o passado do autor e o aparecimento da obra enquanto tal. Por outro lado, diz ele, procurar entender as “intenções” de um autor ao escrever, consiste, simplesmente, em buscar compreender a *força ilocucionária* que a obra em questão comporta.

Desta forma, pode-se dizer que os “motivos para escrever” um texto dizem respeito às ações pretéritas na vida do autor e suas relações contingentes com o significado do texto, enquanto as “intenções ao escrever” dizem respeito à como o significado do texto foi pretendido pelo autor – todavia, é importante sublinhar: não apenas a como o autor gostaria de ser entendido, mas sim sobre como ele gostaria de ser interpretado pelo que foi escrito. Ou seja, o “motivo para escrever” o autor sempre sabe previamente – as “intenções” não. Ademais, os “motivos” são meramente entidades psicológicas que ninguém terá acesso – e, mais uma vez, as “intenções” não: uma vez que elas perfilam a *força ilocucionária* do texto, elas se tornam passíveis de serem compreendidas por operarem a partir de uma dimensão convencional que torna os proferimentos publicamente inteligíveis.

Mark Bevir, no seu livro *A lógica da história das ideias*, parece ir na esteira desse pressuposto de Quentin Skinner e argumenta que, ao tratar o problema da interpretação dos textos, é necessário diferenciar entre: “*intenção de fazer X (decisão tomada antes de uma ação) e intenção ao fazer X (pró-attitudes e crenças exemplificadas na ação)*”⁵¹. Nesse sentido, a título de exemplificação, pode-se entender a concepção de “motivos” desenvolvida por Skinner como “*intenção de fazer*” e a sua concepção de “intenções” como “*intenção ao fazer*”.

⁵¹ Cf. BEVIR, Mark. *A Lógica da História das Ideias*, p. 373.

É sabido que vários dos críticos de Quentin Skinner que buscaram criticar o seu intencionalismo – como, por exemplo, o próprio Dominick LaCapra⁵² – o fizeram a partir do argumento de que, muitas vezes, um autor descobre as suas intenções apenas no próprio ato de escrever e, por isso, buscar recuperar as suas intenções seria uma tarefa inoportuna para compreender o significado do texto. Destarte, com a base na distinção entre “motivos” e “intenções”, Skinner visou demonstrar não apenas que ele está completamente de acordo com essa afirmação que usaram para criticá-lo, como ele buscou demonstrar também que os seus críticos confundem essas duas concepções.

Nesse sentido, a distinção entre “motivos” e “intenções” apresentada no artigo *On Performing and Explaining Linguistic Actions* é a primeira investida de Skinner para, além de tentar refutar o argumento da “falácia intencional”, assegurar a coerência e a adequação da sua própria perspectivista intencionalista. Essa primeira investida contra os críticos do seu intencionalismo se torna clara a partir da leitura das seguintes linhas:

Once this essential distinction has been drawn, moreover, between the study of an author's motives in writing and the study of his intentions in writing, my general argument can then be applied to show that (whatever may be true of motives) the recovery of an author's intentions in writing is not merely relevant but essential in any attempt to explain the special features of his works. [...] It follows, therefore, that if my general argument is correct, it contains an implication of some practical importance: that it must actually be an exegetical duty, and not a fallacy at all, for critics and historians to concentrate on attempting to recover the intentions of speakers or writers in the performance of these complex types of (linguistic) action.⁵³

No artigo seguinte, *Motives, Intentions and the Interpretation of Texts*, Skinner mais uma vez insiste nessa distinção (como o próprio título do artigo já evidencia). Não obstante, ele não se limita a ela e acrescenta novos aspectos à sua concepção de intencionalidade. Assim, como no artigo anterior, neste também é possível perceber certa entonação de “réplica”, quer dizer, mais uma vez ele direciona alguns dos seus argumentos àqueles que o criticaram. Para além disso, é importante frisar que este artigo de 1972 está entre aqueles em que o historiador inglês trata mais diretamente do problema da intencionalidade autoral e,

⁵² Cf. LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History and Reading Texts*, p. 255.

⁵³ SKINNER, Quentin. *On Performing and Explaining Linguistic Actions*, p. 15-16.

consequentemente, da sua possível relação com a interpretação e a compreensão dos significados dos textos.

A pergunta norteadora desse artigo de Quentin Skinner é se é possível traçar qualquer espécie de “regras gerais” sobre como interpretar os textos. No entanto, antes mesmo de se debruçar sobre essa questão, o historiador inglês logo percebe que, por detrás dela, subsiste uma indagação fundamental, a saber: “*O que é interpretação?*”. Em poucas linhas, Skinner lança mão dos argumentos de alguns autores para dizer que o termo “interpretação” é usado de forma muito vaga, mas, mesmo assim, parece haver certo consenso de que interpretar um texto significa dar sentido a ele ou, simplesmente, explicitar o seu significado. Conquanto, é evidente que essa caracterização carrega inúmeras outras interrogações, e, por assim dizer, a mais urgente delas talvez seja a que explicita a necessidade de explorar o “significado do conceito de significado”. Em linhas gerais, é a partir deste roteiro que o historiador inglês chega à conclusão de que é preciso distinguir três diferentes concepções do conceito de “significado” (“*meaning*”) – concepções estas que podem ser apresentadas da seguinte maneira:

- 1) Skinner chama de “significado 1” a concepção de significado que surge a partir da seguinte pergunta: “*What do the words mean, or what do certain specific words mean, in this work?*”⁵⁴ (Ou seja, o significado semântico).
- 2) Por sua vez, “significado 2” seria a concepção de significado presente em perguntas como: “*What does this work mean to me?*”⁵⁵ (Logo, esse seria o significado produzido pelo intérprete).
- 3) Por último, “significado 3” seria o significado que emerge com a pergunta: “*What does the writer mean by what he says in this work?*”⁵⁶ (Ou seja, o significado produzido pelo autor).

O objetivo de Quentin Skinner ao apresentar essas três concepções de “significado” é mais uma vez problematizar as críticas advindas do argumento da “falácia intencional” que assevera que, para interpretar um texto, não se deve prestar a mínima atenção às intenções do autor. De acordo com Skinner, essas três

⁵⁴ SKINNER, Quentin. *Motives, Intentions and the Interpretation of Texts*, p. 396.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Ibid., p. 397.

dimensões do conceito de significado tendem a passar despercebidas pela grande maioria dos críticos do intencionalismo – uma vez que o habitual é eles considerarem apenas o “significado 1” ou, simplesmente, valorizarem apenas o “significado 2”.

Visto isso, pode-se dizer que duas são as novidades apresentadas pelo historiador nesse artigo: a primeira delas é que, nesse momento (diferente do que ele tinha proposto no *Meaning and Understanding in the History of Ideas*) ele concede que o autor de um texto não é a autoridade final sobre o que ele estava fazendo ao escrever o seu texto, isto é, um autor não tem (total) domínio sobre as suas intenções. A segunda delas é que, a partir deste artigo, ele deixa explícito que o que ele considera a “tarefa do intérprete” não diz respeito exclusivamente à compreensão do que ele chamou de “significado 3”, ou seja, apesar de ele estar mais preocupado com essa terceira dimensão dos significados, não há nenhuma espécie de hierarquia entre as concepções elencadas acima e, ademais, ao contrário do que fazem muitos críticos, essas concepções não devem ser encaradas de forma excludente. Com isso, ele nos diz:

I see no impropriety in speaking of a work having a meaning for me which the writer could not have intended. Nor does my thesis conflict with this possibility. I have been concerned only with the converse point that whatever a writer is doing in writing what he writes must be relevant to interpretation, and thus with the claim that amongst the interpreter's tasks must be the recovery of the writer's intentions in writing what he writes.⁵⁷

Na esteira desse raciocínio, Quentin Skinner acrescenta mais alguns ornamentos à sua concepção de intencionalidade: ao dizer que a sua teoria da interpretação se preocupa em indagar “*o que um autor possa ter intentado fazer ao escrever o que ele escreveu*”⁵⁸, Skinner visa defender um “*sentido particular de intencionalidade*”⁵⁹ que, segundo ele, seria fulcral para compreender o significado de um texto. É significativo ressaltar que a sua ênfase no que um autor “estaria fazendo” ao escrever um texto é uma tentativa de pormenorizar a sua concepção de intencionalidade com base na visão performativa da linguagem

⁵⁷ Ibid., p. 405.

⁵⁸ Tradução livre de: “what he [o autor] may have been intending to do in writing what he wrote.” Ibid., p. 403. Atentar também para o trecho supracitado, onde Skinner reitera esse preceito.

⁵⁹ Ibid.

trazida por John Austin. Ao sublinhar que a intenção de um autor deva ser concebida como sinônimo de “*ato ilocucionário*”, Skinner dá a entender que ele encara os textos como ações – ou seja, ele está seguindo a perspectiva austiniana de que todos os proferimentos são atos. A ideia dos discursos como ações empreendidas em um jogo de linguagem constitui, decerto, um dos pontos centrais sobre a percepção de Skinner acerca da relação entre as intenções do autor e o significado dos seus textos. Em outras palavras, na medida em que os textos são atos deliberados de comunicação, compreender a “*força ilocucionária*” que perfila os discursos enquanto tais significaria poder compreender a tomada de posição do autor no interior de um jogo de linguagem convencional. Em suma, é a partir desse fio condutor que Skinner insiste que: “*to know what a writer meant by a particular work is to know what his primary intentions were in writing it.*”⁶⁰

Seguindo a linha de argumentação desse artigo, é possível perceber que o que o historiador inglês visa demonstrar é que compreender as intenções de um autor ao escrever significa poder caracterizar a sua obra como sendo uma sátira, uma paródia, uma crítica, um trabalho técnico ou filosófico, enfim, compreender essas “*primeiras intenções*”, significa compreender em que gênero determinada obra se encaixaria. Nesse sentido, de acordo com Skinner, poder chegar a essas conclusões e alcançar esse nível de domínio sobre um texto não é, de forma alguma, um resultado estéril para a atividade interpretativa:

To gain "uptake" of these intentions in writing is equivalent to understanding the nature and range of the illocutionary acts which the writer may have been performing in writing in this particular way. It is to be able, as I have suggested, to characterize what the writer may have been doing – to be able to say that he must have been intending, for example, to attack or defend a particular line of argument, to criticize or contribute to a particular tradition of discourse, and so on. But to be able to characterize a work in such a way, in terms of its intended illocutionary force, is equivalent to understanding what the writer may have meant by writing in that particular way. It is equivalently to be able, that is, to say that he must have meant the work as an attack on or a defence of, as a criticism of or a contribution to, some particular attitude or line or argument, and so on.⁶¹

Em suma, Quentin Skinner está simplesmente esmiuçando a concepção wittgensteiniana de que a significação de uma palavra é o seu uso na linguagem e,

⁶⁰ Ibid., p. 404.

⁶¹ Ibid.

de igual modo, desdobrando a visão austiniana de que o significado de um proferimento é uma síntese de *força* e convenção – onde a *força* de um proferimento se traduz pela forma como ele deve ser considerado.

No artigo *Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action* (1974), Skinner não acrescenta nenhum aspecto no que diz respeito à sua concepção de intencionalidade. Com efeito, ele continua a insistir nas suas duas prescrições basilares que, como já deve estar claro, são: 1º) recuperar as intenções dos autores constitui uma forma oportuna de compreender os textos – intenções estas que, cabe dizer, são percebidas a partir da *força ilocucionária* que perfila o texto e são regidas de forma convencional; e 2º) para recuperar o significado histórico de um texto é preciso não se prender à análise do texto como um objeto autônomo – dado que, como todo texto é uma ação e um ato deliberado de comunicação, ele necessariamente deve ser interpretado com vista para o jogo de linguagem convencional em que ele está inserido: logo, conforme a perspectiva skinneriana, a análise histórica é, *a fortiori*, uma análise intertextual.

Todavia, apesar de reiterar os seus pressupostos principais, é interessante notar que ele continua a se mostrar (ligeiramente) na defensiva, isto é, ele continua com a iniciativa de atenuar as polêmicas advindas da perspectiva intencionalista dos seus artigos anteriores⁶² e, o mais importante para o argumento que estou desenvolvendo aqui, nesse artigo ele dá claros sinais de que os pressupostos básicos da sua teoria da interpretação não são mais os mesmos, ou seja, ele admite que a partir do diálogo com os seus críticos e comentadores ele mudou em alguns pontos a sua perspectiva inicial⁶³.

Destarte, é notório que essa mesma tendência de reavaliação da sua primeira perspectiva intencionalista permanece no artigo seguinte, o *Hermeneutics and the Role of History* (1975), pois, como assinala Peter Janssen:

⁶² Fato que se percebe claramente a partir da leitura da seguinte passagem: “*my wish [is] to defend myself against a number of attacks which have recently been mounted on the methodological and philosophical essays in which I have tried to formulate my approach to studying the history of political thought.*” SKINNER, Quentin. *Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action*, p. 278.

⁶³ Essa mudança é facilmente percebida a partir de frases da seguinte ordem: “*I now accept that I may have applied this notion too rigidly.*”; “*I have also become more convinced about certain difficulties in the theory itself which a number of philosophers have more recently explored.*”; “*It may well be, however, that I have brought this particular misunderstanding upon myself. For, as I have already conceded, the first attempt I made to formulate and apply this theory was undoubtedly a failure. It is for this reason that I should now like to revert to my original suggestion and attempt to explore it in an entirely new direction.*” Ibid., p. 248, 248 e 260.

While there are some grounds for criticizing Skinner on the basis of an early tendency to use intentions as if they were always capable of providing the required conclusiveness, by the time of his “Hermeneutics and the role of history” he was clearly speaking of the possibility of several “good” readings of a text, apart from the question of which is the “correct” reading.⁶⁴

Esta observação de Janssen representa, sem dúvida, a constatação de um grande “salto” da teoria da interpretação skinneriana, pois, neste artigo de 1975, ao argumentar que a interpretação correta nem sempre corresponde a melhor interpretação⁶⁵, Skinner abre assim o espaço necessário para se ponderar sobre a possibilidade de várias (boas) leituras de um único texto. Quer dizer, sem dúvida uma perspectiva muito diferente daquela que ele apresentou em seu célebre artigo de 1969, em que ele expunha impetuosamente o argumento de que a compreensão correta de um texto provém da recuperação das intenções do autor e, por conseguinte, que essa seria a única boa leitura de um texto por ser essa, necessariamente, a leitura histórica do texto.

De fato, *Hermeneutics and the Role of History* é um texto rico. É notório que, nesse artigo, Skinner apresenta uma destreza e um certo conhecimento das esferas da hermenêutica que ele não demonstrava em seus primeiros artigos. Ademais, o tom “bélico” e algumas “ingenuidades” no que diz respeito à interpretação dos textos (dois pontos que marcaram o *Meaning und Understanding in the History of Ideas*) ficaram para trás. É pertinente sublinhar que neste artigo Skinner cita pela primeira vez os nomes de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur, isto é, dois dos principais nomes da hermenêutica do século XX cujos projetos filosóficos foram usados como premissas para criticá-lo. Tal fato, por si só, já demonstra uma maior lucidez do terreno em que ele estava pisando há alguns anos.

Nos seus artigos anteriores, Quentin Skinner já havia lançado mão da concepção da linguagem performativa defendida por Austin para afirmar que qualquer forma de discurso é um ato. Contudo, agora ele é ainda mais enfático ao

⁶⁴ JANSSEN, Peter L. *Political Thought as Traditionary Action: The Critical Response to Skinner and Pocock*, p. 141.

⁶⁵ SKINNER, Quentin. *Hermeneutics and the Role of History*, p. 226.

usar a categoria de “ação linguística”⁶⁶ para determinar o que seria de fato um texto. Com isso, cabe ressaltar que essa concepção de que “textos são atos”, se mostraria fundamental para os seus trabalhos teóricos subsequentes, e, a partir dela, ele afirmaria que uma certa concepção de intencionalidade, por maior que seja a aversão dos seus críticos, continuará a ser fundamental para a teoria da interpretação, pois, segundo ele:

We still need to consider the further sense of intentionality which has been clarified by recent philosophy of language, the sense in which we speak of an author's intentions in saying what he says, the sense which Austin distinguished when he asked about what one does with words and went on to designate by speaking of the intended illocutionary force of all serious utterances.⁶⁷

Em resumo, de acordo com Quentin Skinner, haveria pelo menos um sentido em que a intencionalidade autoral seria imprescindível para compreender os significados dos textos: que seria precisamente a partir da invocação da concepção de “*força ilocucionária*” – que desvela a “intenção” não de forma contingente, mas de forma lógica ao que foi escrito ou proferido.⁶⁸

Depois desses parágrafos que analisam como Quentin Skinner trabalhou a concepção de intencionalidade autoral ao longo da década de setenta, finalizo o que estou chamando de o “segundo momento” dessa trajetória. Agora, de modo muito diferente desse segundo estágio, os dois momentos seguintes são pontuais, mas, ainda assim, são extremamente significativos. É importante lembrar que no final da década de setenta, mais especificamente em 1978, Skinner publica o seu seminal *Fundações do pensamento político moderno*. Esse livro sem dúvida é um divisor de águas no percurso intelectual do historiador, pois, após a sua publicação, ele ganhou renome internacional e, com isso, ele deixou de ser visto como o “furioso jovem metodologista”⁶⁹ para se tornar o respeitado professor de Ciência Política da Universidade de Cambridge. Por isso, é preciso levar em conta essa publicação, pois, visto que o seu “*status*” profissional muda, pode-se dizer que a forma como ele é considerado pelos seus críticos também muda.

⁶⁶ A noção de “ação linguística” foi apresentada por Skinner no artigo *On Performing and Explaining linguistic actions* (1971), nos artigos subsequentes ele vai esmiuçando essa noção.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 213-214.

⁶⁸ *Cf. Ibid.*, p. 214.

⁶⁹ Essa expressão é usada por Kari Palonen. *Cf. PALONEN, Kari. Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*, p. 92.

Seguindo essa trajetória da concepção de intencionalidade, cabe dizer que o terceiro momento gira em torno do texto intitulado *A reply to my critics* (1988) – texto este em que Skinner responde às diversas objeções que seus críticos fizeram ao seu programa (em especial às objeções que foram compiladas no livro em que esta resposta foi publicada, a saber: o *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*). Este texto tem um valor especial para o argumento que estou desenvolvendo aqui porque ele é abertamente uma “resposta”, ou seja, é um texto em que Skinner se dedica inteiramente a reavaliar, aprofundar e aperfeiçoar o que de alguma forma tenha sido motivo de controvérsia⁷⁰.

Com efeito, *A reply to my critics* é um texto longo, deste modo, o que realmente importa trazer aqui é a segunda parte do artigo – cujo título é *On meaning and speech-acts* – que é justamente onde Skinner visa aclarar seus argumentos sobre interpretação. O cerne da questão é que, nesse artigo, o historiador inglês afirma que os seus pressupostos sobre como interpretar textos, além de não terem ligações com a perspectiva hermenêutica intencionalista tradicional, podem ser considerados como uma teoria que endossa justamente a tese contrária:

Some theorists, including Hirsch, Juhl and others [...] have argued that, in Hirsch’s formulation, to understanding “the meaning of a text” is to understand “what the text says”, which in turn requires us to recover “the saying of the author”. Their thesis, as Hirsch summaries it, is thus that the “verbal meaning” of text “requires the determining will” of an author, and that this is what the interpreter must concentrate on trying to recover.

According to my critics, this is the thesis I endorse. As Jenssen has already pointed out, however, this is scarcely a thesis I engage with at all; and in so far as I have considered it, I have largely endorsed the anti-intentionalist case.⁷¹

Nas linhas acima, ao afirmar que a sua teoria da interpretação endossa a tese anti-intencionalista, Skinner reitera que o seu projeto não tem nenhuma

⁷⁰ O livro organizado por James Tully é um dos grandes vetores que fizeram Skinner rever seus argumentos, como ele próprio admite ao afirmar em uma entrevista que: “*Há uma crítica ao meu trabalho filosófico que me fez reconsiderar bastante minha posição sobre a teoria da interpretação. No livro editado por J. Tully, Meaning & Context, uma das críticas mais recorrentes diz exatamente respeito à minha visão sobre interpretação, o que me fez perceber que não havia formulado meu pensamento tão cuidadosamente quanto deveria.*” SKINNER, Quentin. *Quentin Skinner*. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*, p. 319.

⁷¹ SKINNER, Quentin. *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 269.

relação com a hermenêutica metodológica – principalmente com aquela hermenêutica associada à obra de E. D. Hirsch. O ponto que embasaria essa visão é que, como afirma o historiador, ele não está (tão) preocupado com significados, o seu grande interesse é, com efeito, com a performance dos atos *ilocucionários*.⁷² Na esteira dessa polêmica, Skinner comenta a prática recorrente dos seus críticos de usarem a filosofia de Hans-Georg Gadamer para criticá-lo e afirmar que o seu programa reproduz uma “velha ambição hermenêutica”.⁷³ Assim, com o objetivo de responder à essa costumeira acusação, ele reitera a matriz wittgensteiniana e austiniana da sua abordagem, isto é, ele reforça a sua visão de que “textos são atos” e, por conseguinte, para compreendê-los, não é necessário nenhum misterioso processo de empatia como a “velha hermenêutica” nos fazia supor, pois, na medida em que os textos são análogos aos atos, eles carregam “significados intersubjetivos” que auxiliam na sua assimilação por parte do leitor⁷⁴. Em outras palavras, a abordagem de Skinner não defende a perspectiva de que, ao pensar os pensamentos dos autores do passado, recuperamos as suas intenções e, dessa forma, compreendemos o significado dos seus textos. Na verdade, não há nenhuma referência ou necessidade de entrar na “mente” dos escritores, pois, uma vez que os textos são atos de comunicação, eles necessariamente carregam significados publicamente legíveis.

A partir dessa linha de raciocínio, pode-se inferir que, para interpretar qualquer texto, basta estar entremeadado em uma comunidade interpretativa e, para interpretar um texto historicamente, basta, por sua vez, situá-lo em uma outra determinada comunidade interpretativa. Quentin Skinner reconhece que ambas empresas, tanto a de interpretar textos à bel-prazer, como a de interpretar textos historicamente, são legítimas, e, dessa forma, afirma que elas de forma alguma são tarefas excludentes (na verdade, a primeira é a condição necessária para a realização da segunda). Todavia, a sua abordagem trata apenas dessa segunda dimensão interpretativa. Nesse sentido, ao contrário do que foi largamente enunciado, a teoria que o historiador inglês propõe não igualaria significado do texto com a intenção do autor:

⁷² Cf. *Ibid.*, p. 270.

⁷³ *Ibid.*, p. 279.

⁷⁴ Cf. *Ibid.*, p. 279-280.

As I have tried to insist, however, this must at all costs be distinguished from the thesis that the meaning of a text can be identified with what its author intended. Any text must include an intended meaning; and the recovery of that meaning certainly constitutes a precondition of understanding what its author may have meant. But any text of any complexity will always contain far more meaning – what Ricoeur has called surplus meaning – than even the most vigilant and imaginative author could possibly have intended to put into it. So I am far from supposing that the meanings of texts can be identified with the intentions of their authors; what must be identified with such intentions is only what their authors meant by them.⁷⁵

As palavras acima são reveladoras na medida em que Quentin Skinner não apenas cita Paul Ricoeur e a sua tese sobre o “excesso de significação” (“*surplus meaning*”) como, para além disso, ele ainda se diz de acordo com ela. Certamente essa concordância representa um outro “salto” sintomático da teoria da interpretação skinneriana, deste modo, creio que ele se apresente como um desfecho significativo dessa terceira etapa.

Com isso, passo então para o quarto e último momento dessa trajetória – momento este que é ao mesmo tempo interessante e surpreendente. Em seus últimos textos e depoimentos sobre teoria da história – estou me referindo aqui ao período que vai da metade dos anos noventa até os dias de hoje – Quentin Skinner demonstra um amadurecimento intelectual que o diferencia muito do Skinner que escreveu *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. Pode-se afirmar que a sua percepção sobre os diferentes aspectos da hermenêutica avançou de maneira expressiva e uma das marcas desse momento mais recente da sua reflexão é a que revela como as críticas de matriz gadameriana mudaram radicalmente a sua perspectiva. Essa revelação é muito sugestiva não apenas para se perceber a dinâmica da sua teoria da interpretação, como também para revelar que o historiador inglês nutre uma verdadeira sobriedade intelectual.

Destarte, é indispensável transcrever aqui o surpreende trecho em que ele assinala a importância desse contato os gadamerianos:

I feel strongly the force of Gadamer’s point that we can hope to see in the texts we study only what we are permitted to see by the horizons of our own culture and the pre-judgments built into it. [...] I used to think far more in terms of correct interpretations, and to suppose that there is usually a fact of the matter to be discovered. I now feel that, because the texts we study and what seems important in them will always change as our own society changes, the process of

⁷⁵ Ibid., p. 271-272.

interpretation is a never-ending one. The texts we study continually alter their contours as we put them in new contexts and relate them to different texts. There is always something new to be learned.⁷⁶

Logo, como se pode perceber, Skinner exterioriza nessa ocasião o ponto fulcral que venho tentando demonstrar nesse capítulo, a saber, que o diálogo com os seus críticos representa uma parte substancial da construção da sua teoria da interpretação. Mais do que isso, cabe frisar, o contato com críticos de orientação gadameriana foi um dos grandes vetores de refinamento da sua teoria.

Em seu último texto sobre teoria da história – *Is it still possible to interpret text?* (2008) – pode-se dizer que, no que tange aos problemas advindos da hermenêutica em geral, Quentin Skinner se expressa de maneira deveras esclarecida. A diferença para os seus primeiros textos é enorme e não é por menos: afinal são mais de quatro décadas que separam esse artigo do seu primeiro texto sobre teoria da história (o *The Limits of Historical Explanations* de 1966). Esses dois marcos demonstram de forma precisa que tentar compreender o programa skinneriano de forma estática, ou isolando um de seus textos, significa não fazer jus à complexidade e ao caráter dinâmico da sua reflexão.

Com efeito, esse texto mais recente reproduz vários dos argumentos presentes no seu livro *Visions of Politics: Regarding Method*, publicado em 2002. Esse livro é, na verdade, uma coletânea dos seus artigos teóricos já publicados. Contudo, alguns deles foram revistos de forma tão radical que, na prática, parecem até novas publicações. Não obstante, o fato interessante de ser notado é que, visto que em seus últimos artigos teóricos⁷⁷ Skinner procurou problematizar e criticar o projeto filosófico de Jacques Derrida⁷⁸, neste artigo de 2008, apesar de em certo sentido ele continuar essa empreitada de problematização, cabe ressaltar que, da mesma forma que ele fez com a filosofia de Gadamer, ele também reconhece abertamente a importância dos pressupostos derridianos para o atual cenário dos estudos hermenêuticos:

⁷⁶ SKINNER, Quentin. *On Encountering the Past. An Interview with Quentin Skinner by Petri Koikkalainen and Sami Syrjäjärvi*, 04/10/2001, p. 50.

⁷⁷ Cf. Id., *The Rise of, Challenge to and Prospects for a Collingwoodian Approach to the History of Political Thought*, p. 175-188.

⁷⁸ Fato que provavelmente se mostra como uma resposta aos seus críticos de inclinação derridiana, onde o exemplo paradigmático é o texto de David Harlan: *Intellectual History and the Return of Literature*.

I agree, in short, with what I take to be the essence of Derrida's critique of traditional hermeneutics. Furthermore, it seems to me that his characteristic stress on ambiguity and lack of authorial control – which it has become the hallmark of post-modern cultural criticism to emphasize – has been a liberating force in the interpretative disciplines. Such insights help us all, if we will allow them to do so, to complicate and add nuance to interpretations that might otherwise become too clear-cut, too hard-edged. The deconstructive moment may have passed, but on the whole its legacy seems to me to have been one of enrichment.⁷⁹

O centro da questão é que, assim como a hermenêutica gadameriana, a desconstrução derridiana também possui um relevante papel no processo de esmaecimento da intencionalidade autoral no programa skinneriano. Esse fato é, com efeito, comprovado pelo próprio historiador inglês, que, ao reavaliar os primeiros passos do seu programa, nos revela:

I certainly used to show an insufficient awareness of the extent to which the writers of the texts we study are in less than full control of what they write. Here I have been influenced by what I take to be one of the most valuable insights of deconstructionist criticism.⁸⁰

Enfim, essas palavras deixam claro que há uma espécie de definhamento do argumento da intencionalidade autoral na teoria da história skinneriana, e que, por conseguinte, esse processo é engendrado pelo contato com a hermenêutica de Gadamer e, mais recentemente, com a filosofia de Derrida.

Para fins de conclusão do presente tópico, pode-se sintetizar a trajetória da concepção de intencionalidade autoral no projeto teórico skinneriano da seguinte forma:

- 1) No primeiro momento – que corresponde à virada da década de 1960 para a década de 1970 – Quentin Skinner apresenta a sua concepção de intencionalidade de forma branda, dando a entender que a única forma de compreender o significado de um texto seria recuperando as intenções do autor que o escreveu. Nesse sentido, ele iguala a intenção do autor com o significado do texto.

⁷⁹ SKINNER, Quentin. *Is it still possible to interpret texts?*, p. 650.

⁸⁰ Id., *On Encountering the Past. An Interview with Quentin Skinner by Petri Koikkalainen and Sami Syrjämärki*, 04/10/2001, p. 50.

- 2) No segundo momento – no decorrer da década de 1970 – ao responder os seus críticos, Skinner aprimora a sua concepção de intencionalidade, afirmando que ele defende um sentido particular dessa concepção que não se exaure com o argumento da “falácia intencional”. Esse sentido particular leva em conta a diferenciação entre “motivos” e “intenção” e a distinção entre três tipos de significado de um texto. Nessa altura, Skinner afirma que a recuperação das intenções não é a única forma de compreender o significado de um texto, mas apenas uma opção dentre várias outras.
- 3) No final da década de 1980, o que compreenderia o terceiro momento, o historiador inglês reforça a sua resposta de que não iguala intenção autoral e significado do texto asseverando que, além de não ser um intencionalista, ele ainda defenderia a tese anti-intencionalista. Com isso, ele se diz de acordo com o argumento ricoeuriano sobre o “excesso de significação”, isto é, de que um texto sempre abrigará mais significados do que o seu autor realmente pretendeu lhe dar.
- 4) Por último, o quarto momento é marcado por uma visão muito mais circunspecta, pois, além de estar ciente de todos os problemas que a intencionalidade autoral acarreta para a interpretação dos textos, Skinner corrobora a importância de figuras como Hans-Georg Gadamer e Jacques Derrida para o atual cenário dos estudos hermenêuticos.

Em breve síntese, a partir do mapeamento da concepção de intencionalidade autoral nos textos teóricos de Quentin Skinner, é possível perceber o esmaecimento desta concepção na sua teoria da interpretação. Não obstante, é importante ressaltar aqui que o historiador inglês não erradica completamente a intenção autoral da sua teoria. Tal concepção, sem dúvida, perde força na medida em que no estágio mais avançado da sua reflexão ele se mostra muito mais consciente dos seus problemas, mas, ainda assim, ele continua a afirmar que ela é importante para uma interpretação que se diga histórica.

Em suma, o ponto a ser destacado é que o movimento de reavaliação do problema da intenção faz com que Skinner reconheça e ratifique que a

intencionalidade autoral de forma alguma esgota as possibilidades interpretativas do texto.

3.3

A hermenêutica de Quentin Skinner: o projeto teórico skinneriano como uma teoria da interpretação edificada a partir da concepção de intertextualidade.

Nas páginas acima, ao organizar de forma cronológica os textos teóricos de Quentin Skinner, o que quis demonstrar foi que o desenrolar da sua teoria da interpretação se dá, em grande medida, como uma espécie de resposta à postura anti-intencionalista. Com isso, pode-se dizer que o seu programa teórico é uma reflexão em constante transformação e orientada pelo diálogo.

Mais especificamente, o centro da questão é que o contato com os críticos de orientação gadameriana (e também, mais recentemente, de orientação derridiana) – que afirmam que a primazia do autor na empresa interpretativa deve ser problematizada a partir do entendimento da historicidade do próprio intérprete – promove um esmaecimento da concepção de intencionalidade autoral no programa skinneriano.

Ao responder as diversas críticas que lhe são direcionadas, Skinner reavalia, transforma e, com isso, refina a sua concepção de intenção. À vista disso, pode-se dizer que precisamente nesse ponto reside a relação entre as diferentes dimensões da hermenêutica e o projeto teórico skinneriano – ou, para colocar em outras palavras: o definhamento da concepção de intenção na teoria da interpretação de Skinner é um resultado sintomático de como o impasse hermenêutico atravessa o seu projeto.

Entretanto, uma vez que esse enfraquecimento do argumento da intenção é uma das melhores entradas para se perceber a força que esse impasse representou para a composição do projeto teórico de Skinner, uma questão se torna iminente, aliás, essa questão já foi apresentada algumas páginas atrás, contudo, ela ainda continua sem resposta, a saber: afinal, como caracterizar a “hermenêutica skinneriana”? Ou, simplesmente, que hermenêutica seria essa?

Mesmo reavaliando a sua concepção de intenção e estando muito mais consciente do argumento gadameriano que chama a atenção para a historicidade do leitor a partir da noção de “fusão de horizontes”, Skinner continua muito longe da hermenêutica filosófica – uma vez que a sua hermenêutica não partilha da “virada ontológica”. Entretanto, pode-se dizer que ele também continua muito distante da hermenêutica tradicional que defende que a compreensão de um texto depende do ideal de congenialidade, e, por conseguinte, da necessidade de repensar o pensamento de outrem. Dessa forma, a não adequação a nenhum dos dois polos do impasse hermenêutico pode ser entendida na medida em que Skinner pertence a uma tradição muito diferente, afinal, tanto a hermenêutica metodológica quanto a filosófica são marcadamente alemães. Nesse sentido, é possível dizer que a hermenêutica skinneriana é de uma outra ordem na medida em que a sua concepção de linguagem é muito diferente. Skinner faz parte da tradição analítica que concebe a linguagem enquanto ação. Em suma, a tradição hermenêutica germânica, de um modo geral, está preocupada com o aspecto semântico da linguagem, a hermenêutica skinneriana, por sua vez, está preocupada, sobretudo, com o aspecto pragmático.⁸¹

Mas, cabe então perguntar, por que os críticos que defendem a abordagem da hermenêutica filosófica acusam Skinner de promover uma inocente hermenêutica romântica/metodológica? Com efeito, a resposta para essa pergunta já está presente no conjunto do argumento das páginas acima, a saber: as duas abordagens estariam preocupadas com a recuperação das intenções dos autores para compreender os significados dos textos e, com isso, dariam atenção apenas para historicidade dos textos e não perceberiam a importância da historicidade do intérprete. Contudo, as concepções de intenção e de historicidade seriam as mesmas para essas duas teorias da interpretação? Para trabalhar essa questão é necessário recordar bem rapidamente os princípios gerais do “tripé filosófico” (Wittgenstein-Austin-Collingwood) analisado no capítulo anterior.

Como já sabido, a forma como Quentin Skinner se apropriou desse tripé se dá com o intuito de acentuar a historicidade de todos os proferimentos, isto é, os textos são compreendidos como respostas a questões que estão necessariamente

⁸¹ Kari Palonen destaca essa diferença ao comparar os programas de Reinhart Koselleck e Quentin Skinner. Cf. PALONEN, Kari. *Entrevista com Kari Palonen*. In: JASMIN, Marcelo & JÚNIOR, João Feres (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*, p. 129.

inseridas dentro de um jogo de linguagem específico. Dessa premissa, advinda da leitura dos três filósofos citados, provêm várias das concepções fundamentais da teoria da interpretação skinneriana, notadamente a ênfase nas convenções linguísticas, os textos entendidos como atos e a ideia de que os significados não se reduzem aos sentidos semânticos das expressões por carregarem diferentes tipos de *forças ilocucionárias*.

A partir desse aparato heurístico, é possível dizer que o programa skinneriano propõe uma análise historiográfica fundada na diacronia e no dialogismo que permeiam os discursos do passado, e, por isso, este programa se apresenta como uma teoria da interpretação comprometida com a percepção da historicidade dos textos – como o próprio Quentin Skinner argumenta ao comentar sobre os historiadores intelectuais (como John Passmore, John Pocock, Peter Laslett e John Dunn) que são simpáticos à causa dita “collingwoodiana”:

If these scholars have anything methodologically in common, it might be summarized as a desire to stress the historicity of the history of political theory and of intellectual history more generally. Collingwood himself expressed this commitment by demanding that we should aim to recover the precise questions to which the philosophical texts we study were designed as answers.⁸²

A passagem acima ilustra os elos entre a percepção da historicidade dos textos e a “lógica da pergunta e resposta” formulada por Robin George Collingwood. Visto que pensar a partir da “lógica da pergunta e resposta” significa pensar historicamente⁸³, pode-se dizer que essa pressuposição collingwoodiana apresenta um papel digno de consideração na história da hermenêutica – afinal, Hans-Georg Gadamer dedica uma parte de seu famoso livro *Verdade e Método* para expor sua análise dessa “lógica”⁸⁴, e, ademais, Louis O. Mink se refere a ela não como uma “lógica”, mas sim como uma teoria hermenêutica por excelência⁸⁵.

⁸² SKINNER, Quentin. *The Rise of, Challenge to and Prospects for a Collingwoodian Approach to the History of Political Thought*, p. 176-177.

⁸³ Cf. COLLINGWOOD, Robin George. *An Autobiography*, p. 58.

⁸⁴ Cf. GADAMER, Hans-Georg. *A primazia hermenêutica da pergunta*. In: *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, p. 473-493.

⁸⁵ Em seu livro intitulado “*Mind, History and Dialectic: The Philosophy of R. G. Collingwood*”, Mink escreve: “His [Collingwood] question – in its most general terms – was: What are the generic features of the process by which we can correctly interpret the meaning of statements? [...] The Logic of Question and Answer is not a theory of logic at all, in any ordinary sense of that

Essa historicidade destacada por Skinner na passagem mais acima, cuja a teoria de Collingwood é a referência, pode ser definida, corriqueiramente, como a percepção da experiência temporal. Ela é exequível em função da dinâmica fomentada pela diacronia e pelo dialogismo. É amplamente sabido que “*a moderna hermenêutica encontra a sua fundamentação teórica na historicidade*”⁸⁶. Assim, a consequência mais genérica dessa fundamentação é a redutibilidade dos discursos e das práticas humanas à história mesma. Essa redutibilidade expressa pelo programa skinneriano é algumas vezes mal compreendida por seus críticos e assim alcunhada de forma pejorativa de “historicismo” ou “hermenêutica romântica”. Entretanto, a redutibilidade impulsionada pela percepção da historicidade não deve ser confundida com esta última: o conceito “histórico” presente na teoria da história de Skinner deve ser entendido como um termo avaliativo-descritivo de caráter heurístico⁸⁷. A heurística manifestada pela percepção da historicidade está baseada na tentativa de “*compreender o objeto no horizonte da temporalidade de cada um e da posição que cada um ocupa na história*”⁸⁸. Ou, para usar as palavras do próprio Skinner: “*A fim de percebê-los [os textos] como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos*”.⁸⁹

Não obstante, o cerne da questão é que o entendimento da historicidade dos textos que Skinner defende é diferente em um aspecto fundamental da historicidade apregoada pela hermenêutica metodológica. O acento da historicidade ratificada por Skinner deve ser colocado na dimensão da linguagem enquanto ação, isto é, na tomada de decisão do escritor que faz de seu texto uma performance frente a uma questão do jogo linguístico em que ele está inserido. Assim, os textos na teoria skinneriana são compreendidos como frutos da dinâmica dialógica de um jogo social específico, ou seja, dado que os textos são atos deliberados de comunicação, então, para entendê-los, é preciso percebê-los como um movimento no interior de um diálogo (exatamente como a “lógica”

term, nor is it even a theory of semantics; it is a hermeneutics.” MINK, Louis O. *Mind, History and Dialectic: The Philosophy of R. G. Collingwood*, p. 131.

⁸⁶ PALMER, Richard E. *Hermenêutica*, p. 123.

⁸⁷ Sobre o conceito “histórico” na teoria da história de Skinner ver: PALONEN, Kari. *History as an Argument*. In: PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*, p. 11-28.

⁸⁸ PALMER, Richard E. *Hermenêutica*, p. 128.

⁸⁹ SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, p. 13.

collingwoodiana sugere). É nesse sentido que a hermenêutica skinneriana é uma hermenêutica edificada a partir da concepção de intertextualidade – é precisamente esse ponto que leva o historiador inglês afirmar que: “*Todo o meu trabalho é intertextual, isto é, trata de saber como e até que ponto o entendimento de um texto pressupõe o entendimento de sua relação com outros textos.*”⁹⁰

Para deixar a diferença entre a hermenêutica metodológica e a hermenêutica skinneriana ainda mais clara, pode-se usar os termos usados por John Pocock e afirmar que, enquanto a primeira entende os textos como “a articulação de um estado mental”, a segunda os compreende como “a efetivação de um ato de comunicação”⁹¹.

Portanto, a questão é que delimitar o empreendimento de Skinner da percepção da historicidade dos textos como uma simples hermenêutica “romântica” ou “metodológica” significa ignorar a importância tanto da filosofia analítica quanto da “lógica da pergunta e resposta” para a edificação da sua teoria da interpretação e, por conseguinte, desconsiderar a importância que Skinner dá à visão performativa da linguagem e à concepção de intertextualidade – afinal, é o próprio historiador inglês que afirma que o seu programa é uma “abordagem histórica e intertextual”.⁹²

Respondendo então à questão colocada mais acima, a hermenêutica skinneriana é uma hermenêutica filológica que opera a partir da concepção de intertextualidade – porém, ela não pode ser colocada lado a lado com a hermenêutica metodológica. De fato, as duas lidam com o problema sobre qual é a melhor forma de interpretar os textos, ressaltando a historicidade que lhes é concernente. Todavia, como se pode perceber, os seus pressupostos teóricos são muito diferentes: o acento da hermenêutica skinneriana deve ser colocado na tese

⁹⁰ SKINNER, Quentin. *Quentin Skinner*. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*, p. 330.

⁹¹ Cf. POCOCK, John Greville Agard. *Introdução: O Estado da Arte*. In: *Linguagens do Ideário Político*, p. 52.

⁹² Vários foram os momentos que Skinner falou que a sua abordagem está preocupada com a intertextualidade, como por exemplo, no texto “*A reply to my critics*”, ele escreve: “*I have exclusively been concerned, that is, with how we should proceed if we wish to gain an understanding of what their authors may have been saying and doing in issuing just those utterances. To put the point more polemically, I have sought to argue that, if our aim is to acquire this kind of understanding, we have no option but to adopt an historical and intertextual approach.*” SKINNER, Quentin. *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 232.

da linguagem entendida como ação. Este é o aspecto central da sua hermenêutica e a pedra-de-toque para distingui-la da hermenêutica metodológica tradicional.

Em síntese, e em vista dessa diferenciação, Quentin Skinner estabelece:

O que sempre quis defender foi uma posição que é erroneamente confundida com o projeto tradicional da hermenêutica. Quando falo da intencionalidade dos autores não estou me referindo ao significado dos textos ou das elocuições, mas ao significado do ato de escrever o texto ou proferir a elocução. Na verdade, minha teoria da interpretação, diferentemente de outras teorias mais tradicionais, dá grande ênfase ao que chamo de atos linguísticos.⁹³

Caminhando para a conclusão deste capítulo e, dessa forma, passando a limpo o cerne da questão, o que busquei mostrar nas páginas acima foi o processo de esmaecimento da intenção autoral na teoria da interpretação skinneriana e em que medida essa teoria está amparada na concepção de “intertextualidade” que enfatiza a visão da linguagem entendida enquanto ação.

Tendo em mente esse movimento de afinamento que problematiza a primazia do autor e que realça o jogo convencional de perguntas e respostas que rege os textos, o último capítulo do presente trabalho terá como norte responder a duas oportunas indagações: em primeiro lugar, afinal, até que ponto é pertinente definir o projeto skinneriano como uma empresa intencionalista? Ou seja, para que lado tende enfim o seu programa, para o convencionalismo ou para o intencionalismo? Em segundo lugar, e em íntima consonância com a primeira pergunta: no final das contas, como Quentin Skinner compreende o conceito de “autor”?

⁹³ SKINNER, Quentin. *Quentin Skinner*. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*, p. 320.

4

A “virada retórica” do projeto skinneriano: ação linguística, convencionalismo e agência

“Historical approaches to language in the 20th century can be, in Saussurean terms, characterized by their common insistence of the priority of la parole over la langue. Hermeneutics, speech act theory and the new rhetoric are the most prominent variants of such approaches.”

(Kari Palonen)

A título de recapitulação, foi visto até aqui que: 1) o debate que Quentin Skinner herda diz respeito a como se deve escrever história intelectual (mais especificamente a história da teoria política) – deste modo, na esteira dessa discussão, a historicização do seu projeto teórico foi o tema geral do primeiro capítulo; e 2) o debate que Skinner lega diz respeito a como se deve interpretar historicamente os textos – assim, trazendo para o centro da discussão as concepções de hermenêutica, significado e texto, foi possível perceber um esmaecimento da concepção de intenção na agenda teórica skinneriana – da mesma forma, a análise desse debate foi introduzida no capítulo precedente.

Em maiores detalhes, foi visto também que, ao edificar a sua da teoria da interpretação, o modo pelo qual Skinner usou o que chamei de o seu “tripé filosófico” acabou acentuando os problemas relativos à intencionalidade autoral nas empresas interpretativas. Isto posto, não obstante o definhamento da concepção de “intenção” no seio da sua teoria, faz-se necessária uma investigação um pouco mais acurada sobre a forma como ele compreende as noções de intencionalidade e de autor – principalmente em seus textos mais recentes. Assim, tendo em vista esse cenário, é preciso perguntar: afinal, como as concepções de intenção e de autor operam em sua teoria da interpretação? Destarte, esse será o tema deste último capítulo e, a partir dessa reflexão, acredita-se ser possível apresentar a “virada retórica” do programa skinneriano.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o interesse pela retórica em suas múltiplas dimensões é uma tendência manifesta desde a segunda metade de século passado. A partir desse ainda crescente interesse, diversas noções como “*The*

Revival of Rhetoric”, “*the New Rhetoric*” e “*the Rhetorical Turn*” vieram à tona e passaram a ilustrar os debates das mais diversas áreas, desde a filosofia, passando pela crítica literária e chegando até a teoria da história¹. Decerto, visto que “*a virada linguística refere-se precisamente à recuperação da dimensão retórica do discurso*”², o “*rhetorical turn*” se apresenta como uma das faces do “*linguistic turn*”. Nesse sentido, dada a importância da obra de Quentin Skinner para a historiografia intelectual pós virada linguística (como já exposto no primeiro capítulo), pode-se dizer que o passo seguinte em direção à virada retórica era simplesmente uma questão de tempo.

4.1

Retórica, filosofia da linguagem, ação linguística:

Três são os textos que melhor apresentam a virada retórica do projeto skinneriano: *The study of rhetoric as an approach to cultural history: the case of Hobbes* (1994), *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes* (1996) e *Rhetoric and Conceptual Change* (1999)³ – logo, se torna claro que essa nova perspectiva toma contornos mais precisos em uma fase mais madura da sua reflexão teórica, isto é, no decorrer da década de noventa. Grosso modo, o que une todos esses textos é a sua preocupação com a importância do estudo da retórica para a prática da historiografia intelectual e, por conseguinte, como ele mesmo afirma: “*with the contributions that an understanding of the classical Ars eloquentiae can make to the interpretation of major philosophical texts.*”⁴

O famoso livro sobre Hobbes, “*Razão e Retórica*”, sugere a importância da retórica em um duplo movimento: a primeira parte do livro consiste em uma análise histórica do estudo retórica – ou seja, a *ars rhetorica* como um objeto de estudo para a história intelectual – e a segunda parte, por sua vez, consiste em um

¹ Sobre as diferenças entre as três concepções mencionadas, conferir o texto de Dilip P. Gaonkar: GAONKAR, Dilip P. *The Revival of Rhetoric, the New Rhetoric, and the Rhetorical Turn: Some Distinctions*, p. 53-64.

² CARVALHO, José Murilo de. *A História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, p. 136.

³ Além desses três, há pouquíssimo tempo (no final de 2014) Skinner publicou o livro “*Forensic Shakespeare*”, que também trata da importância da retórica para a história intelectual da Renascença.

⁴ SKINNER, Quentin. *The study of rhetoric as an approach to cultural history: the case of Hobbes*, p. 17.

olhar mais detido sobre a obra de Thomas Hobbes – dessa forma, Skinner usa a retórica (entendida aqui como um “conjunto característico de técnicas linguísticas”⁵) como um instrumento heurístico para interpretar os textos hobbesianos e, assim, colocá-los perante nova luz. Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se afirmar que a virada retórica skinneriana se dá em função de duas frentes: pelo seu trabalho historiográfico que trata da história intelectual da Renascença (onde o estudo da retórica clássica é imprescindível) e pela sua teoria da interpretação que, principalmente a partir da década de noventa, passa a conceber a retórica como uma importante ferramenta analítica – obviamente, cabe dizer, essas duas frentes estão intimamente ligadas.

O artigo *Rhetoric and Conceptual Change* talvez seja a publicação onde o historiador expõe de forma mais cristalina o novo rumo do seu projeto, uma vez que é nesse texto que ele apresenta de maneira mais estrita os elos entre o estudo da retórica e a tarefa de interpretar historicamente os textos. Nesse artigo, ele argumenta sobre como as mudanças conceituais ocorrem a partir de um “movimento” empreendido por um “ideologista inovador” (“*innovating Ideologist*”) no interior de um jogo de linguagem com base na “técnica de redescrição retórica” (“*technique of rhetorical redescription*”)⁶. Em suma, essa “técnica retórica”, que é conhecida como paradiástole, consiste na manipulação dos termos com o intuito tanto de atenuar os vícios quanto de amplificar as virtudes⁷ – em outras palavras, os termos são usados como ferramentas avaliativas-descritivas capazes de legitimar ações e justificar posicionamentos dos mais diversos fins.

Tendo em mente as potencialidades da redescrição paradiastólica, Skinner faz um envolvente comentário ao apontar Friedrich Nietzsche como um dos grandes pensadores contemporâneos que lançaram mão dessa estratégia retórica. Na medida em que o filósofo alemão foi um arguto leitor de Maquiavel, pode-se afirmar que a marcante inclinação de “reavaliação de valores” (“*Umwertung der Werte*”)⁸ que caracteriza em diversos níveis o seu empreendimento filosófico teria como uma das suas molas propulsoras o sofisticado uso dessa e de outras

⁵ Id., *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*, p. 21.

⁶ Cf. Id., *Rhetoric and Conceptual Change*, p. 67-70.

⁷ Cf. Id., *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*, p. 218.

⁸ Cf. PALONEN, Kari. *Rhetorical and Temporal Perspectives on Conceptual Change – Theses on Quentin Skinner and Reinhart Koselleck*, p. 49.

estratégias retóricas⁹. Em resumo, um dos objetivos de Skinner é mostrar que, na medida em que o uso da redescrição paradiastólica permite argumentar *in utramque partem*, essa figura de linguagem é um dos meios que possibilita a dinâmica da mudança conceitual no interior dos debates políticos. Logo, estar atento ao uso dessa estratégia retórica, ou, em outras palavras, estar atendo a essa dimensão retórica do discurso, significa poder ampliar de maneira significativa as condições de interpretação dos textos.

Com efeito, ao conduzir a sua teoria da interpretação ao encontro de uma abordagem retórica, Skinner está aprofundado um tema que ele já havia introduzido duas décadas antes nos artigos *On Performing and Explaining Linguistic Actions* (1971) e *Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action* (1974). Em certa medida, pode-se dizer que estes são importantes textos que abrem o caminho para a virada retórica skinneriana, uma vez que neles Skinner já havia tematizado concepções como “ação linguística”, “movimento”, “performance”, “ideologista inovador” e “termos de função avaliativa-descritiva”. Visto por esse ângulo, a virada retórica skinneriana consiste em uma re colocação de vários de seus preceitos a partir de uma nova perspectiva, isto é, a perspectiva retórica – é com vista para esse ponto que Kari Palonen nos diz que: “*Skinner’s turn towards rhetoric does not mean a conversion to a new jargon, but he continues to use the vocabularies of rhetoric and speech acts in a parallel fashion.*”¹⁰

Aproveito para assinalar aqui que um dos grandes méritos de Palonen em seu livro *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric* foi chamar a atenção sobre como a filosofia analítica da linguagem de Ludwig Wittgenstein e John Austin pode ser pensada a partir de um horizonte retórico. Grosso modo, pode-se encontrar a síntese desse seu astucioso argumento no decorrer do penúltimo capítulo de seu livro, cujo o título é *From Philosophy to Rhetoric*, mas mais especificamente na seguinte passagem:

Although Austin’s *How to do things with Words* is a technical work in philosophy, the links to rhetoric are explicit in its mode of argument. Austin was seemingly relying rather on the grammarians, from whom the philosophers should learn how to treat language. In rhetorical terms, the speech acts refer to

⁹ Cf. SKINNER, Quentin. *Rhetoric and Conceptual Change*, p. 70-71.

¹⁰ PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*, p. 170.

different dimensions of rhetoric: perlocutions allude to acceptance in the audience, whereas illocutions refer to the qualifications of the acts as moves. Wittgenstein and Austin introduced an action perspective to language that was as critical towards the *vita contemplativa* tradition of philosophy as the sophistic and rhetorical criticism of the ancient philosophy.¹¹

Em linhas gerais, esse elo traçado por Palonen seria possível na medida em que essa tradição da filosofia analítica procurou banalizar as questões sobre significados – visto que eles seguem à risca a máxima wittgensteiniana de que os significados são determinados pelos seus múltiplos usos dentro de um jogo de linguagem¹². Nesse sentido, argumenta Palonen, existe uma tácita ligação entre as filosofias de Wittgenstein e Austin e os antigos sofistas e estudiosos da retórica. Mais especificamente, para Palonen, esses filósofos da linguagem retomariam a perspectiva dos retóricos e sofistas dado que a sua abordagem fundada no preceito da “ação linguística” coloca um ponto de interrogação na pretensão realista de separar de modo inexorável “linguagem e realidade”¹³. Enfim, ao percorrer o caminho delineado por esses dois filósofos, Skinner consegue aclarar essa ligação e, ao fazê-lo, ele passa a usar a teoria dos atos de fala a partir do vocabulário mais amplo da retórica¹⁴.

Em suma, vale asseverar aqui que, ao traçar esse paralelo entre essa abordagem filosófica da linguagem e a reflexão retórica, Palonen consegue apresentar de forma magistral a virada retórica skinneriana, pois ele acaba por pensá-la a partir de um quadro mais amplo, ou seja, a partir do próprio “*linguistic turn*”¹⁵. Assim, a preocupação com a dimensão retórica dos textos se torna uma nova prescrição para as empresas interpretativas e, por conseguinte, uma forma de reforçar a concepção de uso wittgensteiniana em detrimento da hermenêutica tradicional que se preocupa apenas em compreender os significados semânticos dos textos. Em outros termos, essa nova orientação da teoria skinneriana coloca em relevo de forma ainda mais enfática a dimensão retórica dos discursos, e, com isso, evidencia por consequência o aspecto político do ato da escrita, trazendo à tona noções como “movimento” e “estratégia”:

¹¹ Ibid., p. 136.

¹² Sobre esse ponto, Palonen escreve que “*The so-called ordinary language philosophers have tended to trivialize questions of meaning*”. Cf. Ibid., p. 135.

¹³ Cf. Ibid., p. 33.

¹⁴ Cf. o tópico intitulado “*Rhetorical Philosophy: Wittgenstein and Austin*”. Ibid., p. 134-137.

¹⁵ Ibid., p. 133.

The turn towards a rhetorical perspective has made the assumption of a standard meaning obsolete to Skinner: all attempts to restrict the use of a concept to a specific meaning are contestable, and the rhetorical redescription presents a perspective for moves, tactics and strategies to modify the normative dimension of concepts.¹⁶

No artigo *Moral principles and social change* (2002), Skinner vai na esteira do seu artigo de 1999 e minucia a concepção de “estratégia retórica”. Nesse sentido, o seu projeto como um todo vai cada vez mais na direção de uma perspectiva que defende que “*revoluções políticas dependem de revoluções conceituais*”¹⁷ e, também, seguindo essa linha, sobre como “*ideias possibilitam ações*”¹⁸. Mais especificamente, o que o historiador inglês defende é que a manipulação retórica dos termos avaliativos-descritivos disponíveis em um determinado jogo linguístico pode legitimar novas formas de comportamento social¹⁹. Duas são as conclusões que o historiador inglês apresenta nesse artigo: a primeira é que toda ação, para ser bem executada, depende do seu grau de legitimação, e a segunda é que essa legitimação depende da possibilidade do uso dos termos disponíveis. Essas duas conclusões dão margem para a afirmação de que a dimensão retórica dos discursos está intimamente ligada às ações que se pretende empreender e legitimar, assim, mais uma vez, o que Skinner está fazendo é aprofundar de forma aguda a visão performativa da linguagem austiniana. Isto é, ele conduz a teoria dos atos de fala em termos retóricos com o intuito de apresentar uma chave de leitura para os textos políticos e para melhor compreender a própria prática de se fazer política. Enfim, parece ser especificamente nesse sentido que Kari Palonen intitula a teoria da interpretação

¹⁶ PALONEN, Kari. *Rhetorical and Temporal Perspectives on Conceptual Change – Theses on Quentin Skinner and Reinhart Koselleck*, p. 48.

¹⁷ Cf. GOLDIE, Mark. *The context of The Foundations*, p. 7.

¹⁸ *Ibid.*, p. 8.

¹⁹ Transcrevo aqui a passagem completa em que Skinner esclarece esse ponto: “*It is in large part by the rhetorical manipulation of these terms that any society succeeds in establishing, upholding, questioning or altering its moral identity. It is by describing and thereby commending certain courses of action as (say) honest or friendly or courageous, while describing and thereby condemning others as treacherous or aggressive or cowardly, that we sustain our vision of the social behaviour we wish to encourage or disavow. This being so, all innovating ideologists may be said to face a hard but obvious rhetorical task, their goal is to legitimise questionable forms of social behaviour. Their aim must therefore be to show that a number of favourable terms can somehow be applied to their seemingly questionable actions. If they can bring off this rhetorical trick, they can hope to argue that the condemnatory descriptions otherwise liable to be applied to their behaviour can be overridden or set aside.*” SKINNER, Quentin. *Moral principles and social change*. In: *Visions of Politics*, p. 149. Os grifos são meus.

skinneriana de “perspectiva retórica”²⁰, quer dizer, uma perspectiva que defende que atos (políticos) dependem largamente de questões linguísticas, e, conseqüentemente, uma perspectiva que sublinha a íntima ligação entre retórica e ação linguística.

O grande objetivo de Skinner ao traçar profundos elos entre “retórica”, “filosofia da linguagem” e “ação linguística” é explicitar a dimensão política dos conceitos, ou seja, como afirma Palonen, o historiador inglês visa demonstrar como os conceitos funcionam como instrumentos estratégicos para a ação política²¹. Em resumo, na visão skinneriana, a linguagem é um instrumento político e os jogos linguísticos constituem o campo onde se dá a prática política.

Não obstante, após essa reflexão sobre a importância do estudo da retórica para amplificar as condições interpretativas dos textos, uma dúvida parece persistir: essa perspectiva, na medida em que dá ênfase ao “ideologista inovador” que é capaz de engendrar mudanças conceituais a partir do seu engajamento nos jogos linguísticos, parece mais uma vez recolocar o problema da intencionalidade autoral – isto é, em que medida a figura do “ideologista inovador” não fortalece o problema de recuperar as intenções dos autores do passado e reforça a tese de que o significado do texto corresponde exatamente à intenção do autor? Enfim, para melhor compreender se a perspectiva retórica de Skinner ainda é refém dos problemas da hermenêutica romântica tradicional, é necessário refletir sobre até que ponto a sua teoria da interpretação neste momento segue uma orientação intencionalista ou convencionalista.

A fim de reger a discussão entre intencionalismo e convencionalismo a partir de um itinerário até aqui pouco explorado, doravante analisarei de forma breve o famoso (e bastante polêmico) debate entre Jacques Derrida e John Searle. A partir das linhas gerais desse debate será possível passar a limpo várias das questões que a teoria de Skinner deixa no ar, como, por exemplo, a sua relação ambígua perante a desconstrução e, também, como já dito, a dúvida sobre para

²⁰ Cf. PALONEN, Kari. *Rhetorical and Temporal Perspectives on Conceptual Change – Theses on Quentin Skinner and Reinhart Koselleck*, p. 41-59.

²¹ Palonen escreve: “his point is to make their political significance explicit: concepts serve as strategic instruments for political action. They shape the horizon of the political possibilities in the situation, within which the agent has to form a policy, but can also be used in critical situations as a means of politicization, of revising the horizon of the possible and by this means revising the range of policy choices.” *Ibid.*, p. 47.

que lado descai a sua teoria: na direção do intencionalismo ou do convencionalismo?

4.2

“Não existe extra-contexto”: Intenção e convenção no debate entre Jacques Derrida e John Searle.

“Meaning is more than a matter of intention, it is also a matter of convention”
(John Searle)

“A categoria de intenção não desaparecerá, terá seu lugar, mas, a partir desse lugar, ela não poderá mais comandar toda a cena e todo o sistema de enunciação”

(Jacques Derrida)

Até que ponto é pertinente apresentar as ideias de Quentin Skinner e Jacques Derrida como conflitantes? Em que medida a resposta para essa pergunta esclarece a dúvida sobre qual o norte da teoria da interpretação skinneriana? Quer dizer, a teoria de Skinner corroboraria o intencionalismo ou o convencionalismo?

Em paralelo ao debate entre a hermenêutica metodológica e a hermenêutica filosófica, para os fins do presente trabalho é oportuno comentar o singular debate entre Derrida e Searle na medida em que nesta confrontação o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos atinge um dos seus ápices. Ademais, este debate apresenta especial relevância para o argumento aqui desenvolvido visto que esses dois filósofos discutem noções como “contexto”, “autor”, “intenção” e, além disso, têm como principal eixo de controvérsia a filosofia da linguagem de John Austin, uma das referências que compõe o “tripé filosófico” de Skinner.

Os textos que circunscrevem o debate são: *Assinatura, acontecimento, contexto* (1971) de Derrida; o comentário de Searle a esse texto, intitulado *Reiterating the Differences: A Reply to Derrida* (1977); e a réplica de Derrida *Limited Inc. a b c* (1978). Fora isso, pode-se ainda incluir o comentário de Derrida feito para a compilação dos seus dois artigos: *Em direção a uma ética da discussão* (1988); e também o artigo de Searle que, apesar de não comentar o

debate, critica o projeto desconstrucionista de Derrida: *Literary Theory and Its Discontents* (1994).²²

Antes de mais nada, é preciso dizer que há uma grande “falha na comunicação” nesse debate filosófico, aliás, há até mesmo quem diga que houve uma espécie de “não-confrontação”²³. Tendo em vista tal característica, é possível dizer que o desentendimento se dá mais pelas diferenças das tradições filosóficas em que cada filósofo está inserido do que mais propriamente pelos argumentos que eles defendem. Assim, enquanto John Searle advém da tradição analítica que tem como pilares Gottlob Frege, Bertrand Russel, Ludwig Wittgenstein e o próprio John Austin (seu orientador), as raízes da desconstrução de Jacques Derrida, por sua vez, podem ser encontradas na filosofia de Friedrich Nietzsche e na tradição fenomenológica que remonta a Edmund Husserl e Martin Heidegger (além de muitos outros pensadores com os quais ele mantém uma relação ambígua, como, por exemplo, Saussure e Hegel). Essa marcante diferença entre as duas “heranças” filosóficas pode explicar o fato de Derrida fazer uma leitura um tanto inusitada da filosofia austiniana e, também, por outro lado, o fato de Searle, em sua resposta, demonstrar um grande desconhecimento de alguns dos princípios elementares da filosofia derridiana.

Enfim, não obstante os obstáculos do diálogo que marcam esse polêmico debate, pode-se resumi-lo (obviamente em linhas bem gerais), da seguinte maneira: no artigo *Assinatura, acontecimento, contexto*, Derrida começa com uma crítica ao conceito corrente de contexto e avança para uma concepção de escrita que deve ser sempre legível mesmo na total ausência de seu destinatário, isto é, toda escrita para ser escrita deve ser legível por ser repetível, ou, para usar o conceito que ele utiliza, toda escrita deve ser obrigatoriamente “iterável” (nas palavras do franco-argelino: “*Uma escrita que não seja estruturalmente legível – iterável – para além da morte do destinatário não seria uma escrita.*”²⁴). Dois são os efeitos dessa observação de Derrida que são interessantes de se trazer aqui: o

²² Para comentários a respeito deste debate, conferir: KOBLÍŽEK, Tomáš. *How to Make the Concepts Clear: Searle’s Discussion with Derrida*, p. 161-169; OTTONI, Paulo Roberto. *Jacques Derrida x John Searle: uma confrontação*. In: *Visão performativa da linguagem*, p. 51-57; e ZIMA, Pierre V. *Critique du structuralisme, critique de la “Speech Acts Theory”: différence et itérabilité*. In: *La deconstruction: Une critique*, p. 51-59.

²³ Cf. OTTONI, Paulo Roberto. *Jacques Derrida x John Searle: uma confrontação*. In: *Visão performativa da linguagem*, p. 51-57.

²⁴ DERRIDA, Jacques. *Assinatura, acontecimento, contexto*. In: *Limited Inc*, p. 19.

primeiro é que o conceito tradicional de contexto se torna obsoleto (dado que a escrita é iterável, ela pode ser lida em inúmeras e diferentes circunstâncias), e o segundo é que, uma vez que a escrita sempre porta essa característica de iterabilidade e se torna legível em infinitos cenários, ela tende a romper com o “querer-dizer” e com a “intenção-de-comunicação” do autor-escritor (este entendido como o “*sujeito empiricamente determinado que produziu [a escrita] num dado contexto*”²⁵). À vista disso, pode-se entender uma das principais ideias do desconstrucionismo de Derrida, a saber, que a escrita deve ser encarada como um “jogo de rastros”, onde tudo o que resta é uma “*ordem sem fim de remetimentos de significante a significante*”²⁶ e, em função desse caráter errante (ou melhor, iterável) próprio da escrita, só o que existiriam seriam “*contextos sem nenhum centro absoluto de ancoragem.*”²⁷

Feito isso, Derrida argumenta em seu artigo que John Austin, em seu livro *How to do things with words*, não perceberia esse caráter iterável de toda escrita e excluiria de sua análise todos os exemplos de enunciados “parasitários” da linguagem, isto é, que não são empregados “*seriamente*”²⁸ (como por exemplo: a fala de um ator enquanto está encenando ou a leitura de um poema ou um texto em voz alta por outrem). Não convém aqui dizer se a leitura de Austin feita por Derrida é pertinente ou não, o que importa é dizer que esse exame que ele fez do filósofo inglês foi a deixa que estimulou John Searle a escrever o seu comentário a esse artigo, intitulado *Reiterating the Differences: A Reply to Derrida*.

Nessa “resposta a Derrida”, Searle insiste na ideia de que o filósofo franco-argelino fez uma leitura completamente equivocada de Austin, visto que, entre outras coisas, ele não compreendeu como a intenção (*ilocução*) opera na filosofia austiniana. Em primeiro lugar, afirma Searle, as intenções *ilocucionárias* (que seria o que Derrida chama de o “querer-dizer”) não estão escondidas nas entrelinhas dos pronunciamentos e no escrever das expressões. Com efeito, elas são a própria realização das intenções²⁹, dado que “*toda ação tem uma intenção*

²⁵ Ibid., p. 21.

²⁶ DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. *Derrida e a escritura*. In: *Às margens: a propósito de Derrida*, p. 17.

²⁷ DERRIDA, Jacques. *Assinatura, acontecimento, contexto*. In: *Limited Inc*, p. 19.

²⁸ Ibid., p. 31.

²⁹ SEARLE, John. *Reiterating the Differences: A Reply to Derrida*, p. 202.

em ação como um de seus componentes”³⁰. Em segundo lugar, continua Searle, é um erro achar que as intenções ao pronunciar ou escrever algo devem necessariamente ser conscientes. Ao contrário, visto que dizer é fazer (segundo a fórmula de Austin), muitas das nossas ações são inconscientes e intencionais ao mesmo tempo³¹. Esse entendimento de Searle impulsiona a diferenciação que ele fez posteriormente entre “intenção prévia” e “intenção na ação”, a partir dessa diferenciação ele busca afirmar que “intenção e ação são inseparáveis”. De acordo com Searle, essa distinção é possível e necessária dado que “*muitas das ações que realizamos são realizadas espontaneamente, sem que formemos, consciente ou inconsciente, nenhuma intenção prévia de fazer tais coisas.*”³² (Cabe aqui dizer que é possível traçar um paralelo entre esse argumento de Searle, que diferencia “intenção prévia” e “intenção na ação”, e o desenvolvido por Skinner sobre a diferenciação entre “motivos” e “intenções”³³ – apesar da distinção traçada por Skinner ter vindo à tona mais de uma década antes, a ideia é basicamente a mesma).

Caminhando para o cerne da disputa, um dos pontos que demonstra o já mencionado “hiato” na confrontação entre os dois filósofos diz respeito às considerações sobre como se dá a relação entre a intenção do autor e o significado do texto quando, em função da passagem do tempo, não estão mais presentes nem o autor e nem o seu destinatário – e, claro, conseqüentemente, já se perdeu o contexto original de produção do texto. Em suma, para colocar o problema a partir da expressão de John Searle: em função da ausência do autor, seria correto afirmar (como defenderia Derrida na visão de Searle) que o texto escrito não poderia em nenhuma hipótese ser um “veículo de intencionalidade”?³⁴

Ao tratar dessa questão, o ponto central do argumento de Searle é defender que a intencionalidade autoral desempenha o mesmo papel tanto na linguagem falada quanto na linguagem escrita, ou seja, o imediatismo da linguagem falada não a torna mais clara e muito menos privilegiada no que diz respeito ao entendimento da intenção do falante/autor. Ao defender essa tese, ele argumenta que Derrida seria mais um dos filósofos ingênuos que não percebeu que, falada ou

³⁰ SEARLE, John R. *Intencionalidade*, p. 148.

³¹ Id., *Reiterating the Differences: A Reply to Derrida*, p. 202.

³² Id., *Intencionalidade*, p. 118-119.

³³ Conferir a análise desse argumento no capítulo anterior do presente trabalho.

³⁴ Id., *Reiterating the Differences: A Reply to Derrida*, p. 201.

escrita, a linguagem carregaria a mesma força *ilocucionária* que torna as sentenças e expressões significativas, isto é, dado que ambas são pensadas como atos linguísticos, ambas carregariam as mesmas fissuras e soluções. Conquanto, ao acusar Derrida de defender a gasta ideia de que apenas a linguagem falada é capaz de ser um veículo de intencionalidade, ou melhor, ao acusá-lo de defender a primazia da linguagem falada, Searle demonstra desconhecer completamente um dos principais motores do empreendimento filosófico do pensador franco-argelino, a saber: desconstruir as oposições binárias que sustentam a metafísica³⁵ – onde, seja dito de passagem, o par fala/escrita seria um dos mais problemáticos. Com efeito, ao buscar desconstruir esse par específico, Jacques Derrida queria justamente contestar essa primazia da linguagem falada que John Searle o acusa de defender, aliás, essa contestação feita pelo filósofo franco-argelino toma forma a partir de um conhecido argumento seu que ele chama de “a característica *fonologocêntrica* da metafísica.”³⁶

Em síntese, pode-se entender que o pomo da discórdia é que, para Derrida, a iterabilidade é vista como uma “repetição desconstrutora”³⁷ capaz de disseminar o signo e, por conseguinte, na medida em que a escrita é lida em uma quantidade de contextos cada vez maior, ela não se esgota no “querer-dizer” do autor-escritor. Por sua vez, segundo Searle, o correto seria justamente a tese contrária³⁸, ou seja, essa iterabilidade “*tende a reforçar o sentido do signo e a aumentar a coerência semântica do seu contexto*”³⁹. Logo, a partir dos argumentos de ambos, é possível dizer que esse debate é um debate aporético. Ademais, se Searle considera a leitura derridiana de Austin uma leitura sem fundamento, por sua vez, a própria leitura que Searle faz do texto de Derrida é ela mesma problemática – a propósito, na réplica de Derrida, no seu logo artigo chamado *Limited Inc. a b c*, ele se dedica

³⁵ Para uma boa introdução ao projeto derridiano e a sua crítica à metafísica, conferir: DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. *Derrida e a escritura*. In: *Às margens: a propósito de Derrida*, p. 9-28; e também: ZIMA, Pierre V. *La deconstruction: Une critique*, 1994.

³⁶ DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. *Derrida e a escritura*. In: *Às margens: a propósito de Derrida*, p. 17.

³⁷ O termo “repetição desconstrutora” foi tirado do texto de Pierre Zima. Cf. ZIMA, Pierre V. *La deconstruction: Une critique*, p. 54.

³⁸ SEARLE, John. *Reiterating the Differences: A Reply to Derrida*, p. 202.

³⁹ Transcrevo aqui o trecho completo escrito por Pierre Zima: “*Derrida appelle cette répétition déconstructrice itarabilité et s’oppose ainsi à la théorie des actes de langage anglo-américaine (Austin, Searle) et au structuralisme français (Martinet, Greimas) qui sont d’accord pour affirmer que loin de mettre en cause l’identité d’un signe, sa répétition (réurrence ou itérativité) tend à renforcer son sens et à augmenter la cohérence sémantique de son contexte.*” ZIMA, Pierre V. *La deconstruction: Une critique*, p. 54.

a apontar minuciosamente (às vezes até com certo tom zombeteiro) esse aspecto problemático da leitura de Searle.

Depois de traçadas as linhas gerais desse debate, tratarei agora do ponto que pode aclarar a dúvida sobre como a teoria da interpretação skinneriana deve ser concebida, isto é, se como uma teoria intencionalista ou convencionalista. Cabe dizer que o ponto que contribuiria para clarificar essa questão é justamente o comentário que Derrida faz ao debate supracitado em seu artigo *Em direção a uma ética da discussão*.

Neste texto de 1988, justamente em função da leitura problemática que Searle fez de seu texto *Assinatura, acontecimento, contexto*, Derrida se depara com o seguinte obstáculo: “Como se pode exigir uma leitura razoável de seu próprio texto?”⁴⁰; ou, em outras palavras, visto que a escrita opera a partir de um constante remetimento de significante a significante e não a partir do querer-dizer do autor-sujeito, como seria possível reivindicar uma leitura adequada de um texto específico? Enfim, como se pode perceber, a questão que surge para Jacques Derrida é precisamente a mesma questão que rege todo o projeto teórico skinneriano, e, por mais surpreendente que seja, as respostas que os dois chegam possuem uma íntima relação.

Em função da forma pela qual a desconstrução derridiana foi assimilada por um vasto número de leitores críticos, a questão de como se deve interpretar um texto adequadamente se apresenta como um empecilho – ou, melhor, ela se apresenta como uma questão inoportuna, que simplesmente não é cabível. Diga-se de passagem, o próprio Quentin Skinner assinala esse ponto no que diz respeito à posição da filosofia derridiana frente ao problema da interpretação dos textos:

It is in fact fairly clear, at least in Derrida's earlier writings, what reasons he has for rejecting traditional hermeneutics. He associates the project of interpretation with what he calls logocentrism, by which he means (roughly) the belief that meanings originate in the world and are conveyed to us by the capacity of words to refer to things. This belief is said to give rise, in Derrida's Heideggerian phrase, to a metaphysics of presence, to the illusion that the truth about the world can be made present to the mind through the medium of a denotative language.⁴¹

⁴⁰ Cf. DERRIDA, Jacques. *Em direção a uma ética da discussão*. In: *Limited Inc*, p. 200. Inclusive, ao comentar brevemente o debate entre Searle e Derrida, o próprio Quentin Skinner coloca essa questão: SKINNER, Quentin. *The Rise of, Challenge to and Prospects for a Collingwoodian Approach to the History of Political Thought*, p. 177-178.

⁴¹ Ibid.

Contudo, deduzir da crítica de Jacques Derrida ao logocentrismo que a sua perspectiva é apenas mais uma forma de ceticismo é, sem dúvida, uma dedução um tanto precipitada. Ademais, o próprio Derrida afirma que a definição da desconstrução como uma visão “cético-relativista-niilista”⁴² que interdita a intenção e o querer-dizer é uma definição falsa que supõe uma “má leitura de seus textos”⁴³. Em vista disso, se torna evidente que, uma vez que ele anuncia que seus textos foram lidos de maneira equivocada, ele, *a fortiori*, parte do pressuposto de que o entendimento do querer-dizer do autor é, de fato, importante para a tarefa de interpretar textos. Com efeito, como nos lembra Gerald Graff, em um dos seus livros mais famosos, que leva o título de *Gramatologia*, Derrida já tinha afirmado que “*não nega ao intérprete a capacidade de reproduzir o sentido literal do texto [...] e que sem ‘esse indispensável guarda-fogo’, ‘a produção crítica correria o risco de se fazer em qualquer sentido e se autorizar a quase dizer não importa o quê’*”⁴⁴. Pois bem, o que Derrida quer dizer com isso? Bom, o que ele sugere é que existe sim um “bom caminho” para toda interpretação, ou seja, que seria possível “*invocar regras de competência, critérios de discussão e consenso*”⁴⁵ capazes de diferenciar as interpretações boas das interpretações ruins. Como se pode perceber, mais uma vez a reflexão de Derrida toca em um tema fulcral para o projeto skinneriano.

À vista do que foi exposto acima, com o intuito de amarrar a questão, é preciso então indagar sobre qual seria, na visão de Jacques Derrida, esse “bom caminho” para interpretar os textos – e, além disso, qual seria a conformidade entre a proposta do filósofo franco-argelino e o programa do historiador inglês. Destarte, talvez o melhor formar de começar a tratar essa interrogação seja examinando as seguintes palavras que Derrida:

Uma das definições do que se chama de desconstrução seria a consideração desse contexto sem limite, a atenção mais viva e mais ampla possível ao contexto, e pois um movimento incessante de recontextualização. A frase que, para alguns, torna-se uma espécie de lema, em geral tão mal compreendido, da desconstrução

⁴² DERRIDA, Jacques. *Em direção a uma ética da discussão*, p. 200.

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ *Ibid.*, p. 195.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 201.

(“não existe extra-texto”) não significa nada de diferente: não existe extra-contexto.⁴⁶

Como se pode perceber, Derrida define a desconstrução a partir da premissa de que não existe extra-contexto, ou seja, de que não haveria nada para além dos contextos, o que existe é, apenas, um “movimento incessante de recontextualização”. É importante dizer que essa definição é, na verdade, uma perspectiva crítica à concepção tradicional de contexto. A título de explanação, o ponto central é que o contexto não explica o texto. Essa seria uma visão muito rasa para qualquer empreendimento interpretativo dado que o sentido do texto jamais se limitará às suas condições de produção – afinal, uma vez que a escrita é iterável, ela continuará produzindo efeitos e ampliando o seu “excesso de significação”⁴⁷. Com efeito, no decorrer do desenvolvimento de todo o seu projeto teórico, o próprio Skinner também criticou a noção de contexto como um princípio explicativo⁴⁸, já que ele não esgota e nem delimita o sentido do texto. Ademais, ambos concordam que a tarefa de fixar o contexto dos enunciados é, em alguma medida, uma tarefa “política”⁴⁹. Logo, à vista das duras críticas que Derrida e Skinner fazem à noção tradicional de contexto, é necessário perguntar por qual razão o primeiro afirma que não existiria “extra-contexto” e também o motivo pelo qual o programa do segundo é tomado por grande parte da sua fortuna crítica como um “contextualismo linguístico”.

Como sabido, tanto Derrida quanto Skinner não têm muito apreço pelo conceito de “verdade”. Todavia, nenhum dos dois contesta o “valor”⁵⁰ desse

⁴⁶ Ibid., p. 187.

⁴⁷ Sobre a concepção ricoeuriana de “excesso de significação”, conferir o capítulo anterior.

⁴⁸ Nesse sentido, é possível dizer que Skinner estaria mais próximo de Derrida do que de Searle, aliás, há aqueles que defendem que o próprio Austin estaria mais próximo de Derrida do que o próprio filósofo norte-americano – como, por exemplo, Paulo Ottoni, que escreve que: “*Austin, no processo de elaboração da performatividade, a partir da análise da linguagem ordinária e de procedimentos da filosofia analítica, segue um caminho que o leva a uma visão performativa da linguagem que está mais próxima às colocações de Derrida do que às de Searle, que procurou consolidar e desenvolver, nestes últimos trinta anos, aspectos empíricos e lógicos da performatividade, dificultando e distanciando-se cada dia mais da obra de Austin e correndo sempre o perigo de ficar no meio do caminho do pensamento austiniano.*” OTTONI, Paulo Roberto. *Visão performativa da linguagem*, p. 57. Para as críticas de Skinner a noção de contexto, conferir em especial: SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*, p. 3-53; e também: Id., *Hermeneutics and the Role of History*, p. 209-232.

⁴⁹ Cf. DERRIDA, Jacques. *Em direção a uma ética da discussão*. In: *Limited Inc*, p. 186.

⁵⁰ Cf. Ibid., 200. Sobre a maneira pela qual Skinner lida com esse conceito, conferir a primeira parte de seu texto *A Reply to my critics*, intitulada *On describing and explaining beliefs*. Palonen argumenta que a concepção de verdade em Skinner segue uma orientação “perspectivista”, assim

conceito. Skinner, por exemplo, chega a argumentar que é mais interessante usar o conceito de “aceitabilidade” do que o próprio nublado e problemático conceito de “verdade”⁵¹. Com vista para isso, é possível dizer que ambos partilham de uma concepção de verdade eminentemente contextual, isto é, tanto para a desconstrução derridiana quanto para a teoria da interpretação skinneriana, o contexto não delimita o sentido do texto, todavia, o movimento de contextualização é o que torna o texto significativo (*meaningfull*) – esse, aliás, é o ponto fundamental. A partir dessa premissa, pode-se entender que o processo de dar sentido ao texto é o que leva Derrida a afirmar que não existe nada para além do contexto e, pelo mesmo fio condutor, é o que leva Skinner a reforçar o papel da intertextualidade na sua teoria da interpretação (ou seja, um texto ganha sentido histórico quando relacionado com outros textos). Com base nessa linha de raciocínio, entende-se o motivo pelo qual, segundo a perspectiva de Derrida, interpretar um texto (ou seja, buscar nele um “valor de verdade”), significa reinscrevê-lo em “*contextos cada vez mais potentes*”.⁵² Enfim, Skinner parece ter a mesma visão de “reinscrição” dos textos quando ele afirma que o processo interpretativo é inesgotável, quer dizer, é sempre possível interpretar os textos a partir de novas perspectivas quando os colocamos em novos contextos – em suma, o historiador inglês resume esse ponto específico ao afirmar que: “*The texts we study continually alter their contours as we put them in new contexts and relate them to different texts.*”⁵³

O grande desenlace é que Derrida e Skinner concordam que um texto só ganha sentido quando é colocado em um contexto. Evidentemente que se pode objetar que as conclusões que os dois tiram desse fato são diferentes, mas, mesmo assim, é digno de nota que elas não são de forma alguma contraditórias. Mais especificamente, o filósofo franco-argelino entende que o movimento de recolocação dos contextos promove uma imposição de sentido e, com isso,

ele afirma que “*Skinner’s views on truth and novelty, rather, help us to situate him in a wider European tradition of perspectivist view of knowledge and scholarship that is present, for example, in the works of Friedrich Nietzsche and Max weber*”. PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*, p. 2.

⁵¹ Cf. SKINNER, Quentin. *A Reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 257.

⁵² DERRIDA, Jacques. *Em direção a uma ética da discussão*. In: *Limited Inc*, p. 186.

⁵³ SKINNER, Quentin. *On Encountering the Past. An Interview with Quentin Skinner by Petri Koikkalainen and Sami Syrjämärki*, 04/10/2001, p. 50.

“*provoca e desconcerta o hermenêuta*”⁵⁴ por fazer com que o texto se emancipe de toda forma de “*querer-dizer vivo*”⁵⁵. Skinner, porém, acredita que esse movimento de colocar os textos em novos contextos é, na verdade, interpretá-los historicamente, isto é, significa aprofundar a relação intertextual dos textos e, com isso, conferir a eles significados históricos “cada vez mais potentes”. Grosso modo, a conformidade é que a noção de intertextualidade acaba sendo uma noção muito importante tanto para Derrida quanto para Skinner, conquanto, o primeiro a compreende como um movimento que remete um significante a outro significante, e o segundo, por sua vez, a entende como um princípio que aclara a historicidade dos textos. A esta altura, cabe dizer que o ponto de contato entre essas duas conclusões que, repito, estão longe de serem antagônicas, é o destaque para o papel das convenções como veículo de produção de sentido. Nos parágrafos que seguem buscarei esclarecer um pouco mais esse ponto.

Retornando ao tema do “bom caminho” que separaria as interpretações boas das interpretações ruins, a ênfase nas convenções é justamente o que, para Derrida, assegura os “*critérios de discussão e consenso*”, quer dizer, sem elas o trabalho de crítica não teria nenhum padrão e, conseqüentemente, se poderia “*dizer não importa o quê*”. Evidentemente que, a partir do fio condutor da desconstrução derridiana, é possível depreender que toda leitura é uma leitura interpretativa – no sentido de que ela envolve “*relações de poder*”⁵⁶ – mas, como ele mesmo afirma, pode-se acrescentar que o que garante toda interpretação é exatamente essa “*zona de ‘convenções’ ou ‘contratos’ implícitos muito profunda e muito sólida*”⁵⁷. Com isso, cabe dizer, Derrida afirma que essas convenções que garantem uma base para o consenso crítico e interpretativo são formadas por um “*conjunto de possibilidades determinadas e finitas*.”⁵⁸ Como consequência, continua ele, “*sem uma sólida competência nesse campo, as interpretações mais arriscadas [...] não seriam nem possíveis, nem inteligíveis, nem sequer discutíveis*.”⁵⁹

⁵⁴ Cf. DERRIDA, Jacques. *Esporas: Os estilos de Nietzsche*, p. 100-101.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Cf. Id., *Em direção a uma ética da discussão*. In: *Limited Inc*, p. 197.

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ Ibid., p. 198.

⁵⁹ Ibid.

É importante dizer que, apesar das convenções conferirem a base para o próprio ato interpretativo, Derrida não as considera como sendo fixas ou imutáveis. Na verdade, ele caracteriza essas convenções como sendo “*estabilidades instáveis*”⁶⁰: isto é, elas precisam dispor de um mínimo de estabilidade para garantir as normas de inteligibilidade, embora elas sejam instáveis porque as interpretações não são a-históricas. Deste modo, o fato digno de ser observado aqui é que a noção de convenção é encarada de modo muito similar por Derrida e Skinner. Mais especificamente, Derrida afirma que esse acento nas convenções como “estabilidades instáveis” é o argumento necessário que refuta o que ele chamou de “má leitura” do desconstrucionismo, ou seja, as interpretações e as discussões sobre o querer-dizer dos autores são possíveis, porém elas não são absolutas, não têm um fechamento. Muito pelo contrário, elas são perenes e históricas – deste modo, ele afirma:

A prova de que não pus “radicalmente em questão (...) a estabilidade dos contextos interpretativos” é que justamente lembro sem cessar, fi-lo ainda há pouco, que levo em conta e creio que é preciso levar em conta essa estabilidade, como todas as normas, regras, possibilidades de contratos que ela assegura. Mas levar em conta uma estabilidade, que é que isso quer dizer? Em contrapartida, isso não quer necessariamente dizer escolher ou aceitar ou tentar conservar a estabilidade pela estabilidade a todo o preço, não é ser “conservador”. E, em contrapartida, levar em conta uma certa estabilidade (por essência sempre provisória e finita), é precisamente não falar de eternidade ou de solidez absoluta, é levar em conta uma historicidade.⁶¹

Levando em conta essa historicidade das convenções, algumas poucas linhas depois ele conclui dizendo que “*uma estabilidade não é uma imutabilidade, é, por definição, sempre desestabilizável*”⁶². Isto posto, os elos entre Derrida e Skinner começam a ficar cada vez mais claros, afinal, Skinner, mais do que ninguém, chamou a atenção para a historicidade das convenções e sobre como elas regem as práticas interpretativas. Skinner argumenta que as convenções possuem um papel especial na sua teoria da interpretação porque elas asseguram as condições de possibilidade da própria interpretação. Porém, ao mesmo tempo, ele também assinala o caráter finito e dinâmico das convenções. É com vista para esse ponto que Kari Palonen afirma que, na teoria skinneriana, “*the conventions refer*

⁶⁰ Ibid., p. 201.

⁶¹ Ibid., p. 207.

⁶² Ibid.

to mere facticities of the situation, always alterable with singular conditions and specific strategies.”⁶³

Com tal característica, sobre os elos entre convenções e a inteligibilidade dos textos na teoria skinneriana, Peter Janssen assinala:

In later works Skinner refines the notion of convention and also the nature of the hermeneutical act, and how a text is to be regarded as relating to such conventions. Conventions come to be regarded not as forces which produce a text, rather as the ground upon which the uptake of a text is possible.⁶⁴

A definição de “convenção” assinalada acima por Janssen e, por conseguinte, como ela opera na teoria da interpretação de Quentin Skinner, é muito esclarecedora. Essas palavras dão a margem necessária para se perceber que o aspecto convencional dos textos que Skinner faz referência não pode ser interpretado em um sentido estruturalista ou determinista: a grande questão, que a esta altura parece já estar clara, é que as convenções não moldam e muito menos produzem os textos. Elas, na verdade, conferem inteligibilidade a eles. Nesse ponto, cabe dizer, reside o elo com Derrida: a inteligibilidade se dá a partir da intertextualidade.

Martin Jay, em seu excelente artigo intitulado *Intention and Irony: The Missed Encounter between Hayden White and Quentin Skinner* (2013), faz um comentário (de maneira um tanto incidental) que ilumina consideravelmente os elos entre Jacques Derrida e Quentin Skinner que venho tentando desenhar aqui. Nas últimas páginas de seu texto, ele escreve o seguinte:

Skinner’s stress on the matrix of necessary conventions in which acts take place [...] comes very close to the deconstructionist emphasis on “iterability” as a necessary element of everything that seems unique and self-sufficient, a recognition that no speech act can be isolated from the possibility of it being a repeat of what preceded it and a foreshadowing of what follows. However singular and unique it may seem, every speech act achieves what meaning it may have only in the context of the conventions that allow it to be understandable by others.⁶⁵

⁶³ PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*, p. 46.

⁶⁴ JANSSEN, Peter L. *Political Thought as Traditionary Action: The Critical Response to Skinner and Pocock*, p. 129.

⁶⁵ JAY, Martin. *Intention and Irony: The Missed Encounter between Hayden White and Quentin Skinner*, p. 44.

Esse trecho de Martin Jay deixa o argumento suficientemente claro: é possível aproximar Skinner e Derrida na medida em que os dois seguem uma orientação convencionalista no que diz respeito a inteligibilidade dos textos. Isto é, as convenções (que são ao mesmo tempo sólidas e finitas) fornecem as condições de possibilidade do ato de dar sentido aos textos – de tal maneira, pelo fio condutor da desconstrução, é possível chamar esse fato de imposição de sentido por meio da iterabilidade da escrita. Por sua vez, pelo viés skinneriano, é possível chamá-lo de produção de sentido histórico.

Contudo, não obstante as palavras de Martin Jay, as inusitadas afinidades entre as agendas teóricas de Derrida e Skinner não são um tema inédito. Sobre esse tema é preciso destacar o artigo de Tony Burns intitulado *Interpreting and appropriating texts in the history of political thought: Quentin Skinner and poststructuralism* (2011). Nesse artigo, Burns tem por objetivo principal justamente demonstrar que a abordagem skinneriana não está em oposição à perspectiva derridiana. Assim, antes de concluir o presente tópico, nos parágrafos que seguem pretendo aprofundar um comentário introduzido por Burns com o intuito de deixar ainda mais clara a aproximação entre Skinner e Derrida.

Bom, em linhas gerais, a essa altura já ficou claro que tanto Quentin Skinner quanto Jacques Derrida assinalam o convencionalismo em detrimento do intencionalismo, mas, afinal, será que eles negam completamente o papel da intencionalidade autoral?

Em suma, como visto no capítulo anterior, Skinner refina a sua teoria da interpretação e vai aos poucos definindo a importância da intenção. Contudo, ele não a elimina completamente, essa foi justamente uma das conclusões do capítulo precedente. Contudo, e quanto a Jacques Derrida? Ele elimina completamente o papel da intenção e do querer-dizer do autor? Para responder a essa pergunta, faço referência a um ponto que Tony Burns chamou atenção, pois acredito que aí reside uma das virtudes do seu artigo. O fato é que, assim como Quentin Skinner, Derrida também não negou completamente a importância da intencionalidade autoral. No final do seu artigo *Assinatura, acontecimento, contexto* (justamente o artigo que abre a polêmica com John Searle) Derrida nos diz que “*a categoria de intenção não desaparecerá, terá seu lugar, mas, a partir desse lugar, ela não*

poderá mais comandar toda a cena e todo o sistema de enunciação”⁶⁶. Por conseguinte, cabe dizer que esse emblemático argumento de Jacques Derrida que sentencia a manutenção da intenção é um dos elementos que leva Burns a concluir o seu artigo afirmando que “*the theoretical distance wich exists between the views of Skinner and those advocated by poststructuralists is not as great as might be supposed*”.⁶⁷

Caminhando para a conclusão desse tópico, pode-se dizer que, segundo a teoria skinneriana, ler textos historicamente significa ampliar o seu caráter intertextual, ou seja, é um trabalho de recolocação dos textos em novos contextos interpretativos cada vez mais fechados. Entretanto, como foi visto, os contextos nunca se fecharão completamente, por isso esse empreendimento interpretativo nunca aponta para um fim, sempre haverá novos contextos onde será possível recolocar os textos e interpretá-los a partir de nova luz. Nesse sentido específico, seria até possível dizer que a interpretação histórica se dá a partir de um movimento dialético, mas dizer isso seria, por assim dizer, “fechar” essa forma de interpretação em um único “contexto”, impossibilitando, dessa maneira, novas interpretações sobre essa forma de interpretar.

Os argumentos dessas últimas páginas forneceram ferramentas suficientes para concluir que a orientação da teoria de Skinner é majoritariamente convencionalista. Porém, isso não significa que o intencionalismo está excluído. Com efeito, convencionalismo e intencionalismo não devem ser vistos como excludentes na abordagem skinneriana, ao contrário, eles são interdependentes⁶⁸. Na verdade, para Skinner toda intenção só é possível se ela for convencional, isto é, um autor só é capaz de intentar algo na esteira das convenções linguísticas disponíveis: ou seja, para Skinner, toda intenção é, *a fortiori*, uma “intenção-

⁶⁶ DERRIDA, Jacques. *Assinatura, acontecimento, contexto*. In: *Limited Inc*, p. 19. O curioso é que a partir desse ponto seria possível encontrar uma conformidade entre Derrida e Searle, isto é, na medida em que Searle afirma que “*Meaning is more than a matter of intention, it is also a matter of convention*”, ambos seriam austinianos por excelência. Para essa afirmação de Searle, conferir: SEARLE, John. *What is a speech act?* In: SEARLE, John. (Org.). *The Philosophy of language*, p. 46.

⁶⁷ BURNS, Tony. *Interpreting and appropriating texts in the history of political thought: Quentin Skinner and poststructuralism*, p. 330.

⁶⁸ Aqui sigo o argumento de Kari Palonen que afirma que: “*Perhaps we could characterize Skinner’s point to be that we cannot oppose intentions to conventions.*” PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*, p. 40.

convencional”⁶⁹. Mais especificamente, os textos entendidos como atos realizados por autores se tornam legíveis a partir das convenções com que eles jogam. Em breve síntese, esse posicionamento de Skinner pode ser entendido a partir da seguinte premissa: “*Skinner’s suggestion is that we attend to the relevant matrix of conventions through which authors must express their intentions, which allows us to situate them in a polemical field of meaningful alternatives*”⁷⁰. Nesse sentido, a abordagem convencionalista de Skinner relega a segundo plano o problema da intencionalidade autoral, sem, contudo, excluí-la.

Agora, visto a ênfase skinneriana na questão da convenção como princípio que possibilita a interpretação (que, por conseguinte, coloca a sua teoria em diálogo com a filosofia derridiana), uma questão (talvez uma última questão) ainda permanece – logo, esclareço-a da seguinte maneira: se o convencionalismo de Skinner aponta para a percepção de que toda intenção é uma intenção-convencional, a grande questão passa a ser que intencionalismo é esse que está em correspondência ou que simplesmente não entra em contradição com o convencionalismo? Em outras palavras, a questão gira em torno de que concepção de autor essa intenção-convencional pressupõe, ou, simplesmente: como Skinner compreende a concepção de autor?

4.3

“O que é um autor?”: A concepção skinneriana da intencionalidade autoral entendida como agência.

Depois de todo esse caminho percorrido, onde foi possível examinar os principais aspectos da agenda teórica de Quentin Skinner, dois aspectos significativos foram dignos de nota: o esmaecimento do conceito de intenção na teoria skinneriana e a sua consequente ênfase em uma abordagem convencionalista que relega a segundo plano o problema da intencionalidade autoral. Diante dessas duas considerações, uma questão ainda permanece: foi visto que Skinner foi aos poucos reconhecendo os problemas da intencionalidade

⁶⁹ Sobre a concepção de “intenções convencionais”, conferir: SKINNER, Quentin. *Conventions and the Understanding of Speech Acts*, p. 133.

⁷⁰ JAY, Martin. *Intention and Irony: The Missed Encounter between Hayden White and Quentin Skinner*, p. 35.

autoral e, com isso, refinando a sua teoria da interpretação. No entanto, em nenhum momento dessa reformulação da sua teoria ele descartou a figura do autor. Então, à vista disso, e com o intuito de abordar uma das últimas questões que dizem respeito ao problema da intenção na interpretação dos textos, é preciso indagar como Skinner compreende o conceito de autor.

Destarte, não obstante o definhamento da intenção, reitero aqui a pergunta: como o conceito de autor opera no projeto teórico skinneriano? E, na esteira dessa pergunta, como Skinner lida com o famoso e difundido argumento da “morte do autor”?

Como já visto nos capítulos precedentes, o historiador inglês está mais preocupado em estudar os discursos do que os autores, e, além, disso, no movimento de refinamento da sua teoria, ele buscou a todo custo refutar o psicologismo atribuído a sua abordagem, quer dizer, ele negou várias vezes que a sua hermenêutica tenha qualquer parentesco com a hermenêutica romântica tradicional que visa “pensar os pensamentos” dos autores do passado a fim de compreendê-los. O ponto é que, diante de tudo isso, ainda haveria espaço para a concepção autor na teoria da interpretação skinneriana? No final das contas, não estaria o historiador inglês de acordo com a “morte do autor”? Enfim, é possível adiantar que a maneira como ele concebe o conceito de autor está intimamente ligada à maneira como o seu programa deve ser interpretado, isto é, esse conceito se apresenta como uma pedra-de-toque da sua teoria da interpretação.

Antes de tudo, é sabido que todas as abordagens intencionalistas têm como eixo a concepção de autor-sujeito, afinal, nessas teorias, onde a mais proeminente talvez seja a de E. D. Hirsch, o significado do texto é nivelado à intenção do autor. Perceber como se dá a não adequação do programa de Skinner a essa abordagem foi um dos objetivos do capítulo anterior. Aliás, como visto justamente no tópico precedente, o historiador inglês ameniza ainda mais o problema da intencionalidade ao consolidar a sua teoria a partir de uma orientação convencionalista. Com tal característica, é adequado ressaltar que ele pleiteia o convencionalismo na esteira da filosofia da linguagem de John Austin:

When he [Austin] first introduced the concept of an illocution, he certainly suggested that the question of whether someone has performed the act, say, of warning is essentially a question about how they meant their utterance to be

understood. But he assumed that the “uptake” of illocutionary acts required the presence of such strong linguistic conventions that he later appeared to suggest that such conventions, rather than the intentions of speakers, must be definitive of illocutionary acts.⁷¹

As palavras de Skinner transcritas acima mostram que o próprio Austin trilhou o caminho que começa no intencionalismo e, posteriormente, afirma a preponderância do convencionalismo. Nesse sentido, esse trecho serve para mostrar que o convencionalismo skinneriano e, por conseguinte, a sua própria concepção de autor, devem ser lidos (mais uma vez) à luz da tradição da filosofia analítica que concebe a linguagem enquanto ação.

Para começar, é importante trazer para o centro da discussão o argumento sobre a chamada “morte do autor”. Como sabido, quem “puxou o gatilho” e deflagrou o “assassinato” foi Roland Barthes, em seu texto cujo o título é justamente *A morte do autor*⁷². Evidentemente, por trás desse argumento de Barthes que hoje já é considerado clássico, existem inúmeras implicações. Talvez as mais dilacerantes sejam a crítica ao humanismo e à ontologia sujeito-objeto, ou seja, de uma maneira geral, a “morte do autor” significa na verdade um “*descentramento do sujeito*”⁷³. Logo, como argumenta Paulo Cesar Duque-Estrada, o argumento de Barthes, que é tonificado por filósofos como Michel Foucault e Jacques Derrida⁷⁴, coloca em relevo questões como:

O desaparecimento do escritor; a autonomia do processo da escrita em relação à própria subjetividade do escritor, portanto, o *desapossamento* de si nas malhas da textualidade; o poder da linguagem de se organizar sem nenhuma intervenção subjetiva; a intertextualidade em lugar da subjetividade do sujeito no processo de produção de todo texto⁷⁵.

Tendo em vista essas implicações advindas do argumento da “morte do autor”, o ponto a ser sublinhado é que, em função da ênfase que Skinner deu em seus primeiros textos teóricos à necessidade de se recuperar as intenções dos

⁷¹ SKINNER, Quentin. *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 262.

⁷² Cf. BARTHES, Roland. *A morte do autor*. In: *O Rumor da Língua*, p. 57-64.

⁷³ Cf. DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. *Observações sobre a chamada “morte do autor”*, p. 139.

⁷⁴ Cabe dizer que as implicações da chamada morte do autor também podem ser encontradas, em menor ou maior grau, no também clássico texto de Foucault “*O que um autor?*”. FOUCAULT, Michel. *What is an author?*. In: HARARI, Josué V. (Ed.). *Textual strategies: perspectives in post-structuralist criticism*, 1979.

⁷⁵ DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. *Observações sobre a chamada “morte do autor”*, p. 133.

autores, alguns de seus críticos afirmaram que o historiador inglês estaria tentando sustentar uma abordagem cujo centro seria o tachado “autor-sujeito” e que, por consequência, ele iria na contramão do argumento trazido Roland Barthes⁷⁶. Todavia, a objeção que se torna iminente é: até que ponto o argumento da chamada “morte do autor” é incompatível com a concepção de autor presente na teoria da interpretação skinneriana?

Com efeito, como Hans-Georg Gadamer chama a atenção, tanto a tradição hermenêutica da filosofia continental (mais especificamente a hermenêutica do século XX que critica a ontologia sujeito-objeto), quanto a filosofia analítica como pensada na Inglaterra (ou seja, a tradição em que John Austin se encontra), criticam o conceito de “sujeito” que favorece a concepção de autor como o detentor de uma genialidade que consegue se colocar fora da linguagem para criar uma obra. Em outros termos, Gadamer chama a atenção para o fato de que essas duas tradições, ao trazerem para o centro da reflexão filosófica a problemática da linguagem, criticam a “*metafísica do neopositivismo*”⁷⁷. Diante dessa consideração do filósofo alemão, já é possível dar o primeiro passo para problematizar a suposta incompatibilidade entre os pressupostos da chamada “morte do autor” e a noção de autor que opera na teoria de Skinner.

É verdade que, ao comentar a chamada “morte”, o historiador inglês diz que seria um erro descartar completamente a figura do autor na medida em que é ele, o próprio autor, o indivíduo que é capaz de reproduzir, contestar e preservar os discursos e as convenções vigentes de determinada situação. Nesse sentido, é possível dizer que Skinner se aproxima da perspectiva de Paul Ricoeur, pois, como já analisado, ao tentar se afastar da chamada “falácia intencional”, Skinner vai na mesma linha de raciocínio que reitera que em qualquer empresa interpretativa não se pode esquecer que um “*texto permanece um discurso dito por alguém a mais alguém acerca de alguma coisa.*”⁷⁸ Entretanto, cabe dizer, as diretrizes da chamada “morte do autor” não buscaram desconsiderar completamente a figura do autor. Por certo, o intuito de Barthes, Foucault e outros

⁷⁶ Para citar como exemplo alguns desses críticos: KEANE, John. *More theses on the philosophy of history*. In: James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 205. E também: HARLAN, David. *Intellectual History and the Return of Literature*, p. 585.

⁷⁷ GADAMER, Hans-Georg. *Hermenêutica clássica e hermenêutica filosófica*. In: *Verdade e Método II: complementos e índices*, p. 133.

⁷⁸ RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: O discurso e o excesso de significação*, p. 42.

era simplesmente questionar a concepção de autor-sujeito-criador e, deste modo, “*desfazer a ilusão de sua posição central, privilegiada, a partir da qual ele se encontraria*”.⁷⁹

Um aspecto relevante a ser considerado é que, na teoria da interpretação de Skinner, o autor não é pensado como o “princípio de explicação”⁸⁰ da obra: não existem “autores-sujeitos”, apenas *forças ilocucionárias* que perfilam os textos. Nesse sentido, pode-se dizer que a concepção de intertextualidade que edifica a hermenêutica skinneriana também perpassa essa questão do esvaziamento do autor. Em outras palavras, na hermenêutica proposta por Quentin Skinner, os textos não ganham significados a partir dos motivos que levaram o sujeito-autor a escrever. Na verdade, os textos ganham significado a partir da intertextualidade que, por sua vez, realça a *força ilocucionária* dos textos (entendidos aqui como atos de comunicação).

Talvez o principal ponto a ser destacado é que Quentin Skinner, assim como Barthes e Foucault, também defende que todas as convenções linguísticas e os discursos em geral (políticos ou não) são anteriores e são capazes de até certa medida reger o próprio empreendimento daquele que está escrevendo. Entretanto, vale lembrar que as convenções para Skinner não são estáticas, elas sofrem alterações⁸¹, e, na medida em os conceitos são vistos como ferramentas (como sublinhou Wittgenstein), as convenções são alteradas justamente a partir do uso desses conceitos/ferramentas que estão à disposição. Quer dizer, é necessário pressupor que alguém usa as ferramentas tanto para preservar quanto para transformar as convenções. Nesse sentido, seria até possível dizer que o historiador inglês teria alguma resistência à frase de Roland Barthes de que “*é a linguagem que fala, não o autor*”⁸², mas, mesmo assim, é inegável que nos argumentos de Quentin Skinner também não há espaço para o “autor-sujeito”. Aliás, esse fato já está subentendido na crítica que ele faz à hermenêutica romântica tradicional. Ademais, a dívida do historiador inglês para com Wittgenstein também aponta nesse caminho, afinal, um autor não poderia jamais

⁷⁹ DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. *Observações sobre a chamada “morte do autor”*, p. 136.

⁸⁰ Sobre a concepção de “princípio de explicação”, cf. *Ibid.*, p. 130-149.

⁸¹ É importante recordar que, assim como Jacques Derrida, Skinner concebe as convenções como “*estabilidades instáveis*”: ratificando a sua solidez por um lado e, por outro, lembrando que elas não são perenes. Conferir nota 60.

⁸² BARTHES, Roland. *A morte do autor*. In: *O Rumor da Língua*, p. 59.

se colocar fora de um “jogo de linguem” para alterar as convenções em voga. De fato, um autor só pode jogar com o que está disponível para ele.

Na esteira dessa dívida com a filosofia wittgensteiniana, e, por conseguinte, a partir da questão de como se dão as mudanças das convenções e dos jogos de linguagem, reside um fator fundamental para se compreender a concepção de autor defendida por Quentin Skinner. A propósito, as seguintes palavras apontam precisamente nessa direção:

The direct link between conceptual change and social and political behaviour emphasises the agency of the author because it illuminates political theorising as a political action. When an author uses language in her text with the intention of bringing about changes in social and political behaviour, this use of language is, in itself, a political action.⁸³

Em suma, o historiador inglês, ao se deparar com a problemática da mudança das convenções, dá a entender que seria inevitável enfatizar o agenciamento dos autores⁸⁴. O ponto determinante é que esse fato não vai na contramão da tese do descentramento do sujeito. Com efeito, esse argumento visa apenas reforçar o caráter performativo dos textos – eis aí como a filosofia austriana desempenha um papel fundamental para se compreender como a noção de autor opera na teoria de Skinner. Tendo esse ponto em mente, pode-se afirmar que, ao conceber o autor como aquele que empreende uma ação, Skinner não está, para usar os termos de Roland Barthes, impondo um “travão ao texto” e conferindo a ele um “significado último”⁸⁵, quer dizer, o historiador inglês também admite que “*the process of interpretation is a never-ending one*”⁸⁶. Diante disso, Skinner também é indiferente à tarefa de “descobrir o autor” para explicar o texto, o que importa, na verdade, é ter em vista que um texto é uma ação e ele foi tentado (consciente ou inconscientemente) por um indivíduo.

Com vista para o tema da agência, John Dunn, ao comentar o projeto skinneriano, escreve as seguintes palavras: “*The idea that authorship itself is a*

⁸³ HAMILTON-BLEAKLEY, Holly. *Linguistic philosophy and The Foundations*, p. 31.

⁸⁴ Em conformidade com esse ponto, Mark Bevir escreve: “*Para explicar mudanças nas crenças dos indivíduos, e consequentemente no conteúdo das tradições, os historiadores devem abandonar a perspectiva sincrônica e adotar a diacrônica. Devem passar do impacto das tradições sobre os indivíduos para o impacto dos indivíduos sobre as tradições*”. BEVIR, Mark. *A Lógica da História das Ideias*, p. 284.

⁸⁵ Cf. BARTHES, Roland. *A morte do autor*. In: *O Rumor da Língua*, p. 63.

⁸⁶ SKINNER, Quentin. *On Encountering the Past. An Interview with Quentin Skinner by Petri Koikkalainen and Sami Syrjämärki*, 04/10/2001, p. 50.

form of agency, [...] has proved comparatively robust. Once a text is conceived as an extraordinarily complex form of action, the issue of agency becomes, inescapably, of at least potential relevance.”⁸⁷ É precisamente nesse sentido – isto é, de que a autoria em si já é uma “forma de agência” – que Kari Palonen afirma que a análise da filosofia dos “atos de fala” como empreendida por Quentin Skinner é capaz de “reabilitar a perspectiva dos agentes políticos”⁸⁸, ou seja, os indivíduos são vistos como “agentes capazes tanto de modificar as tradições como de migrar através delas”⁸⁹. Com tal característica, em uma espécie de crítica à perspectiva estruturalista tradicional⁹⁰ que dominou a filosofia e as ciências sociais em meados do século XX, Skinner escreve:

Agency deserves after all to be privileged over structure in social explanation. Language, like other forms of social power, is of course a constraint, and it shapes us all. [...] However, language is also a resource, and we can use it to shape our world. [...] The plea is to recognise that the pen is the mighty sword. We are of course embedded in practices and constrained by them. But those practices owe their dominance in part to the power of our normative language to hold them in place, and it is always open to us to employ the resources of our language to undermine as well as to underpin those practises.⁹¹

A moral que Quentin Skinner quer sublinhar a partir dessas palavras é que o ato de escrever é (em muitos casos) um ato político, logo, não se pode ignorar que há sempre um agente que empreende esse ato. Além disso, a ideia de agência também aponta para uma necessidade de perceber a historicidade dos textos, pois ela coloca em relevo que os textos são atos intentados para responder à perguntas específicas dentro de um jogo de linguagem, isto é, “‘agency’ asserts that authors are actors because in their texts they are responding to particular situations and particular other texts.”⁹² Logo, nesse sentido, mais uma vez Skinner encontra respaldo na “lógica da pergunta e resposta” de Collingwood e na concepção de “uso” de Wittgenstein.

⁸⁷ DUNN, John. *The History of Political Theory*. In: *The History of Political Theory and other essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 23.

⁸⁸ PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*. Cambridge, UK, Malden, MA: Polity Press, 2003, p. 31.

⁸⁹ BEVIR, Mark. *A Lógica da História das Ideias*. Bauru, SP: Edusc, 2008, p. 251.

⁹⁰ Isto é, para usar os termos de Mark Bevir, é uma crítica ao estruturalismo na medida em que os indivíduos são vistos “mais como agentes racionais que como meros produtos de uma estrutura social determinante.” *Idem*, p. 392.

⁹¹ SKINNER, Quentin. *Introduction: Seeing things their way*. In: *Visions of Politics. Volume I: Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 7.

⁹² HAMILTON-BLEAKLEY, Holly. *Linguistic philosophy and The Foundations*, p. 23.

Para fins de conclusão, cabe dizer que a perspectiva convencionalista de Quentin Skinner não descarta completamente a problemática da intencionalidade autoral na medida em que a intencionalidade é entendida como uma forma de agência (que, por sua vez, dá a sustentação necessária ao convencionalismo – dado que as convenções são mantidas e transformadas pelos atos dos agentes). Por fim, todo esse aparato teórico que aprofunda as relações entre jogos de linguagem, convenções e agência permite a conclusão de que a tese da “morte do autor”, ao contrário do que argumentaram alguns dos críticos de Quentin Skinner⁹³, não é um entrave para o seu projeto teórico, ademais, como afirmou o próprio historiador inglês: “*It is certainly an implication of my approach that the idea of discourse, not individual authors, becomes the main focus of attention.*”⁹⁴

4.4

A retórica a serviço da hermenêutica: o projeto teórico skinneriano como uma teoria da interpretação edificada a partir da percepção dos textos como ações empreendidas por agentes.

“Toda a história do pensamento confirma essa antiga proximidade entre a retórica e a hermenêutica.”

(Hans-Georg Gadamer)

O objetivo desse último tópico é apontar a maneira pela qual as temáticas das páginas precedentes – isto é, as concepções de “ação linguística”, “convencionalismo” e “agência” – estão intimamente ligadas à virada retórica do projeto teórico skinneriano. Como ficará claro, estas concepções e, por consequência, a própria virada retórica, encontram o seu suporte teórico no “tripé filosófico” Wittgenstein-Austin-Collingwood.

É possível dizer que o aspecto central da virada retórica skinneriana jaz na iniciativa de usar a retórica a serviço da hermenêutica, isto é, o historiador inglês

⁹³ Cf. nota 76. Em resposta a um desses críticos, Skinner escreveu: “*Keane maintains that I still adopt an ‘author-subject’ approach, thereby suggesting that I have yet to hear about the death of the author announced by Barthes and Foucault. It is true that these announcements strike me as a trifle exaggerated. I cannot agree with Keane that authors are nothing more than ‘prisoners of the discourse within whose boundaries they take pen in hand’. I agree of course that we are all limited by the concepts available to us if we wish to communicate. But it is no less true that language constitute a resource as well as a constraint*”. SKINNER, Quentin. *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 276.

⁹⁴ Ibid.

usa a retórica como uma chave para amplificar as condições de interpretação dos textos. Por certo, é tendo esse ponto em mente que Kari Palonen afirma que “*Roland Barthes’s critical thesis on the omnipresence of the rhetoric elements in our culture has been turned by Skinner into an instrument of recovery*”⁹⁵. É possível dizer que a retórica, usada como uma ferramenta analítica, aponta para a necessidade de se levar em consideração elementos que são “externos ao texto”⁹⁶, grosso modo, esse é um dos sentidos pelo qual a abordagem teórica de Quentin Skinner – justamente por acentuar a questão da intertextualidade – encontra abrigo e legitimidade nos protocolos da retórica.

Primeiramente, a ênfase nas convenções robustece a necessidade de se prestar atenção à dimensão retórica dos textos na medida em que ela aclara as técnicas de construção do discurso. Mais especificamente, dado que a retórica guarda como um dos seus aspectos principais a possibilidade de uso de um “conjunto característico de técnicas linguísticas”⁹⁷, o estudo da *ars rhetorica* auxilia na percepção dos modelos e padrões de escrita em geral de uma determinada época e local. Nesse sentido, a composição dos discursos é eminentemente uma prática social e política e, decerto, perceber como essa prática opera e circula é um passo importante para interpretar historicamente os textos. É inegável que a orientação convencionalista que marca a concepção wittgensteiniana de jogo de linguagem e, da mesma forma, que é característica também da filosofia austiniana como um todo, auxiliaram Skinner na percepção da retórica como um instrumento que sublinha o caráter convencional dos discursos.

De outra parte, no que concerne às concepções de ação linguística e agência, a confluência com a retórica se dá a partir de um outro viés. Seguindo de forma tácita a diferenciação que Austin faz no começo de *How to do things with words* entre a os proferimentos descritivos e os performativos, Skinner argumenta que os textos não podem ser vistos apenas como simples proposições que relatam o verdadeiro ou o falso – aliás, o conceito de verdade é inoportuno para a compreensão da dimensão retórica dos textos, isto é, como afirma Skinner, ele

⁹⁵ PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*, p. 159.

⁹⁶ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, p. 145.

⁹⁷ SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*, p. 21.

simplesmente não surge⁹⁸. Com tal característica, os textos devem ser vistos como movimentos argumentativos, ou seja, eles portam a *força ilocucionária* de uma intervenção. Deste modo, Skinner nos diz:

The types of utterance I am considering can never be viewed simply as strings of propositions; they must always be viewed at the same time as arguments. Now to argue is always to argue for or against a certain assumption or point of view or course of action. It follows that, if we wish to understand such utterances, we shall have to identify the precise nature of the intervention constituted by the act of uttering them.⁹⁹

Ao partir do pressuposto que os textos são uma forma intervenção, além de realçar o caráter político do ato de escrever, Quentin Skinner está refletindo sobre a dinâmica dos discursos. Mais especificamente, ele está sublinhando que os textos – por serem ações linguísticas – seguem uma lógica diacrônica, movida por argumentos carregados de interesse persuasivo, que operam em uma dinâmica de “pergunta e resposta”: ou seja, a dimensão retórica dos textos é colocada em relevo a partir da “lógica da pergunta e resposta” de R. G. Collingwood.

O ponto exposto acima pode se tornar mais claro se partimos da premissa de que a análise que leva em conta os aspectos retóricos do texto acentua a “*relação estreita entre os argumentos e a pessoa do orador [...]. O argumento lógico, ao contrário do retórico, separa totalmente argumento e orador ou autor.*”¹⁰⁰ Em outras palavras, a “lógica da pergunta e resposta” entra em correspondência com a perspectiva retórica na medida em essa lógica realça o dimensão intertextual dos discursos, isto é, a sua dimensão dialógica (onde os textos são vistos com atos de intervenção que se referem a outros textos ou eventos) e a retórica, que de maneira muito similar, exige “*que se leve em conta, além da linguagem e do texto, o autor e seu leitor, ou ouvinte.*”¹⁰¹

A percepção dos textos como atos de intervenção e movimentos argumentativos também acentua a questão da agência. Na esteira da filosofia wittgensteiniana, a própria concepção de linguagem de Skinner entendida como ação – onde os conceitos são “instrumentos” e “ferramentas” que permitem os

⁹⁸ Cf. SKINNER, Quentin. *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 256.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 274.

¹⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, p. 137.

¹⁰¹ *Idem*, p. 136.

agentes se engajarem no “jogo” – subsiste a partir de uma tácita concepção retórica dos discursos. Desse modo, as noções de “estratégias textuais” e “movimentos argumentativos” se apresentam como fundamentais para a abordagem retórica de Quentin Skinner, pois elas atentam para o fato de que a compreensão das expressões não se limita aos seus aspectos semânticos:

The notion of understanding is not a purely semantic one. To understand a given proposition, we may need to see it not just as a proposition but as a move in an argument. Fully to comprehend it, we may need to grasp why it seemed appropriate to make just that move, and hence to issue just that utterance.¹⁰²

Segundo Skinner, o exemplo mais claro de que a compreensão dos textos e das expressões não se limitam a sua dimensão semântica diz respeito ao uso da “ironia”. Com isso, o historiador inglês afirma que a ironia consiste em uma “estratégia retórica oblíqua”¹⁰³, onde a problemática para percebê-la não diz respeito à tarefa de compreender significados. A ironia diz respeito ao uso retórico de um ato *ilocucionário* por parte um agente¹⁰⁴ – posto de outro modo, o uso da ironia é um dos exemplos do que vem a ser um “movimento argumentativo”. Perceber o caráter político dos movimentos argumentativos significa compreender as estratégias textuais (ou estratégias retóricas) que perfilam os textos. Em outros termos, uma estratégia textual seria a manipulação, por parte de um agente, dos conceitos avaliativos-descritivos que servem para legitimar o fato que é do seu interesse¹⁰⁵. De acordo com Skinner, a manipulação dos conceitos à disposição para um agente é sempre possível dado que a linguagem é vista como uma fonte e, ao mesmo tempo, como uma limitação¹⁰⁶. Usa-se a linguagem e os conceitos disponíveis tanto para preservar quanto para mudar o *status quo* – e, enfim, os

¹⁰² SKINNER, Quentin. *Is it still possible to interpret texts?*, p. 651.

¹⁰³ Id., *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: *Visions of Politics*, p. 80.

¹⁰⁴ Sobre a questão da ironia na empresa interpretativa, Skinner nos diz: “*When someone speaks or writes ironically, it may well be that there is no difficulty at all about understanding the meaning of what was said. It may well be that everything was said in virtue of its ordinary meaning. Where there is a difficulty about understanding such utterances, it generally arises not because of any doubts about meaning, but rather of some doubt as to whether the speaker really meant what was said. The problem of detecting irony arises, in other words, as problem not about meaning but about illocutionary acts.*” Id., *Interpretation and the understanding of speech acts*. In: *Visions of Politics*, p. 111.

¹⁰⁵ Cf. SKINNER, Quentin. *Moral principles and social change*. In: *Visions of Politics*, p. 151.

¹⁰⁶ Cf. Id., *A reply to my critics*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*, p. 276.

¹⁰⁶ Ibid.

movimentos argumentativos que visam esses fins se dão justamente a partir das estratégias retóricas.

Como consequência dessa perspectiva retórica que marca a última fase da teoria da interpretação skinneriana, pode-se dizer que as noções tradicionais de “contexto” e “autor” não são fundamentais. Com efeito, como se pode deduzir a partir das páginas precedentes, elas impõem diversos problemas às empresas interpretativas. Dessa forma, as noções fundamentais da teoria skinneriana são, na verdade, as “faces” refinadas dessas concepções, isto é, a ideia de contexto é repensada a partir das categorias de “intertextualidade”, “convenções” e “jogos de linguagem” e, por sua vez, a ideia de autor é concebida em termos de “agência”, “lance”, “estratégia” ou “movimento argumentativo”. Em resumo, conforme o aparato teórico montado por Skinner, para interpretar um texto historicamente é necessário levar em conta elementos que vão além do próprio texto, isto é, acentuar o seu aspecto intertextual. Em síntese, a conclusão que se pode tirar é que o estribilho da teoria da interpretação skinneriana é a concepção de linguagem entendida como ação. Com esse ponto em mente, Mark Bevir defende que Skinner é um teórico do “discurso-ato”,¹⁰⁷ isto é, na medida em que os discursos são tomadas de posições moldadas por estratégias argumentativas, os textos, inevitavelmente, não são apenas proposições descritivas, ele são atos regidos por interesses – precisamente nesse ponto reside o aspecto retórico dos discursos que Quentin Skinner visa chamar a atenção, seu intuito com isso é, por certo, amplificar as condições interpretativas dos textos.

Caminhando para o final do capítulo, as palavras de Hans-Georg Gadamer se mostram pertinentes pois elas se apresentam como uma última peça de um quebra-cabeça. O maior expoente da hermenêutica filosófica afirma que os elos entre retórica e hermenêutica são manifestos na medida em que a primeira foi a base dos primeiros empreendimentos direcionados à reflexão hermenêutica. Dessa forma, ele escreve: *“Uma vez que a hermenêutica está às voltas com a interpretação dos textos e estes são discursos destinados a ser lidos em público ou em privado, a arte da escrita vem ao encontro da tarefa da interpretação e da compreensão.”*¹⁰⁸ Em resumo, é exatamente isso que Quentin Skinner fez ao

¹⁰⁷ BEVIR, Mark. *A Lógica da História das Ideias*, p. 173.

¹⁰⁸ GADAMER, Hans-Georg. *Retórica e hermenêutica*. In: *Verdade e Método II: complementos e índices*, p. 337.

construir a sua agenda teórica. Com base no “tripé” Wittgenstein-Austin-Collingwood, ele refletiu sobre a arte da escrita com o intuito de aperfeiçoar a arte da interpretação.

Para fins de conclusão, é relevante reiterar que Quentin Skinner compreende o conceito de autor como análogo ao conceito de “agente”. Na esteira dessa compreensão, a sua concepção de texto é apresentada como um ato deliberado de comunicação – ou melhor, como um “ato de fala”. Essas duas concepções são fundamentais para o seu projeto na medida em que a sua teoria da interpretação é edificada a partir da percepção dos textos como ações empreendidas por agentes. Em outras palavras, um texto, para Skinner, é o fruto da dinâmica dialógica de um jogo social específico. Como consequência, um autor é o agente que preserva e “joga” com as convenções linguísticas a sua disposição – nesse sentido, a virada retórica serviu para sublinhar o caráter estratégico e político da produção e da construção dos textos.

Por fim, “autor-agente” e “texto-ação” são concepções interdependentes para o projeto skinneriano: dado que um texto é sempre entendido como uma ação linguística empreendida por um agente.

5

Conclusão:

“How far can we continue to uphold the belief that we can usefully speak of recovering the projects and intentions of authors, of ascribing particular meanings to their utterances, of distinguishing right from wrong interpretations of complex philosophical texts?”

(Quentin Skinner)

Os três capítulos que compõem o presente trabalho tiveram como norte responder a seguinte pergunta: como Quentin Skinner introduz e lida com o problema da intencionalidade autoral na interpretação dos textos? Em vista disso, caminhado pelo fio condutor da dissertação, pode-se afirmar que o debate que o historiador inglês herda diz respeito a como se deve escrever história intelectual e, ao se aprofundar nesse terreno, o debate que ele lega diz respeito a como se deve interpretar historicamente os textos. É justamente nesse movimento que ele introduz o tema da intencionalidade autoral. Assim sendo, foi possível perceber que a concepção de Quentin Skinner de intenção perpassa o conceito de “uso” de Wittgenstein, a diferenciação que Austin faz entre significado e “*força ilocucionária*” e a “lógica da pergunta e resposta” formulada por Collingwood – todas essas concepções realçam a historicidade e o caráter dialógico dos proferimentos e dos discursos em geral. Com isso, pode-se depreender que toda análise que vise esmiuçar a agenda teórica de Quentin Skinner deve, invariavelmente, se debruçar sobre o “tripé filosófico” Wittgenstein-Austin-Collingwood.

Ao historiar o problema da intencionalidade autoral no projeto teórico de Skinner e, com isso, dispor os seus textos sobre teoria e filosofia da história de forma cronológica, foi possível perceber um esmaecimento do argumento que defende a recuperação das intenções e que iguala intenção do autor ao significado do texto. Esse esmaecimento se dá, principalmente, em função das críticas de inspiração gadameriana que são direcionadas ao seu projeto, onde o significado unitário e a primazia do autor na empresa interpretativa são problematizados a partir da afirmação e do entendimento da historicidade do próprio intérprete. O

definhamento da intenção é tonificado por diversos argumentos trazidos à tona pelo historiador, como por exemplo: a diferenciação que ele faz entre “motivos” e “intenções”, a sua concordância com o argumento ricoeuriano sobre o “excesso de significação” (onde a intenção do autor não esgotaria o significado de um texto), o reconhecimento que ele faz da importância da hermenêutica de Gadamer, a sua ênfase nas convenções e, até mesmo, a sua virada retórica que acentua o papel dos agentes políticos em detrimento dos autores-sujeitos.

Diante disso, é relevante ratificar aqui a importância da concepção de linguagem que Skinner defende. Na esteira do seu “tripé filosófico”, ele é tributário da tradição da filosofia analítica que concebe a linguagem enquanto ação: desse ponto é possível estabelecer a sua não adequação à hermenêutica idealista tradicional que concebe a linguagem e os discursos enquanto estados mentais. Com efeito, a concepção de linguagem de Skinner é um fator determinante para se vislumbrar a forma como ele lida com o tema da intencionalidade autoral e, por conseguinte, para se compreender a forma como ele usa a tese das convenções e dos jogos linguísticos para atenuar os problemas interpretativos que ela conserva. Sobre esse traço característico da hermenêutica skinneriana, Holly Hamilton-Bleakley nos diz:

Because our language is nothing more than a collection of language games, any idea, when it appears, is appearing within the context of a particular language game being played at a particular time. Therefore, in order to understand its meaning, the conventions of the language game within which it is being used must be understood.¹

Por esse motivo, a partir do momento em que a hermenêutica de Skinner assume a sua orientação convencionalista, ele deixa em segundo plano o problema da intencionalidade autoral, afastando-se sintomaticamente da perspectiva que a entende como um princípio capaz de explicar um texto. Com efeito, para Skinner, só existem “intenções-convencionais”, dado que qualquer tipo de intenção só é externada a partir de regras convencionais, ou melhor, as convenções constituem a condição de possibilidade dos atos intencionais. Cabe dizer que a noção de “intenção-convencional” é fundamental porque ela permite a oscilação entre linguagem e agente, sem colocar um acima do outro. No final das contas,

¹ HAMILTON-BLEAKLEY, Holly. *Linguistic philosophy and The Foundations*, p. 24-25.

convencionalismo e intencionalismo não estão em contradição, contudo, o intencionalismo evidentemente já não é visto de maneira ingênua e de forma alguma implica um travão ao significado do texto. Na prática, esse intencionalismo está em íntima relação com a concepção de intertextualidade que enfatiza o convencionalismo de acento austiniano e o dialogismo da lógica collingwoodiana. Destarte, pode-se dizer que a concepção de intertextualidade se apresenta como fulcral para a hermenêutica skinneriana e, por conseguinte, para se compreender o próprio processo de esmaecimento que atravessa a tese da intencionalidade em seus argumentos.

Além disso, é notória a importância de se refletir sobre os conceitos de “autor” e “texto” presentes nos argumentos de Skinner, dado que eles são peças capitais da sua teoria da interpretação. Evidentemente que o historiador inglês trata essas duas noções de forma bem peculiar. Em suma, quis demonstrar que ele compreende o conceito de autor como análogo ao conceito de “agente”. Deste modo, a sua concepção de texto é apresentada como um “ato de fala”. Com vista para essas duas concepções se pode afirmar que sua teoria da interpretação é edificada a partir da percepção dos textos como ações empreendidas por agentes – onde a linguagem e os conceitos vigentes não seriam apenas fronteiras que circunscrevem as ações dos agentes, mas funcionariam também como ferramentas que permitem a construção de novas convenções e enunciados a partir da disposição dos “jogos de linguagem” disponíveis naquela determinada situação.

Em outras palavras, um texto, para Skinner, é o fruto da dinâmica dialógica de um jogo social específico. Assim, um autor é o agente que preserva e “joga” com as convenções linguísticas a sua disposição. Logo, pode-se perceber que “autor-agente” e “texto-ação” são conceitos interdependentes para o projeto skinneriano.

Cabe dizer ainda que, na fase mais recente de sua reflexão, Skinner procurou trabalhar essas concepções em termos retóricos, ou, para usar uma outra expressão, ele procurou trabalhar essas questões tendo sempre como norte a noção de que os indivíduos são agentes capazes de intentar “movimentos argumentativos”. É na esteira dessa reflexão que ele passa a tratar a retórica como uma chave para amplificar as condições de interpretação de um texto, ou, em

outras palavras, ele promove uma virada retórica em seu programa ao usar a retórica a serviço da hermenêutica.

Para fins de conclusão, pode-se dizer que a teoria da interpretação skinneriana sugere uma “visão performativa” dos textos (políticos) – reabilitando o papel do agente que escreveu o texto em análise sem, contudo, sucumbir à falácia intencional e à exigência de um significado unitário. Ao propor esse tipo de empresa interpretativa, Skinner chama a atenção para a necessidade de entender a *força ilocucionária* ou a estratégia que um agente empreende ao escrever um texto. A partir dessa perspectiva, Skinner é um dos grandes responsáveis por estabelecer o diálogo entre a historiografia intelectual e a filosofia analítica e, por conseguinte, entre a historiografia intelectual e a retórica.

Em suma, o esmaecimento do argumento da intencionalidade autoral nos textos de Quentin Skinner se dá como uma resposta à postura anti-intencionalista e, de igual modo, a partir da re colocação de seus pressupostos filosóficos em termos retóricos. Contudo, o historiador inglês não renega completamente a temática da intenção para a interpretação dos textos. Ele a esmiúça e a apresenta como uma espécie de agência que opera a partir de uma perspectiva convencionalista. Enfim, o argumento da intenção perde força, mas, mesmo assim, ele subsiste na medida em que é apresentado a partir de uma nova face. Nesse sentido os projetos de Skinner e Derrida estão em conformidade. Afinal, por mais que se defenda e se admita a pertinência e a contundência da crítica à intencionalidade autoral, (e mesmo que o próprio Skinner tenha admitido que o estudo da intenção do autor não é o único e nem o melhor meio para interpretar textos) não se pode ignorar o que o próprio Derrida consentiu, a saber, que “a categoria de intenção não desaparecerá, terá seu lugar”.²

Em breve síntese, ao examinar como Quentin Skinner introduz e lida com o problema da intencionalidade autoral, foi necessário historicizar e inquirir toda a sua reflexão acerca da teoria da história – dado que essa problemática atravessa todo o seu projeto teórico. Diante disso, três foram as chaves de leitura apresentadas para melhor compreender o seu empreendimento. Portanto, a sua teoria da história pode ser concebida como: 1) um raciocínio filosófico sobre interpretação, 2) uma hermenêutica edificada a partir da concepção de

² DERRIDA, Jaques. *Assinatura Acontecimento Contexto*. In: *Limited Inc*, p. 33.

intertextualidade e 3) uma teoria da interpretação que compreende os textos como ações empreendidas por agentes. Em conclusão, todas essas possibilidades de leitura vão ao encontro do argumento que assinala o processo de esmaecimento da tese da intenção como princípio explicativo.

Referências Bibliográficas:

1. Livros de Quentin Skinner:

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Hobbes e a liberdade republicana**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. **Hobbes e a teoria clássica do riso**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

_____. **L'artiste en philosophe politique**: Ambrogio Lorenzetti et le Bon Gouvernement. Paris: Éditions Raisons d'agir, 2003.

_____. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. **Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. **Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. **Visions of Politics**. Volume I: Regarding Method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

2. Artigos de Quentin Skinner (em ordem cronológica):

SKINNER, Quentin. The Ideological Context of Hobbes's Political Thought. In: **The Historical Journal**, Vol. 9, No. 3, (1966), p. 286-317.

_____. The Limits of Historical Explanations. In: **Philosophy**, 41, (1966), p. 199-215.

_____. Meaning and understanding in the history of ideas. In: **History and Theory**, Vol. 8, N° 1 (1969), p. 3-53.

_____. Conventions and the Understanding of Speech Acts. In: **The Philosophical Quarterly**, Vol. 20, No. 79, Philosophy of Language Number (Apr., 1970), p. 118-138.

_____. On Performing and Explaining Linguistic Actions. In: **The Philosophical Quarterly**, Vol. 21, No. 82 (Jan., 1971), p. 1-21.

_____. Motives, Intentions and the Interpretation of Texts. In: **New Literary History**, Vol. 3, N° 2 (1972), p. 393-408.

_____. Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action. In: **Political Theory**, Vol. 2, No. 3 (Aug., 1974), p. 277-303.

_____. Hermeneutics and the Role of History. In: **New Literary History**, Vol. 7, N° 1, Critical Challenges: The Bellagio Symposium, (1975), p. 209-232.

_____. Action and Context. In: **Proceedings of the Aristotelian Society**, 52, (1978), p. 57-69.

_____. The End of Philosophy? In: **New York Review of Books**, 19 March, 1981, p. 46-48.

_____. Sir Thomas More's Utopia and the language of Renaissance humanism. In: PAGDEN, Anthony (Ed.). **The Languages of political theory in early-modern Europe**. (Ideas in context). Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 123-157.

_____. The study of rhetoric as an approach to cultural history: the case of Hobbes. In: MELCHING, Willem & WYGER, Velema (Org.). **Main Trends in Cultural History: Ten Essays**. Amsterdam: Rodopi, 1994, p. 17-53.

_____. Rhetoric and Conceptual Change. In: **Finnish Yearbook of Political Thought**, 3, (1999), p. 60-73.

_____. Ambrogio Lorenzetti's Buon Governo Frescoes: Two Old Questions, Two New Answers. In: **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, Vol. 62 (1999), p. 1-28.

_____. The Rise of, Challenge to and Prospects for a Collingwoodian Approach to the History of Political Thought. In: CASTIGLIONE, Dario; HAMPSHER-MONK, Iain (Eds.). **The History of Political Thought in National Context**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 175-188.

_____. A Third Concept of Liberty. In: **Proceedings of the British Academy**, 117, (2002), p. 237-268.

_____. On Intellectual History and the History of Books. In: **Contributions to the History of Concepts**, 1, (2005) p. 29-36.

_____. Is it still possible to interpret texts? In: **International journal of psychoanalysis**. 2008, vol. 89, Issue 3, p. 647-654.

3. Livros organizados por Quentin Skinner:

RORTY, Richard; SCHNEEWIND, J. B. & SKINNER, Quentin (Eds.). **Philosophy in history: Essays on the historiography of philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SKINNER, Quentin (Org.). **The Return of Grand Theory in the Human Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

4. Entrevistas com Quentin Skinner:

SKINNER, Quentin. On Encountering the Past. An Interview with Quentin Skinner by Petri Koikkalainen and Sami Syrjämärki. In: **Finnish Yearbook of Political Thought**, 6, 04/10/2001, p. 34-63.

_____. Quentin Skinner. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história: nove entrevistas**. São Paulo: UNESP, 2000, p. 307-339.

5. Livros e Artigos sobre Quentin Skinner:

BEVIR, Mark. Are There Perennial Problems in Political Theory?. In: **Political Studies**, 42 (1994), p. 662-675.

_____. Mind and Method in the History of Ideas. In: **History and Theory**, (1997), Vol. 36, p. 167-189.

BURNS, Tony. Interpreting and appropriating texts in the history of political thought: Quentin Skinner and poststructuralism. In: **Contemporary Political Theory**, (2011) 10, p. 313–331.

DUNN, John. The History of Political Theory. In: **The History of Political Theory and other essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 11-38.

GOLDIE, Mark. The context of The Foundations. In: BRETT, Annabel; TULLY, James; HAMILTON-BLEAKLEY, Holly. **Rethinking the Foundations of Modern Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 3-19.

GUILHAUMOU, Jacques. De l'histoire des concepts à l'histoire linguistique des usages conceptuels. In: **Genèses**, 38, 2000. Figures de l'exil. p. 105-118.

_____. L'histoire des concepts: le contexte historique en débat (note critique). In: **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 2001/3 56e année, p. 685-698.

GUNNELL, John G. Interpretation and the History of Political Theory: Apology and Epistemology. In: **The American Political Science Review**, Vol. 76, No. 2 (Jun., 1982), p. 317-327.

_____. O problema da interpretação. In: **Teoria política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981, p. 67-90.

HAMILTON-BLEAKLEY, Holly. Linguistic philosophy and The Foundations. In: BRETT, Annabel; TULLY, James; HAMILTON-BLEAKLEY, Holly. **Rethinking the Foundations of Modern Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 20-33.

HARLAN, David. Intellectual History and the Return of Literature. In: **The American Historical Review**, Vol. 94, No. 3 (Jun., 1989), p. 581-609.

HOLLINGER, David A. The Return of the Prodigal: The Persistence of Historical Knowing. In: **The American Historical Review**, Vol. 94, N° 3 (Jun., 1989), p. 610-621.

JANSSEN, Peter L. Political Thought as Traditionary Action: The Critical Response to Skinner and Pocock. In: **History and Theory**, Vol. 24, No. 2 (May, 1985), p. 115-146.

JASMIN, Marcelo. História dos Conceitos e Teoria Social e Política: Referências Preliminares. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, N° 57, 2005, p. 27-38.

_____. & JÚNIOR, João Feres (Org.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

JAY, Martin. Intention and Irony: The Missed Encounter between Hayden White and Quentin Skinner. In: **History and Theory**, 52 (February 2013), p. 32-48.

JÚNIOR, João Feres. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n° 3, 2005, p. 655-680.

PALONEN, Kari. **Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric**. Cambridge, UK, Malden, MA: Polity Press, 2003.

_____. Rhetorical and Temporal Perspectives on Conceptual Change - Theses on Quentin Skinner and Reinhart Koselleck. In: **Finnish Yearbook of Political Thought**, 3, 1999, p. 41-59.

PALTI, Elías José. Ideas políticas e historia intelectual: Texto y contexto en la obra reciente de Quentin Skinner. In: **Prismas – Revista de Historia Intelectual**, Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, n. 3, 1999, p. 263-274.

PAREDES, Marçal; ARMANI, Carlos; AREND, Hugo (Orgs.). **Hiatória das ideias: proposições, debates e perspectivas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

PAREKH, Bhikhu & BERKI, R. N. The History of Political Ideas: A Critique of Q. Skinner's Methodology. In: **Journal of the History of Ideas**, Vol. 34, N° 2 (Apr. - Jun., 1973), p. 163-184.

PERREAU-SAUSSINE, Emile. Quentin Skinner in Context. In: **The Review of Politics**, 69 (2007), p. 106–122.

POCOCK, John Greville Agard. Quentin Skinner: A História da Política e a Política da História. In: **Topoi**, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 193-206.

RICHTER, Melvin. Begriffsgeschichte in Theory and Practice: Reconstructing the History of Political Concepts and Languages. In: MELCHING, Willem & WYGER, Velema (Org.). **Main Trends in Cultural History: Ten Essays**. Amsterdam: Rodopi, 1994, p. 121-149.

_____. Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe. In: **History and Theory**, Vol. 29, No. 1 (Feb., 1990), p. 38-70.

RORTY, Richard. A historiografia da filosofia: quatro gêneros. In: **Verdade e Progresso**. Barueri, SP: Manole, 2005, p. 305-338.

SCHOCHET, Gordon J. Quentin Skinner's Method. In: **Political Theory**, Vol. 2, N° 3 (Aug., 1974), p. 261-276.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, n° 2, 2010, p. 299-335.

THOMPSON, Martyn P. Reception Theory and the Interpretation of Historical Meaning. In: **History and Theory**, Vol. 32, No. 3 (Oct., 1993), p. 248-272.

TUCK, Richard. História do Pensamento Político. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1992, p. 273-289.

TULLY, James (Ed.). **Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

6. Bibliografia Geral:

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer; palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1990.

BERLIN, Isaiah [et al.]. **Essays on J. L. Austin**. Oxford: Clarendon Press, 1973.

BEVIR, Mark. **A Lógica da História das Ideias**. Bauru, SP: Edusc, 2008.

CASANOVA, Marco Antônio. **Compreender Heidegger**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio Sobre o Homem: Introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COLLINGWOOD, Robin George. **A ideia de história**. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

_____. **An Autobiography**. Oxford: Clarendon Press, 2002.

_____. **Essays in the Philosophy of History**. Austin: University of Texas Press, 1965.

DERRIDA, Jacques. **Esporas: Os estilos de Nietzsche**. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

_____. **Limited Inc**. Campinas: Papyrus, 1991.

DILTHEY, Wilhelm. **A Construção do Mundo Histórico nas Ciências Humanas**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

DUPUY, Maurice. **A Filosofia Alemã**. Lisboa: Edições 70, 1987.

DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar (Org.). **Às margens: a propósito de Derrida**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

FRANCO FERRAZ, Maria Cristina (Org.). **Três Tempos Sobre a História da Loucura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GADAMER, Hans-Georg. **O Problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GARGANI, Aldo G. **Wittgenstein**. Lisboa: Edições 70, 1973.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **Introdução a filosofia de Donald Davidson**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010.

GRAFTON, Anthony. **As Origens Trágicas da Erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé**. Campinas: Papirus, 1998.

GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. **Introdução à hermenêutica filosófica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2010.

HARARI, Josué V. (Ed.). **Textual strategies: perspectives in post-structuralist criticism**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1979.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia: (Hermenêutica da faticidade)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KELLEY, Donald R. **The history of ideas: canon and variations**. Rochester, N.Y.: University of Rochester Press, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

_____. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____ & GADAMER, Hans-Georg. **Historia y hermenêutica**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LACAPRA, Dominick & KAPLAN, Steven L. (Org.). **Modern European intellectual history: reappraisals and new perspectives**. Ithaca: Cornell University Press, 1982.

LIMA, Luiz Costa. **A Literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LOVEJOY, Arthur. **A Grande Cadeia do Ser: Um Estudo da História de uma Ideia**. São Paulo: Editora Palindromo, 2005.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia Analítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **História Pensada: Teoria e método na Historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MEINECKE, Friedrich. **El Historicismo y su genesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

MINK, Louis O. **Mind, History and Dialectic: The Philosophy of R. G. Collingwood**. London: Indiana University Press, 1969.

OTTONI, Paulo Roberto. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

PALMER, Richard E. **Hermenêutica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Politics, Language, and Time: Essays on Political Thought and History**. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

POPKIN, Richard Henry. **História do ceticismo: de Erasmo a Spinoza**. Rio de Janeiro: F. Alves, 2000.

RAGO, Margareth (Org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP, 2000.

RICHTER, Melvin. **The History of Political Thought and Social Concepts: A Critical Introduction**. New York: Oxford: Oxford University Press, 1995.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

_____. **Hermeneutics and the human sciences: Essays on language, action and interpretation**. Paris: Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de L'Homme, 1998.

_____. **Teoria da interpretação: O discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 1976.

RINGER, Fritz K. **O Declínio dos Mandaris Alemães: A Comunidade Acadêmica Alemã**. São Paulo: Edusp, 2000.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora UnB, 2010.

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Speech acts: an essay in the philosophy of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. (Org.). **The Philosophy of language**. London: Oxford University Press, 1972.

SPARANO, Maria Cristina de Távora. **Linguagem e significado**: o projeto filosófico de Donald Davidson. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

TATAR, Burhanettin. **Interpretation and the problem of the intention of the author**: H-G. Gadamer vs. E. D. Hirsch. Washinton, D. C.: The Council for Research in Values and Philosophy, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ZIMA, Pierre V. **La deconstruction**: Une critique. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

7. Artigos:

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 57-64.

BOUWSMA, William J. Intellectual History in the 1980s: From the History of Ideas to the History of meaning. In: **Journal of Interdisciplinary History**, XII:2 (Autumm 1981), p. 279-291.

CARVALHO, José Murilo de. A História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, nº 1, jan/dez. 2000, p. 123-152.

DILTHEY, Wilhelm. The Rise of Hermeneutics. In: **New Literary History**, Vol. 3, Nº 2, *On Interpretation*: I (1972), p. 229-244.

DOSSE, François. Da história das ideias à história intelectual. In: **História e Ciências Sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 283-311.

DUNN, John. The Identity of the History of Ideas. In: **Philosophy**, Vol. 43, No. 164 (Apr., 1968), p. 85-104.

DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. Observações sobre a chamada “morte do autor”. In: **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.5, nº14, setembro/dezembro 2010, p. 130-149.

ELEY GEOFF, Charlot Michel. De l'histoire sociale au “tournant linguistique” dans l'historiographie anglo-américaine des années 1980. In: **Genèses**, 7, 1992. p. 163-193.

ERMARTH, Michael. The transformation of hermeneutics: 19th century ancients and 20th century moderns. In: **The Monist**, Vol. 64, No. 2, Nineteenth-Century Thought Today (April, 1981), p. 175-194.

GADAMER, Hans-Georg. A primazia hermenêutica da pergunta. In: **Verdade e Método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 473-493.

_____. Hermenêutica clássica e hermenêutica filosófica. In: **Verdade e Método II: complementos e índices**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 111-142.

_____. Lógica ou retórica? – De volta à história primitiva da hermenêutica. In: **Verdade e Método II: complementos e índices**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 339-349.

_____. Retórica e hermenêutica. In: **Verdade e Método II: complementos e índices**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 321-339.

GAONKAR, Dilip P. The Revival of Rhetoric, the New Rhetoric, and the Rhetorical Turn: Some Distinctions. In: **Informal logic**, 1, 1993, p. 53-64.

GRAFTON, Anthony. The History of Ideas: Precept and Practice, 1950-2000 and Beyond. In: **Journal of the History of Ideas**, January 2006, p. 1-32.

GREENE, John C. Objectives and Methods in Intellectual History. In: **The Mississippi Valley Historical Review**, Vol. 44, No. 1 (Jun., 1957), p. 58-74.

HABERMAS, Jürgen. Ações, atos de fala, interações mediadas pela linguagem e mundo da vida. In: **Pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 65-103.

HEIDEGGER, Martin. O caminho da linguagem. In: **A caminho da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 191-216.

HUIZINGA, Johan. El elemento estético de las representaciones históricas. In: **Prismas, Revista de Historia Intelectual**, nº 9, 2005, p. 91-107.

JASMIN, Marcelo Gantus. Lenguajes políticos en el mundo de la acción: historia conceptual y teoría política. In: **Prismas, Revista de Historia Intelectual**, nº 11, 2007, p. 171-176.

KELLEY, Donald R. What is Happening to the History of Ideas? In: **Journal of the History of Ideas**, Vol. 51, No. 1 (Jan. - Mar., 1990), p. 3-25.

KOBLÍŽEK, Tomáš. How to Make the Concepts Clear: Searle's Discussion with Derrida. In: **Organon F** 19 (2012), p. 161-169.

KOSELLECK, Reinhart. Some Reflections on the Temporal Structure of Conceptual Change. In: MELCHING, Willem & WYGER, Velema (Org.). **Main Trends in Cultural History: Ten Essays**. Amsterdam: Rodopi, 1994, p. 07-16.

_____. Uma História dos Conceitos: Problemas teóricos e práticos. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 134-146.

KRIEGER, Leonard. The Autonomy of Intellectual History. In: **Journal of the History of Ideas**, Vol. 34, No. 4 (Oct. - Dec., 1973), p. 499-516.

LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: **History and Theory**, Vol. 19, No. 3 (Oct., 1980), p. 245-276.

_____. Rhetoric and History. In: **History & Criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1985, p. 15-44.

RICHTER, Melvin. Begriffsgeschichte and the History of Ideas. In: **Journal of the History of Ideas**, Vol. 48, No. 2 (Apr. - Jun., 1987), p. 247-263.

RICOEUR, Paul. History and Hermeneutics. In: **The Journal of Philosophy**, Vol. 73, N°19, Seventy-Third Annual Meeting Eastern Division, American Philosophical Association (Nov. 4, 1976), p. 683-695.

RITCHIE, A. D. The Logic of Question and Answer. In: **Mind, New Series**, Vol. 52, No. 205 (Jan., 1943), p. 24-38.

RORTY, Richard. Metaphilosophical Difficulties of Linguistic Philosophy. In: **The Linguistic turn: recent essays in philosophical method**. Chicago: University of Chicago Press, 1967, p. 1-39.

SEARLE, John R. Meaning and Speech Acts. In: **The Philosophical Review**, Vol. 71, No. 4, Oct., 1962, p. 423-432.

_____. Literary Theory and Its Discontents. In: **New Literary History**, 1994, 25: p. 637-667.

_____. Reiterating the Differences: A Reply to Derrida. In: **Glyph**, Vol. 1 (1977), p. 198-208.

TOEWS, John E. Intellectual History after the Linguistic Turn: The Autonomy of Meaning and the Irreducibility of Experience. In: **The American Historical Review**, Vol. 92, No. 4 (Oct., 1987), p. 879-907.